

Marcelo de Sousa Neto
Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Pedro Pio Fontineles Filho
(Orgs.)

A História sob Múltiplos Ângulos:

Trajetórias de pesquisa e escrita

Vol. II



EdUESPI

**A HISTÓRIA SOB
MÚLTIPLOS ÂNGULOS:**
Trajetórias de pesquisa e escrita

Vol. II

Marcelo de Sousa Neto
Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Pedro Pio Fontineles Filho
Organização

**A HISTÓRIA SOB
MÚLTIPLOS ÂNGULOS:
Trajetórias de pesquisa e escrita**

Vol. II



EdUESPI
2020



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI



José Wellington Barroso de Araújo Dias **Governador do Estado**
Maria Regina Sousa **Vice-governadora do Estado**
Nouga Cardoso Batista **Reitor**
Evandro Alberto de Sousa **Vice-Reitor**

Conselho Editorial EdUESPI

Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Antonio Luiz Martins Maia Filho **Universidade Estadual do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Hermógenes Almeida de Santana Junior **Universidade Estadual do Piauí**
Josélia de Carvalho Leão **Universidade Estadual do Piauí**
Laécio Santos Cavalcante **Universidade Estadual do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Pedro Vilarinho Castelo Branco **Universidade Federal do Piauí**
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro **Universidade Estadual do Piauí**
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz **Academia Piauiense de Letras**
Os autores **Revisão**
Wellington Silva **Diagramação**
Wellington Silva **Capa**
Editora e Gráfica Aliança **Impressão**

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca Central da UESPI

H673 A história sob múltiplos ângulos: trajetórias de pesquisa e escrita – Volume 2 / Marcelo de Sousa Neto, Antonia Valtéria Melo Alvarenga, Pedro Pio Fontineles Filho (organizadores). - Teresina: EdUESPI, 2020.

E-book

ISBN: 978-65-81376-06-2
DOI 10.36970/eduespi/2020062

1. História. 2. História do Piauí. I. Sousa Neto, Marcelo de (Org.). II. Alvarenga, Antonia Valtéria Melo (Org.). III. Fontineles Filho, Pedro Pio (Org.). IV. Título.

CDD: 981.22

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI

UESPI (*Campus Poeta Torquato Neto*)

Rua João Cabral • Bairro Matinha • Teresina-PI • Brasil

Todos os Direitos Reservados

SOUSA NETO, Marcelo de; ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo; FONTINELES FILHO, Pedro Pio (Org.). **A história sob múltiplos ângulos:** trajetórias de pesquisa e escrita. Vol. 2. Teresina, PI: EDUESPI, 2020. <http://dx.doi.org/10.36970/eduespi/2020062>

- ENTRE EIXOS, ÂNGULOS E PONTES:
PESQUISAS E ESCRITAS EM HISTÓRIA** 7
Marcelo de Sousa Neto
Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Pedro Pio Fontineles Filho
- “NAVEGAÇÃO NO INTERIOR DO BRASIL”:
UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE UNIÃO (PI),
NA PRIMEIRA REPÚBLICA** 17
Claudia Cristina da Silva Fontineles
Jayra Barros Medeiros
- A REVOLTA DOS CABOS E A INTERRUÇÃO DA
“REVOLUÇÃO DE 1930” NO PIAUÍ (1931)** 37
Idelmar Gomes Cavalcante Júnior
- DIFUNDIR IDEAIS É FORTALECER O PODER: A
RECEPÇÃO DO VARGUISMO PELO PIAUÍ 1930 A 1945** 59
Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo
- “A NEGLIGÊNCIA E A IGNORÂNCIA CORREM
PARELHA COM A MISÉRIA”: A MORTALIDADE
INFANTIL NO PIAUÍ (1930-1945)** 81
Joseanne Zingleara Soares Marinho
- SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA
(SESP) NO PIAUÍ: (1956-1960)** 103
Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Emerson Luís de Sousa Lemos
- “UMA GRANDE ORGANIZAÇÃO FABRIL DO PIAUÍ”:
A COMPANHIA DE FIAÇÃO E TÊCIDOS PIAUIENSE NO
CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL** 125
Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

**THE SAND DUNE WEEKLY: INVENÇÃO E FICÇÃO
NO DISCURSO OFICIAL DA UNEF** **149**
Manoel Ricardo Arraes Filho

**NA BEIRA DOS RIOS, A MARGEM DA CIDADE:
CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO FEMININO NA
CIDADE DE TERESINA-PI (DÉCADA DE 1970)** **167**
Marcelo de Sousa Neto
Yasminn Escórcio Meneses da Silva

**O SUJEITO DE DIREITO NA CONTEMPORANEIDADE:
REFLEXÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA DOS
SUJEITOS DE DIREITO NA CONDIÇÃO
HISTÓRICA PÓS-MODERNA** **189**
Edwar de Alencar Castelo Branco
Jarbas Gomes Machado Avelino

**VIDAS QUE IMPORTAM: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E
BIOPOLÍTICA NO SERTÃO PIAUIENSE (1994-2017)** **207**
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito
Ângela Maria Macêdo de Oliveira

SOBRE OS AUTORES **229**

ENTRE EIXOS, ÂNGULOS E PONTES: PESQUISAS E ESCRITAS EM HISTÓRIA

*Marcelo de Sousa Neto
Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Pedro Pio Fontineles Filho*

Não deixa de ser menos verdade que, face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha que, muito claramente, não é a mesma que a do biólogo, por exemplo; que será propriamente uma escolha de historiador.

Marc Bloch¹

Alcançados e atingidos, direta ou indiretamente, pelas reflexões feitas por Marc Bloch, os pesquisadores que se dispuseram a compartilhar suas pesquisas no presente livro, compreendem a difícil e fascinante tarefa do ofício do historiador. Em meio à “imensa e confusa realidade”, cada historiador fez suas escolhas, a partir de repertórios teóricos e metodológicos particulares. Não particulares no sentido da expressão de uma individualidade desconexa e sem rastros e lastros. Particulares no que se refere à maneira como esses historiadores imprimiram suas leituras e interpretações na construção de seus objetos de pesquisa. As sínteses trazidas à baila nesta coletânea é um indicativo do mote da prática escriturística de

1 BLOCH, Marc. *Apologia a História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 52.

seus autores, tomando de empréstimo o que preconiza Michel de Certeau², a operação historiográfica realizada está circunscrita, de certa forma, pelo caráter poliédrico dos resultados, sem desconsiderar que tal operação é constituída por um campo repleto de especialidades e abordagens que se cruzam, se tocam e promovem novos debates sobre a realidade no tempo, pelo tempo e contra o tempo.

É proposital a escolha do termo “ângulo” no plural, para constituir o título do presente livro. As análises e narrativas desenvolvidas pelos pesquisadores partem, assim como as semirretas, de uma mesma origem, mas que seguem rumos diferentes, formando ângulos distintos. O eixo que liga tais construções de pesquisa não é unicamente as espacialidades do Piauí ou do Maranhão. Não se trata de demarcar o recorte espacial em si mesmo, visto que as discussões levantadas sinalizam para o entendimento de acontecimentos que envolvem, direta ou indiretamente, outras localidades do país e mesmo fora dele. A “História sob múltiplos ângulos” amplia as noções de sentidos da própria história, pois os objetos e interpretações contidos nos artigos transitam por temporalidades várias.

Também é intencional a imagem que integra a capa do livro. A silhueta da Ponte João Luís Ferreira, corriqueiramente chamada de “Ponte Metálica”, trata-se da primeira ponte erguida sobre o Rio Parnaíba, no ano de 1939, ligando Teresina, capital piauiense, à cidade de Timon, no Maranhão. Tal ponte se constituiu como símbolo do progresso das décadas de 1930 e 1940, despertando, na mente das populações das cidades beneficiadas por essa obra, o sonho de que os ares modernos trouxessem o bem-estar. A Ponte assume, também, o papel de cartão postal de Teresina, sob as lentes dos mais entusiastas fotógrafos. Tornou-se musa para inúmeros poetas, músicos e pintores. A ponte também simboliza a ligação que os autores imprimem nos usos entre teoria, empiria e metodologia, o que constitui o tripé fundamental da pesquisa histórica e historiográfica.

De maneira consciente, a capa escolhida para simbolizar imagetivamente o livro também sinaliza para outras espacialidades, pois, dentre os textos que compõem essa coletânea, além da pluralidade típica de uma obra em conjunto, há também o esforço em demonstrar

2 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Edição de Luce Giard. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

aspectos sobre parte da história do Maranhão. Ao fazer isso, apontam-se, indiretamente, para reflexões acerca das relações entre os dois estados, cujas histórias se confundem e se mesclam, sobretudo em seus começos, com momentos que remontam ao século XVIII. Desde suas trajetórias como capitânias, as vinculações administrativas, políticas, econômicas e religiosas marcaram as aproximações entre as duas regiões.

As trajetórias de pesquisa, aqui agrupadas, são o resultado do trabalho metodológico e intelectual de seus autores no trato apurado das fontes. Os pesquisadores são sabedores de que “a fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com seu problema”³. É por meio das fontes que o pesquisador percebe e constrói seus ângulos de análises. Todos os autores nesta coletânea estão cientes de que o “documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita”⁴. Não se trata da análise restrita à fonte em si mesma, mas a problematização através da qual consegue compreender a realidade de cada tempo e espaço com suas temporalidades e espacialidades várias. Em decorrência disso, é possível notar que as abordagens das pesquisas tragam traços, com maior ou menor destaque, para a História Oral, História Serial ou Quantitativa, História Regional, Micro-História e História do Tempo Presente.

Os modos de fazer História de cada pesquisador são frutos de suas trajetórias acadêmico-científicas, de suas leituras, produções e atuações em diferentes universidades e em distintos grupos e núcleos de pesquisas. Tais modos são, em grande medida, o espelho de suas maneiras de ler e interpretar os conceitos e teorias da história, utilizando-os e friccionando-os com as fontes, em diálogo com caudaloso referencial teórico e historiográfico.

Todos os textos desta coletânea partem da consciência da construção de seus objetos, pois seus autores entendem que “não há possibilidade de uma boa pesquisa sem uma definição clara, em

3 BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 134.

4 KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Gali. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 24.

todas as suas dimensões [...] dos problemas pesquisados”⁵. Em meio à “imensa e confusa realidade”⁶, os pesquisadores tiveram, e têm, a sapiência de que vislumbrar os “limites do que se quer pesquisar é um passo inevitável e indiscutível de todo processo metodológico”⁷. E tal passo foi dado com firmeza e com leveza ao mesmo tempo, pois o rigor do método não impediu que os pesquisadores construíssem narrativas sedutoras, apaixonadas e apaixonantes. Assim o são, notadamente, por estarem alicerçadas na noção de que “a teoria da história é, antes, a teoria das condições de possibilidade da história”⁸. Significa dizer que o caráter duplo da história foi levado como elemento direcionador das pesquisas, visto que as teorias utilizadas apontam “tanto para os nexos entre os acontecimentos como para a maneira de representá-los”⁹. Por isso, o leitor encontrará, nesta coletânea, textos que se debruçaram, teórica e metodologicamente, sobre algumas possibilidades da história, com problematizações que ampliam os horizontes da pesquisa histórica. Além disso, os textos aqui selecionados reforçam a ideia de que “os historiadores se veem confrontados com a tarefa de reconhecer a total alteridade do passado, a fim de confrontá-la com os processos de mudança do nosso próprio tempo”¹⁰.

São capítulos que se preocupam com o homem no tempo e no espaço, inferindo sobre a atuação desse homem em suas relações de força e de poder. Nesse sentido, os autores lançam mão da potencialidade de estudo de tais relações e constroem suas narrativas e análises em que a política, a economia, o trabalho, a cultura, a cidade, a escrita literária, o cotidiano e as mentalidades são expressões das imbrincadas redes e relações de poder. As pesquisas, ora apresentadas como artigos, foram impulsionadas, em boa medida, pela certeza de que “a apreensão do histórico, os fatores que devem ser considerados em sua análise e, portanto, a construção da teoria historiográfica tem de se dirigir para a definição, o reconhecimento, a revelação da

5 ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 475.

6 BLOCH, Marc. *Apologia a História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 52.

7 ARÓSTEGUI, Julio. Op. cit., p. 476.

8 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 92.

9 KOSELLECK, Reinhart. Idem.

10 KOSELLECK, Reinhart. Idem, p. 276.

eficácia dos sujeitos da história”¹¹. Por esse diapasão, estão imersos em discussões que transitam entre o social e o cultural, o que faz com que o eixo, de onde partem os artigos, abra-se à possibilidade de incontáveis ângulos, criando pontes de interlocução, concretizando, então, uma “História sob múltiplos ângulos”, é o que se poderá observar ao tomar o conjunto de textos para análises.

Conjunto aqui não está associado às homogeneidades teóricas, metodológicas ou temáticas. Mas, por tratarem quase unanimemente de um mesmo recorte espacial, o Piauí, os autores às vezes se aproximam, produzindo diálogos, como por exemplo, ao discutirem aspectos da participação do Piauí no projeto de modernidade difundido pelo governo Vargas, como fez Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo, ao analisar o processo de reorganização do Piauí com os aparelhos políticos e administrativos colocados em funcionamento pelo referido governo; ou Joseanne Zinglera Soares Marinho chamando a atenção para o surgimento de novos sujeitos de direito nesse mesmo contexto, quando crianças e mulheres passaram a integrar as agendas públicas, fazendo parte do rol das prioridades definidas para as políticas de Estado.

Trabalhando associados ao mesmo projeto varguista, ainda que em recorte temporal diferente, Antonia Valtéria Melo Alvarenga e Emerson Luís de Sousa Lemos, discutiram a integração do Piauí, na década de 1950, ao Serviço Especial de Saúde Pública-SESP, implantado no País em 1942. O referido Serviço foi parte de um acordo firmado entre o Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA) e o Ministério Capanema, e integrou um Programa que tinha por finalidade coordenar e administrar problemas de saúde pública na América Latina. Esse diálogo pode ser percebido, ainda, no texto de Felipe Augusto dos Santos Ribeiro, que, sem se prender ao contexto do governo Vargas, discute como a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, empresa que mantinha a única fábrica do ramo têxtil do Piauí, localizada em sua capital Teresina, integrou-se à modernização do Estado, tomando como ponto de partida o ano de 1942, e voltando sempre ao cenário piauiense do período.

11 ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC, 2006, p. 330.

Ainda nesse contexto tem-se a análise realizada por Idelmar Gomes Cavalcante Júnior, sobre a Revolta dos Cabos e a interrupção da “Revolução de 1930” no Piauí, ocorrida na madrugada do dia três de junho de 1931, no 25º Batalhão de Caçadores, em Teresina. O movimento liderado por Amador Vieira de Carvalho, que inicialmente apresentou-se contra o comando do batalhão, em seguida, dirigiu-se ao Palácio de Karnak, sede do governo estadual, à sede do Quartel da Polícia Militar, ao Banco do Brasil e a outros aparelhos públicos. A discussão gira em torno das nuances que caracterizaram a instalação do governo revolucionário no Piauí.

Completando esse grupo tem-se o trabalho das historiadoras Cláudia Cristina da Silva Fontineles e Jayra Barros Medeiros, que expandem a abordagem historiográfica presente na obra, para outras localidades do Piauí, ao produzirem uma importante análise sobre a navegação a vapor na cidade de União, durante a Primeira República. Conforme destacaram as autoras, ao “descrever a importância do porto de União para associabilidades do período, a pesquisa analisou os encaminhamentos promovidos pela navegação a vapor, no Piauí”.

Outros Ângulos também servem como ponto de encontro entre autores dessa obra, é o que se observa, por exemplo, nos textos de João Batista Vale Júnior; e de Marcelo de Sousa Neto e Yasmin Escórcio Meneses da Silva, ao dirigirem seus olhares para Teresina dos anos de 1970. As análises permitem perceber em um mesmo espaço geográfico e temporal, múltiplas histórias em processo de construção. São sujeitos que se cruzam, às vezes integrando os mesmos ambientes, mas que a historiografia, no rigor das técnicas que lhes são necessárias, os separa como se habitassem mundos e tempos diferentes.

Em 1970, em meio ao efervescente desenvolvimento cultural e econômico da cidade, proporcionado pelo “milagre econômico”, que dizia levar o Estado ao progresso, estavam as lavadeiras, sentadas à beira dos rios Parnaíba e Poty, exercendo um antigo ofício, lavando as vestes de um segmento da juventude que buscava construir uma identidade estética libertária no contexto político e cultural daquela Teresina. Fechando essa discussão sobre a Teresina atual, têm-se a análise de Viviane Pedrazani sobre a prática de preservação do patrimônio cultural de Teresina nas décadas de 1980 e 1990, momento em que se delineia um ideário de preservação do patrimônio cultural dessa cidade,

colaborando nesse esforço os governos estadual municipal e estadual, ao produzir instrumentais teóricos, legais e técnicos responsáveis pelos tombamentos dos seus atuais bens culturais.

Encontros que ainda acontecem quando se olha com atenção os textos de Wellington dos Santos Pereira e Pedro Pio Fontineles Filho, Teresinha Queiroz, Socorro Magalhães Rios, Pedro Vilarinho Castelo Branco, Francisco de Assis de Sousa Nascimento e de Francisco Alcides do Nascimento ao utilizarem a literatura, a arte e outras linguagens como subsídios para a compreensão da história, para o encontro com sujeitos que ficaram esquecidos das formas tradicionais de registros do passado. Esses textos se inscrevem nas categorias de abordagens que dialogam com a perspectiva Benjaminiana¹², presentes nas Teses sobre História, quando o autor, inspirado pelo escritos de Horkheimer e Bergson, discutiu a relação passado/presente.

Percebe-se nessas análises uma função redentora do presente para com o passado, que se corporifica na concepção de uma historiografia tribunal de justiça, em que a humanidade atual oferece aos protestos quem vêm do passado, daqueles que tiveram suas vozes silenciadas ao longo dos tempos. Portanto, de ausentes dos registros oficiais, que podem ser encontrados nas expressões de afetividades, de desejos, de catarses emocionais que a literatura e o teatro são capazes de proporcionar.

Aproximando-se dessa discussão, a obra conta, ainda, com o trabalho de Manoel Ricardo Arraes Filho que tem como título *The sand dune weekly: invenção e ficção no discurso oficial da UNEF*, em que o autor realiza uma análise do chamado “discurso oficial” da Primeira Força de Paz da ONU, tendo como base várias matérias jornalísticas difundidas nas páginas mimeografadas do jornal oficial da Missão, intitulado “*The Sand Dune – the UNEF Weekly*”.

Outro aspecto importante, tratado nessa coletânea, diz respeito a uma dimensão da História que vem obtendo avanços consideráveis nas últimas décadas, especialmente junto aos programas de Pós-Graduação na área de história e afins. Trata-se do estudo das temáticas vinculadas às relações de gênero. Carla Bassanezi Pinsky,

12 BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986c. (Obras Escolhidas. v. 1).

na apresentação do livro “História das relações de gênero”, de Peter N. Stearns, afirmou que falar “em gênero é uma forma de enfatizar o caráter social e, portanto, histórico, das concepções baseadas nas percepções das diferenças sexuais»¹³.

Nesse sentido, a obra trouxe o trabalho de Ângela Maria Macedo e Fábio Leonardo Castelo Branco e, ainda, o texto de Fernando Bagiotto Botton e Francineila Lima Miranda, que discutem as formas de relações entre o feminino e o masculino e os papéis que são socialmente designados para homens e mulheres ao longo da história desse país. Ainda que trabalhando o contexto e com sexos diferentes, são análises que convidam o leitor a observações sobre os lugares, as culturas e as temporalidades onde essas relações de gênero são forçadas e à maneira como valores e papéis sexuais são definidos.

Por fim, tem-se o texto produzido em coautoria pelo irreverente Edwar de Alencar Castelo Branco e por Jarbas Gomes Machado Avelino, que traz um debate interessante tanto pelo objeto, quanto pela relação interdisciplinar entre História e Direito. Na análise chamam a atenção para o sujeito de direito contemporâneo, lançando mão de leituras realizadas no campo da Filosofia, da Psicanálise, da História e do Direito, para produzirem reflexões sobre a problemática dos sujeitos de direito na condição histórica “pós-moderna”. Para os autores, em contextos em que a concepção cartesiana de sujeito se encontra ameaçada, fragmentada, toma lugar uma perspectiva que “exige um rápido trânsito entre “sujeito” para a de “posições de sujeito” nas relações contratuais produzidas no mundo civil.

Afirmam que os rearranjos nas concepções de sujeito, processados no campo da teoria social, impactam, inevitavelmente, na dimensão do Direito, por ser esse produto cultural das sociedades. Assim, utilizando-se da concepção de sujeito como “constituição” procuram compreender como essa categoria sócio-jurídica vem sendo apresentada na legislação civil atual, buscando apreender o alcance das mudanças processadas no existir do sujeito pós-moderno, especialmente no campo normativo que regula as relações entre particulares.

13 STEARNS, Peter. N. *História das relações de gênero*. Trad. De Mirna Pinsky. Sao Paulo: Contexto, 2007, p.11.

Enfim, seja para discutir a permanente modernização de Teresina, dentro de uma abordagem que considera que esse é um processo que não finda, ampliando-se com o crescimento do seu perímetro urbano, com avolumamento de sua população e com o adensamento de sua demografia; ou para tratar de questões mais gerais, relacionadas à constituição da esfera pública, das formas de manifestação e organização do trabalho, das relações entre sujeitos, das manifestações culturais e dos tipos de resistências manifestadas aos padrões e ordens estabelecidas na sociedade piauiense; seja, ainda, para abrir um debate onde o novo não se vincula com a modernidade, mas está para além dela, os textos que constituem essa obra abordam objetos e problemas, independente do seu assento temporal, que reverberam com muita intensidade no presente. Convidamos, então, os leitores, para um passeio pelos aspectos aqui propostos para a História.

“NAVEGAÇÃO NO INTERIOR DO BRASIL”: UM OLHAR SOBRE A CIDADE DE UNIÃO (PI), NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Jayra Barros Medeiros¹

Claudia Cristina da Silva Fontineles²

*As águas lentas rolando
e as balsas descendo nas águas,
e os homens descendo nas balsas,
com o cérebro cheio de nada,
o estomago cheio de nada,
e o coração cheio de tudo.*

(CASTELO BRANCO, 1970)

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo compreender a navegação do rio Parnaíba e sua ligação com o porto de União (PI), sendo que o “espírito de modernidade” que atravessava o “século da eletricidade e do vapor” (MORAES, 1894, p. 5) intensificava a navegação fluvial a vapor que aparece como um dos elementos mais representativos dos novos tempos e trazia mudanças positivas no escoamento das produções e nas comunicações no território brasileiro. As estradas fluviais e marítimas viveram um momento de

1 Doutoranda em História do Brasil, pela Universidade Federal do Piauí (Bolsista CAPES), mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí, especialista em História Cultural pela Universidade Federal do Piauí e graduação em História pela Universidade Estadual do Piauí. E-mail: jayramedeiros@yahoo.com.br.

2 Professora Associada do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí. E-mail: cfontinelles@gmail.com.

prosperidade com o surgimento de várias companhias e edição de leis e decretos que beneficiaram o setor, viabilizando a centralização das atividades da navegação e permitindo a criação, em 1890, do Lloyd Brasileiro, uma grande empresa estatal de navegação transoceânica, e em 1907 a criação da Inspetoria Federal de Navegação, um órgão do Ministério da Viação e Obras Públicas, encarregado de regular e fiscalizar a navegação.

Podemos dizer que “a existência é moderna na medida em que é produzida e sustentada pelo projeto, manipulação, administração, planejamento. A existência é moderna na medida em que é administrada por agentes capazes e soberanos” (BAUMAN, 1999). Dessa forma, percebemos a regulação e fiscalização das estradas fluviais como uma existência moderna e nos perguntamos como esses planejamentos e ordenamentos foram vivenciados em União. Essas atividades fluviais fizeram com que os rios brasileiros passassem a ser alvo de estudos e projetos nacionais, como, por exemplo, “A Navegação no Interior do Brasil”, de autoria do engenheiro e geógrafo Eduardo José de Moraes. Nesse estudo, o referido engenheiro aponta o rio Parnaíba e suas potencialidades para a modernização e desenvolvimento do Brasil. Dessa forma, nos perguntamos quais as contribuições dessas leis e decretos em União, já que em meados do Império o território passa a ser contemplado com a navegação a vapor pelo rio Parnaíba. Para tanto, utilizamos a resolução número 362, de 1853, que eleva, à categoria de Villa, a povoação do Estanhado e o decreto número 1 da República Piauiense, do ano de 1889, que institui a Cidade de União. Ambos os documentos citam o Rio Parnaíba como um fator decisivo para as medidas mencionadas.

As referidas fontes nos mostram o movimento de “mercadorias de consumo, de comércio e das gentes” (GANDARA, 2008, p. 207) que estavam a bordo dos vapores e faziam surgir, “[...] sob influência de fatores vários, uma cidade bem próxima a Teresina que, embalada por florescente comércio, sociedade elevada e já, com foros de civilizada, crescia, acariciada por clima ameno cuja influência se deveria talvez à fertilidade da intensa flora” (REGO, 1983, p. 13). Dessa forma, ao sopro carinhoso da suave brisa nascida do rio Parnaíba, União herda do rio Parnaíba características de “sociedade elevada” e com “foros de

civilizada” que irão atravessar as memórias dos seus conterrâneos e nos levar a concluir que a interferência do rio na cidade não se resumia apenas a seu comércio de mercadorias, mas também, em seu cotidiano, em suas subjetividades.

“O PORTO DA UNIÃO”: embarque e desembarque de ideias, mercadorias e gentes na Primeira República

O município de União, juntamente com Estado, controlava a venda das passagens e saída de mercadorias, gerando impostos para a referida cidade e novas formas de sobrevivência e sociabilidades. A venda das passagens das canoas e barcas que, até meados do século XIX, era cobrada pelos trabalhadores passou a ser de responsabilidade do arrematante que era “obrigado a prestar os preciosos serviços aos transeuntes, o mesmo sucederá quando este serviço for feito administrativamente”. (UNIÃO/PI, 1901).

Dessa forma, percebemos que, no período pesquisado, as normas de condutas começavam a sofrer modificações no que diz ao tratamento com os passageiros. Havia, então, uma maior preocupação com a civilidade, ou seja, com o comportamento. Percebemos essas modificações também nos códigos de posturas de 1870, no que se refere ao trato com a mercadoria e ao valor das passagens.

Nesse período, as atividades de transporte fluvial se intensificaram pelo rio Parnaíba, regras de condutas foram elaboradas sobre os serviços prestados aos passageiros, o arrematante ou administrador, por exemplo, era “obrigado a tratar com urbanidade e respeito aos transeuntes, recebendo na praça os objetos e animais [...]” (UNIÃO/PI, 1901, p. 8). Intensifica-se no início do século XX uma preocupação com os aspectos urbanos. O quadro a seguir, com os preços das passagens, foi utilizado no exercício de Angelo Agnelo Franco de Sampaio quando Intendente de União, e demonstra a importância do movimento no porto para a cidade de União, que nesse momento apresenta em seus

códigos de posturas a preocupação com civilidade e o bem estar dos passageiros.

Por pessoa durante o dia	0\$60
Por cabeça de gado vacum, cavalari ou muar	\$200
Por quadrúpede de outra espécie	\$200
Das 6 horas da tarde às 6 da manhã, as passagens quer de pessoas quer de animais são pagas pelo duplo	

TABELA 05: Passagens em União (PI) na Primeira República. Fonte: adaptada por Jayra Barros Medeiros a partir do Orçamento da Receita e Despesa do Município de União que tem de vigorar durante o ano de 1902. Datado de 19 de setembro de 1901.

A característica rural da cidade de União fica acentuada na descrição das passagens. Os animais, o gado, especialmente tinham uma importância fundamental para essa economia que se formou de uma fazenda. Peculiaridades que na Primeira República ainda sobrevivem e que podem ser descortinadas com a lista das passagens do vapor que revelam uma intervenção estatal e restrições aos criadores rurais que conviviam com “completo sortimento de gêneros, estivas e miudezas [...] toda espécie de gênero de produção do país” (UNIÃO PI, 1920). O anúncio opera com recursos de linguagem característica da vida moderna em uma sociedade com traços rurais que aperfeiçoava seu “Espírito Moderno” nas propagandas e nomes dos estabelecimentos comerciais. Como podemos visualizar na imagem a seguir:



FOTO 01: Propaganda do comércio “Novo Mundo”, na Cidade de União. Fonte: Livro de registro de firmas e marcas do comércio de União (PI) no ano de 1929.

Esse anúncio reflete o desejo dos unionenses de estar em consonância com as novidades que a navegação a vapor trazia para os portos piauienses e a interferência da exportação e importação no território do Estanhado que sobrevivia da mistura das tradições rurais e novidades que chegavam e produziam um “Novo Mundo” ou a reinvenção de novas e velhas formas de responder a suas necessidades.

Nesse sentido, destacamos as Mesas de Rendas, que funcionavam como arrecadação de imposto e eram “consideradas de necessidade para o aumento das rendas do Estado,” funcionavam “[...] nos portos de maior comércio [...] nas cidades de Parnaíba, União, Teresina e Amarração [...]” (PIAÚÍ, 1890, p.4). Em relação às regras da Mesa de Renda da cidade de União, instituíram as regras, tais como:

deverão os passageiros abrir os volumes a fim de poder o empregado verificar se o contendo deles está efetivamente no caso de ser considerado bagagens. Se por ventura forem encontradas em tais volumes mercadorias sujeitas ao imposto de importação, será este cobrado de acordo com as disposições deste regulamento. (PIAÚÍ, 1890, p. 5)

Como vimos, a preocupação dos administradores com o contrabando no Piauí era significativa. No entanto, mesmo com as medidas de abrir as malas dos passageiros, alguns escapavam. É o que relata o trecho a seguir,

- Os comandantes dos vapores estão danados com J. N.
- Por quê?
- Porque ele para não pagar os fretes de suas mercadorias, traz as mesmas em suas malas de bagagem.
- O quê?
- É pura verdade e para isto leva às vezes até as minhas malas que me contraria embora como caixeiro-viajante fizesse o mesmo, quando viajava para a Amarante e Floriano, para onde os fretes são mais caros. (Em uma roda. *Jornal O Vim-Vim*. 1916, p.4)

O diálogo anterior aponta para a facilidade do contrabando que nas mensagens governamentais do período era apontado como um dos principais problemas administrativos do Piauí. As cidades de Amarante e Floriano, descritas como os portos de maior frete juntamente com a cidade de União, possuíam Mesas de Rendas administrativas e agências, o que não inibia a prática constante do contrabando. Em União, essas mesas iam desde Desígnio até Santa Rita e administravam os trabalhadores que transportavam as mercadorias como maniçoba, cereais, óleos vegetais e algodão nos lombos dos animais até chegar aos portos para as embarcações.

Em relação aos portos, é oportuno dizer que “não devemos ligá-los unicamente ao fato em si de sua existência como ponto de entrada e saída de pessoas e de produtos” (GANDARA, 2010, p.16). Portanto, acabam trazendo implicações econômicas e sócio espaciais e muitas vezes modificações no cotidiano dos habitantes do seu entorno. Como exemplo das subjetividades que o porto acomodava no início do século XX, destacamos poesias publicadas na imprensa do período, evidenciando os vários sentimentos provocados no cenário do porto.

O PORTO

Quantos lenços tremendo, ali no espaço
Quanta gente chorando, aqui no porto
Uns, que ficam, sentindo o desconforto,
Outros que partem, num pungente abraço

Quando tem da paixão desfeito laço,
Vive o poeta, a sorrir, sempre absorto;
E a vida é sempre a mesma o mesmo traço
Mas, chora quando rola um ideal morto

Há nessa turba, comovida, o anseio
De uma separação partindo ao meio
Os pobres corações são cheios de ais

A vida passa e é o coração que sente:
Anhelos dos que voltam novamente,
A saudade dos que não voltam mais.

(COSTA, Murilo. No Porto, *Jornal A Imprensa*, p. 3, 1926)

O embarque e desembarque dos piauienses nos vapores traziam sentimentos de perda, de amores, desamores, solidão, alegrias, emoções que se misturavam com as novidades que eram os vapores. Esses sentimentos, “por mais que assinalem individualidades, terminam por tocar no universal de forma mais efetiva” (REZENDE, 2010. p. 143). Uns partem, outros ficam a chorar individualidades marcadas pelos portos, pelos navios, pelas novidades que circulavam o mundo e se misturavam as tradições rurais da pequena cidade no interior do Nordeste. Quando falávamos com Sr. Joaquim Narciso da Rocha, percebemos como essas sensibilidades faziam parte do cotidiano dos unionenses no período pesquisado:

[...] quando eu nunca tinha viajado eu dizia “ainda vou viajar num navio desses” [risos], principalmente no Manél Tomás que era um vapor grande viu! Bem confortável O Manél Tomás. Agora tinha as lanchinhas pequenas, a Brasileira era uma pequena, a gente nem viajava nela por que só cabia o motor e mais nada. (ROCHA, 2011, p. 3)

O desejo de viajar nos vapores veio ainda na infância quando Sr. Joaquim Narciso brincava com os colegas nas coroas do rio Parnaíba. Em sua adolescência, as viagens foram frequentes, de União para Parnaíba. Nessas viagens, as vivências com os vapores formularam sensibilidades, sentimentos e ressentimentos com os quais teve de conviver durante sua vida. Foi o que percebemos ao ouvirmos a descrição do dia da morte de seu pai.

Nós não tava nem aqui, eu mais meu irmão mais velho. Nós tinha chegado em Parnaíba, na casa... pra ir morar com o Zé Narciso, isso em 1933, chegamo lá no dia 17 de Junho e foi no 12 recebemos um telegrama daqui que meu pai tinha morrido, não dava pra vir nesse tempo de carro de Parnaíba pra cá eram dois dias de viagem, e embarcado nos vapor eram sete dias de viagem. Ai não assistimo nem o enterro do meu pai, eu tinha...eu não tinha 13 anos ainda. (ROCHA, 2011, p. 5)

A distância e a demora da viagem dificultaram travessias importantes, muitas sensibilidades foram afetadas como a do nosso entrevistado que acabaram nos revelando as multifaces da cidade de União, das quais destacamos os sonhos coletivos, suas utopias, esperanças e medos que ajudam a construir a arquitetura e os lugares praticados. Entendemos que a cidade é “exterioridade por excelência, ou a forma da exterioridade. Daí porque pensar que a cidade e a subjetividade deveriam ser a mesma coisa, desde que ambas fossem remetidas à dimensão de exterioridade que lhes é comum [...]” (PELBART, 2000.p.46). Pensar a exterioridade dessas questões é desfazer uma subjetividade dada. É compreendê-la como plenamente fabricada, ou seja, pensar o modo pelo qual as transformações e permanências sociais constituem e são constituídas pelos sonhos, desejos, esperanças e utopias, fazendo-nos concluir que os sentimentos de perda, de partida nos anos da nossa pesquisa eram com frequência associados aos vapores que iam e viam levando e trazendo subjetividades no embarque que:

Soa o momento penoso da partida!
Ela a batida, chorosa, soluçante...
Do numeroso cortejo ia adiante,
Rumo do Porto, onde fez a despedida!
Silva o vapor! Esse indício de saída
Breve prostou-a febril e arquejante
“Adeus a todos” – Nicota nesse instante
disse, o coração sentindo já sem vida!

Parte o navio! Ela exausta agita o lenço,
Com tanta dor e um pesar profundo, imenso,
O preso o peito, e sufocada e rouca...

Faz hoje um ano desta cena triste!
Ela morreu/ E em mim, para sempre, existe
Uma tristeza indefinida e louca!
(CASTELO BRANCO, *Ano de luto*, [s.n.] 1902, p.4).

As subjetividades unionenses do período flutuavam sobre as águas do Parnaíba que levavam e deixavam saudades, inspirando os poetas que, ao expor suas mágoas e alegrias, acabavam demonstrando um pouco das sociabilidades do final do século XIX e início do século XX, ao registrar as partidas e chegadas nos portos unionenses como momentos subjetivos e não apenas como um lugar de embarque e desembarque de mercadorias, demonstrando como os unionenses conviviam com as sensibilidades que os vapores transportavam. Como bem demonstrou o poeta:

A PARTIR DE “UNIÃO”

Ô formosa cidade, ô minha amada terra,
Que sobre o Parnaíba altiva se reclina!
Ao deixar-te nesta hora de novo me domina
Uma tristeza imensa que me abate e me aterra

Em profundo cismar minha alma vaga e erra
Dizendo um triste adeus ao vale e a campina,
As ruas, as praças, ao rio, e a colina,
A todo esse primor que tanta graça encerra!

No seio teu tranquilo senti algum alívio,
Da família extremosa no salutar convívio
Gozei vida serena, calma, doce e mansa!

E sabes quem me leva agora ao meu exílio,
Quem ordena a partida do teu dileto filho
Um anjo que deixou-te triste e lá descansa!
(CASTELO BRANCO, 1902, p. 6)

A poesia anterior aponta vetores das sensibilidades como a perda, a partida, a chegada, a despedida que nos ajudam a compreender as vivências na cidade pesquisada e relacioná-las às praças, às ruas, ao rio, à colina e aos sentimentos que o habitat proporcionava ao autor. Neste sentido “a poesia é antes de tudo um ato de reflexão” (DECCA, 2004, p. 156), reflexões que demonstram o porto da cidade de União não somente como ponto de apoio para a chegada e partida das mercadorias e sim com suas vivências e cotidianos demonstrando como a literatura nos ajuda a compreender as configurações históricas de um dado período. Tal procedimento implica pensar a literatura como uma leitura do urbano “capaz de conferir sentidos e resgatar sensibilidades aos cenários citadinos, às ruas e formas arquitetônicas, aos seus personagens e às sociabilidades que nesse espaço têm lugar” (PESAVENTO, 2002. p. 10).

Na Primeira República, a literatura brasileira apresenta características baseadas no utilitarismo, liberalismo, positivismo e humanitarismos, edificando conceitos como o de nação, bem, verdade, justiça que operavam como padrões básicos de referências, além de colaborar para a composição de um acervo literário universal e que possuíam nítidas intenções sociais. O engajamento social tornou-se parte do homem de letras, no início do século XX, que ficaram conhecidos como *Mosqueteiros Intelectuais*. Esses estudiosos tinham como principais objetivos:

[...] a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. (SEVCENKO, 1995, p. 79)

O ativismo social dos literatos da Primeira República nos permite visualizar as configurações históricas do período em estudo e perceber que a literatura nos fornece possibilidades de entender as conjunturas sociais da cidade de União. Ao analisarmos os escritos de Felton Castelo Branco, sob pseudônimo de João Eliziário, que estão contidos na revista *União por dentro*, publicados no ano de 1916, entendemos como as questões sociais influenciam a escrita dos literatos e como as poesias sobre a cidade de União nos permitem pensar a literatura piauiense e suas relações com as questões sociais. Os literatos piauienses, nesse período, aparecem como

[...] um grupo de ampla presença social e de inegável envolvimento político. Sua atuação pode ser observada nas mais diversas instancias: na educação, na imprensa, na política, na administração pública, na justiça, no lazer, na literatura. (QUEIROZ, 1998, p. 13)

É nesse contexto que os sonetos da revista “União por dentro” foram escritos, em que o autor satirizava os intendentess, os administradores municipais nos primeiros anos da República e convidava os seus leitores a pensar sobre as questões sociais que envolvia a cidade. Ao criticar a Intendência Municipal de União, o autor deixa margens para analisarmos seu lugar na cena política unionense, caracterizada pela oposição à família Rego, que pode ser resumida na figura de Benedito José do Rego, com suas intensas atividades no cenário político unionense, no período pesquisado.

Consideramos que o modo de vida na cidade foi se modificando, ganhando várias perspectivas que variam de acordo com as mudanças espaciais e temporais. E é com esse aspecto multifacetado que lançaremos um olhar sobre União, na Primeira República, período em que o espaço e suas relações sociais ganham força no que diz respeito ao urbano, quando a ideia de viver numa cidade moderna atravessava o mundo, fazendo com que a necessidade de modernização se fizesse presente em variados espaços. No território de União, essas representações podem

ser percebidas com a navegação a vapor, com as exportações do extrativismo vegetal, com os jornais e o telégrafo. E, mais do que com os símbolos de modernização, é através do “espírito de modernidade” amalgamado com as peculiaridades da região estudada que percebemos os ideais de urbanidade adentrar a pequenina cidade do interior do Piauí e flutuar o rio Parnaíba no período pesquisado:

[...] regam esse ameno e delicioso paiz; e por esse modo favorecem a agricultura e comércio, e facilita a comunicação entre os pontos mais centrais deste império [...] terão muitas vantagens as quatro províncias de Mato Grosso, Pará, Goyaz e Piauhy, se vencidos os embaraços da navegação dos profundos e majestosos rios [...] (MORAES, 1894, p. 50).

Com a intenção de projetar a unificação do transporte fluvial no Brasil, o engenheiro dividiu o sistema hidrográfico brasileiro em quatro bacias: bacia leste, São Francisco/Rio Grande/SP; bacia oeste, Amazonas com o Prata; bacia centro, Araguaia e Tocantins e bacias de segunda ordem. A proposta do referido pesquisador era promover uma integração entre o Rio Tapajós, afluente do Amazonas, com o Rio Paraguai por meio de um canal de navegação e outro canal que deveria ligar o Rio Grande (em São Paulo) ao Rio São Francisco. O Rio São Francisco seria integrado com o Rio Parnaíba também por meio de um canal entre os rios Preto e Gurgueia.

Ao destacar o potencial do Parnaíba para se tornar uma das principais estradas fluviais da região, alertou que o transporte pelo rio poderia se transformar em um motor efetivo do “desenvolvimento das forças vitais da nação” (MORAES, 1894, p. 10). A intenção do referido do engenheiro no ano de 1890 era de melhorar a navegação do rio Parnaíba e intensificar sua ligação com o restante dos rios brasileiros e assim melhorar o sistema de transporte do território brasileiro, o que de fato não ocorreu. Mesmo com todo o potencial do Parnaíba que:

desde sua nascente até sua foz no atlântico, atravessando a província em toda a extensão desta no espaço de 300 léguas, tendo sem números de estabelecimento agrícolas e vários núcleos internos de população [...] podendo, além desta razão, restabelecer fácil comunicação para certos lugares ainda mais remotos como Bom Jesus e Santa Filomena [...] está fadado pelos decretos providentes da natureza a ser uma das artérias vitais do progresso e da civilização desta terra [...] (MORAES, 1894, p. 60)

A descrição anterior parte da premissa de que as artérias vitais do desenvolvimento da nação estão intimamente ligadas a um melhor funcionamento das estradas fluviais brasileiras e a um melhor andamento do seu comércio através das importações e exportações. Essa corrente ideia do por vir um desenvolvimento econômico povoou o imaginário dos articulistas unionenses que passaram a desejar mudanças nas tradições em prol de uma modernidade que traria novos métodos para a agricultura, instalações de fábricas e usinas de energia elétrica. Muitas dessas modificações só vieram a ocorrer na década de 1920 no espaço estudado e configuravam-se apenas em projetos e tentativas muitas vezes frustradas.

Iniciativas que não se resumiam à cidade de União, na verdade elas faziam parte do cenário piauiense e quiçá brasileiro. As transformações em relação à navegação do rio Parnaíba no Piauí, por exemplo, resumem-se à libertação das cidades piauienses que se abasteciam de todos os gêneros de importação por meio de Caxias (MA) e se interessava, por força de estrutura do seu comércio, libertar-se do Maranhão que “exercia grande influência sobre a vida econômica piauiense” (QUEIROZ, 2006. p.16). Essa influência estava atrelada à falta de navegação a vapor nos rios piauienses que acabava causando dependência do comércio do Piauí no que diz respeito ao escoamento seus produtos para o restante do Brasil e para o exterior. Problema que teria sanado com a implantação da navegação a vapor no rio Parnaíba em meados do século XIX.

Dessa forma foram muitas as vivências que surgiam com a nova forma de transporte no Piauí, a limpeza das margens do rio, os trabalhos nas agências da Companhia de Navegação e nos vapores, a condução de passageiros e cargas. Essas transformações significavam para os piauienses uma integração com os projetos nacionais que se consolidavam através das exportações de produtos agrícolas, da abertura das vias de comunicações e do aproveitamento das áreas situadas às margens do rio Parnaíba e de seus afluentes.

Essas modificações nos levam a considerar que os barcos que iam e viam conduziram possibilidades de desenvolvimento para o Piauí através da *Companhia de Navegação a Vapor no Rio Parnaíba* que representava meios de melhoramentos e, portanto, elogiada pelos seus articulistas, “vivificando com sua influência as fontes da riqueza pública e particular [...] A quem senão a ela, na maior parte imputar o desenvolvimento que se vai operando na agricultura, no comércio, nas finanças gerais da província” (TERESINA/PI, 1874, p. 6). Considerada como um motor do progresso, a navegação era feita pelos barcos a vapor da Companhia e se estendia do porto da capital, Teresina, ao da cidade de Parnaíba, tendo como parada as seguintes escalas “União desta província, Repartição da do Maranhão, e rio acima, do porto desta mesma capital ao da cidade de Amarante.” (TERESINA/PI, 1874, p. 8). Em todas essas escalas os vapores teriam que permanecer por três horas para o embarque e desembarque de mercadorias. A tabela a seguir, nos mostra de forma mais detalhada as principais paradas dos vapores,

Para o Norte			Para o Sul		
Províncias	Portos	Milhas	Províncias	Portos	Milhas
Piauí	Teresina	0	Piauí	Teresina	0
Piauí	União	48	Piauí	São Gonçalo	123
Maranhão	Repartição	78	Piauí	Manga	87
Piauí	Parnaíba	144	-	-	-

TABELA 03: Linhas dos vapores da companhia dos vapores do Piauí, partindo de Teresina. Fonte: adaptada por Jayra Barros Medeiros a partir do relatório da diretoria e gerência da Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnaíba. Typ da Pátria: Teresina, 1871. p. 27.

Pelos vapores e barcos de reboque, viajavam passageiros, gado ou animal de qualquer espécie, e mercadorias que serviriam para a exportação e importação. Os preços dos produtos eram marcados em tabelas organizadas anualmente, firmadas em contrato entre o presidente da província do Piauí e o diretor da Companhia de Navegação a Vapor do rio Parnaíba que levavam em consideração os usos da terra, as distâncias e a intensidade do comércio. Para o sal e outros gêneros alimentícios, o frete pago era inferior aos de outras mercadorias. Dessa forma, o comércio dos municípios era regulado pelas agências, ou seja, locais que vendiam passagens e armazenavam mercadorias.

A referida companhia possuía quatro agências, uma na cidade de Parnaíba (PI), uma em Repartição (MA), uma em União (PI) e uma em São Gonçalo (PI) que tinham a finalidade de fiscalizar a entrada e saída de pessoas e mercadorias nas embarcações. Sobre a criação dessas agências no Piauí, temos o trecho a seguir:

a criação de agências, embora gratuitas, nos portos denominados – Estreito, abaixo da Repartição, Marruaes, Currálinhos e Conceição abaixo da União, e Queimada, entre esta cidade e São Gonçalo. Nos dois primeiros portos é onde se dá descarga a grande carregamento vindo da Parnaíba para diversas localidades centrais do município de Barras, e de Batalha. Estabelecida ali uma agência, e tendo, como já hoje existe, uma boa estrada do porto para o povoado retiro da Boa Esperança, distante 8 léguas do porto, e outro tanto da vila de Barras e cinco da Batalha (TERESINA/PI, 1874, p. 8).

A importância dos portos para a sociedade piauiense fica evidenciada no traslado das mercadorias. Saindo de Parnaíba, iam para os principais centros que encaminhavam para as demais localidades do Estado. Nesses portos, foram criadas as agências que serviram de controle e suporte, ou melhor, para a cobrança de impostos por parte do Estado no que se refere ao carregamento que abastecia os municípios. Muitas vezes, a esses impostos estaduais e federais ainda se acrescentava o controle do município

que tinha poder de elaborar leis, códigos de posturas, que vinham recheados de impostos municipais.

Regulados por códigos de posturas os portos piauienses, locais de embarque e desembarque de mercadorias, satisfaziam as necessidades de várias localidades do Piauí e aguçavam o interesse da população pelos empregos, fluxo de mercadorias e novas formas de comportamentos que vinham com os vapores. Esse ideário do progresso movia uma vontade do trabalho e conseqüentemente a um desenvolvimento técnico e ainda a preservação de uma estética urbana a seu lugar de moradia.

Isso levou alguns dos moradores das vilas a aceitar “trabalho gratuito”, ou seja, que não recebiam nenhuma forma de pagamento em dinheiro para desempenhar funções de agente na Companhia de Navegação a Vapor do rio Parnaíba, na certeza de que a permanência dos vapores de três horas nos referidos portos traria prosperidade para a região, como expectativas de empregos e contato com o exterior e o restante do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O porto de União contribuiu não só para aperfeiçoar a máquina governamental, mas também por ajudar a formular “a emergência de uma nova cultura no Estado do Piauí que está ligada aos processos de modernização da sociedade e de integração nacional verificados no segundo Império” (SOUZA, 2010, p. 27). Essa cultura da modernização ganha fôlego na Primeira República unionense e estimula uma intensa participação dos administradores nas sociabilidades e economias que giravam em torno do porto da cidade pesquisada. Assim como dos seus opositores que através de jornais e poesias estimulavam a população a pensar nos espaços unionenses que deveriam agregar valores urbanos tão importantes para o território brasileiro no período em questão, ou seja, estimulavam a pensar uma cidade limpa, organizada e moderna.

Em relação às mudanças e permanências que fizeram parte do porto da cidade de União juntamente com o corpo de regras que organizava suas atividades, está o próprio processo de construção da máquina administrativa do Estado Nacional. Essas construções de nacionalidades estavam relacionadas na Primeira República ao desejo pela civilização e pelo progresso, como mencionamos anteriormente.

Isso insere a cidade de União nas mentalidades que atravessavam a República brasileira. Nesse sentido, destacamos o porto que se mostrou para além do comércio com seus espaços de sociabilidades, banhos, lavagens de roupas, vazantes se juntavam às notícias e sensibilidades de lugares diversos, criando um novo espírito unionense e derrubando tradições. Em nossas análises, ser moderno não pode ser limitado a uma literatura inovadora ou uma arquitetura de vanguarda. O modernismo se encerra antes na revisão e reinterpretção das tradições, levando-nos a entender que:

as dinâmicas e os ritmos culturais desses lugares necessariamente não condizem com o perfil urbano e industrial-tecnológico de São Paulo. A coexistência do arcaico e do moderno marcando distintas temporalidades era uma realidade na vida cultural brasileira. (VELLOSO, 2010, p. 28)

As dinâmicas, os ritmos econômicos, culturais e sociais do homem unionense passa a reinventar novas formas de sustento como a extração do óleo babaçu, da madeira para o combustível do vapor, da maniçoba e da cera da carnaúba que modificava a consciência que tinha das cidades, dos ambientes, de coisas e do mundo. Esse movimento provocado pela navegação estava de algum modo fazendo parte de um movimento maior que inclui o desejo da humanidade daquele período em ser moderno e fazer parte de um cenário mundial de progresso e civilização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Edilson Gayoso Castelo Branco. *O Parnaíba: contribuições à história de sua navegação*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 1993.
- BAUMAN, Zigman, *Modernidade e ambivalência*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1999.
- CASTELO BRANCO, Renato. *O Piauí: a Terra, o Homem e o Meio*. Quatro artes: São Paulo, 1970.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DA COSTA E SILVA, Antônio Francisco. Hino do Piauí
- DECCA, Edgar Salvadori de. Literatura em ruínas ou as ruínas na literatura. In.: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (Res)Sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 2004, p. 156
- GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba...Cidades-beira*. UNB. Tese de doutorado, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- PELBART, Peter Pál. *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Ed.: Iluminuras, 2000.
- PESAVENTO, Sandra. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, [S.l.: s.n.], vol. 27, n. 53, 2007.

_____. *O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

PIAUÍ. *Decreto nº 43*. Estabelece O sistema de Viação Férrea para o Estado do Piauí em 28 de janeiro de 1891.

PIAUÍ. *Lei de nº 86*. Cria uma Repartição de Obras Públicas, Terras e colonização em 12 de junho de 1896.

PIAUÍ. *Resolução nº 20*. Funda no sítio gameleira um Núcleo Colonial de Nacionais em 1 de outubro de 1890.

QUEIROZ, Teresina. *Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: EDUFPI, 2006.

_____. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo* Teresina: Universidade Federal do Piauí; João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1998.

REGO, Tasso Forte do. *Varões ilustres*. Companhia Editora do Piauí, Teresina, 1983.

REZENDE, Antônio Paulo. *Ruídos do Efêmero: histórias de dentro e de fora*. Recife: UFPE, 210.

ROCHA, Joaquim Narciso da. Entrevista concedida a Jayra Barros Medeiros em Abril de 2011, na residência do entrevistado em União (PI)

RIO DE JANEIRO. *Catálogos dos Produtos do Estado do Piauí na Exposição Nacional de 1908*. Papelaria Americana: Rio de Janeiro. 1908.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e Identidade: as narrativas da piauiensidade*. Teresina: EDUFPI, 2010, p. 27

TERESINA/PI, *Contrato celebrado entre o Presidente da Província e o Diretor da Companhia de Navegação a Vapor no rio Parnaíba*. Typ. da Imprensa. 1874.

TERESINA/PI, *Relatórios da Diretoria e Gerencia da Companhia de Navegação e Vapor no Rio Parnaíba*. Typ. da Pátria, 1876.

UNIÃO/PI. Orçamento da Receita e Despesa do Município de União que tem de vigorar durante o ano de 1902 de 19 de setembro de 1901.

VELLOSO, Monica Pimenta. *História e modernismo*. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. *O Progresso vem de Jogue: modernização no Piauí entre ânsia e inércia*. Monografia (História) UFPI: Teresina. 2007

A REVOLTA DOS CABOS E A INTERRUPÇÃO DA “REVOLUÇÃO DE 1930” NO PIAUÍ (1931)

Idelmar Gomes Cavalcante Júnior¹

Introdução

Na madrugada do dia três de junho de 1931, o cabo Ariovaldo Marinho Cavalcante encontrava-se detido no 25º Batalhão de Caçadores, em Teresina-PI, quando acordou em meio a uma estranha movimentação. Para a sua surpresa, naquele momento começava um levante em pleno batalhão.

“A revolução é contra o comando do batalhão”, teria dito aquele que seria considerado o líder do movimento, um cabo de nome Amador Vieira de Carvalho, segundo Ariovaldo Cavalcante (CAVALCANTE, 1987). Imediatamente todos os oficiais responsáveis pelo quartel, incluindo o seu comandante, o major Rabelo Leite, foram presos. Essa teria sido a primeira medida adotada pelos rebeldes.

Ainda segundo o cabo Ariovaldo, mesmo desconhecendo qualquer tipo de preparativo ou planejamento, e, portanto, surpreso com tudo o que acontecia, ele, desde o primeiro momento, uniu-se ao movimento e ofereceu-se quando foram

¹ Doutor em História Social, professor da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: idelmargcj@gmail.com.

solicitados voluntários para a ocupação do Quartel da Polícia e do Palácio de Karnak, sede do governo estadual.

Ariovaldo Marinho, atendendo à requisição do cabo Amador, partiu para a missão liderando um pequeno grupo de soldados. E por volta das quatro horas daquela manhã, renderam a guarda palaciana e mandaram avisar ao interventor Landri Sales que ele não deveria sair do prédio². Feito isso, os revoltosos teriam partido para o Quartel da Polícia, deixando a própria guarda palaciana, que teria aderido ao movimento, tomando conta do interventor.

No quartel, a ocupação também se deu sem nenhuma reação. Consumada a ação, cabo Ariovaldo teria solicitado um substituto ao comando da revolta. Prontamente atendido, chegou, para substituí-lo, o cabo Aluísio da Silva, o qual, posteriormente, também foi substituído pelo sargento Mariano Frazão. Enquanto isso, um outro grupo de soldados tomava o Banco do Brasil, a Estação de Telégrafos e a Delegacia do Estado. Cabo Ariovaldo, por sua vez, do Quartel da Polícia teria ido para a casa do capitão Lemos Cunha, convidá-lo a assumir o comando do 25º BC. Mas o oficial, alegando dores no coração, teria recusado a proposta e o cabo resolveu, então, retornar para sua guarnição.

Até aqui, a nossa narrativa baseou-se exclusivamente nas memórias do cabo Ariovaldo, registradas em entrevista para os pesquisadores do Núcleo de História Oral da Fundação CEPRO, no dia sete de abril de 1987. Consideramos o seu depoimento uma fonte importante para uma pesquisa que considere a chamada “Revolta dos cabos” o seu objeto de estudo, um movimento ainda pouco conhecido pelos historiadores, apesar de reconhecer na sua narrativa lacunas e algumas imprecisões significativas³, sobretudo

2 Para Moysés Castello Branco Filho (BRANCO FILHO, 1975, p.84), o interventor federal Landri Sales, foi preso no Teresina Hotel, que ficava na rua Álvaro Mendes. O próprio cabo Amador, por sua vez, explica que colocou dez praças de sentinela para manter Landri Sales no Palácio de Karnak, no entanto, o interventor fugiu e foi recapturado por uma patrulha no Teresina Hotel (FOLHA DA MANHÃ, 1963, p.7).

3 As memórias dos sujeitos aqui citados não foram analisadas do ponto de vista

porque tais lacunas e imprecisões, longe de imobilizarem a nossa investigação, nos permitem fazer novos e instigantes questionamentos a respeito das obscuras razões daquela revolta.

Uma revolta esquecida

Se o cabo Ariovaldo não era o líder do movimento, dificilmente ele tomaria a atitude de “convidar” Lemos Cunha para o comando da Guarnição Federal, que seria um posto vital para qualquer estratégia dos revoltosos, sem o consentimento dos verdadeiros líderes, fosse ele o cabo Amador ou quaisquer outros. Por outro lado, certamente, Lemos Cunha não teria sido escolhido por acaso. Mas qual o papel político desse oficial naquele momento?

Lemos Cunha era o comandante do 25^oBC quando esse batalhão se omitiu no caso da deposição do interventor Humberto de Arêa Leão⁴. Numa evidente demonstração da fragilidade

teórico e nem metodológico, como os atuais estudos sobre a memória exigem. Elas só são apresentadas por três razões. Primeiro, para que se constitua um possível itinerário para futuras pesquisas que possam tomar a Revolta dos Cabos como tema; segundo, para mostrar como esse movimento não se inscreveu na memória coletiva da sociedade piauiense, levando-se em conta o conceito de Joël Candau, para quem “memória coletiva” é uma representação que membros de um grupo produzem à respeito de uma memória supostamente comum (CANDAU, 2012, p.24) e terceiro, para demonstrar as dificuldades que um historiador pode encontrar para entender as razões desse acontecimento. Se para além da seletividade e do esquecimento típicos de toda produção de memória, existirem outras razões que expliquem as imprecisões e algumas contradições entre os diferentes depoimentos, que fique o desafio para que outros estudiosos possam encarar. Mais do que oferecer respostas, esse texto pretende dar alguma visibilidade para a Revolta dos Cabos e sugerir problemas possíveis para novos trabalhos.

- 4 A chamada “Revolução de 1930” no Piauí significou a queda do governador João de Deus Pires Leal (Joca Pires), representante de uma das mais fortes oligarquias do estado, os Pires Ferreira. A sua chapa, vitoriosa na eleição de 1928, foi planejada pelos até então adversários políticos marechal Pires Ferreira e Matias Olímpio, sendo que a este coube a indicação do vice, o capitão-tenente Humberto de Arêa Leão. Com a queda de Joca Pires, o governo do Piauí foi repassado para o seu vice. Mas não durou muito o governo do interventor Humberto de Arêa Leão. No dia vinte e nove de janeiro de 1931, ele foi deposto por um golpe liderado por Odonel da Rocha marinho e pelo desembargador Vaz da Costa.

das instituições na época, aquela guarnição não cumpriu o seu papel de mantenedor da ordem e nem se envolveu no caso. Assim, podemos afirmar que o batalhão comandado por Lemos Cunha participou desse golpe, não porque o tenha executado diretamente, mas com a sua omissão.

Após a queda de Humberto de Arêa Leão, o desembargador Vaz da Costa teria procurado Odonel Marinho para avisá-lo que iria comunicar o fato à Getúlio Vargas e Juarez Távora. Odonel Marinho, ao lembrar do episódio, faz a seguinte análise no dia dezesseis de agosto de 1985: “naquela comunicação, naquele vai e vem de estória, parece que ele [Vaz da Costa] estava se insinuando para que ele fosse mandado assumir o governo [...] alegando que eu era impetuoso, que era novo, como que dizendo que a escolha devia recair sobre ele” (MARINHO, 1985).

Vaz da Costa ocupa a chefia do executivo estadual, mas sem assumi-la oficialmente. Em menos de vinte e quatro horas, um novo interventor seria indicado. O próprio Lemos Cunha assumiria de forma interina, como declara Juarez Távora: “substituíra-o [refere-se a Humberto de Arêa Leão] interinamente, no posto, o capitão Joaquim Lemos Cunha, do 25º BC, ali sediado” (TÁVORA, 1974, p.37).

A deposição de Humberto de Arêa Leão, ocorrida pouco tempo após o início da “revolução”, alarmou o Governo Provisório de Getúlio Vargas, que logo se preocupou com as possíveis medidas do grupo que assumia o governo estadual no Piauí. Era necessário estabilizar e alinhar o novo grupo ao poder federal que se constituía, tanto que o novo interventor recebeu “recomendações de Juarez Távora no sentido de não proceder muitas modificações no quadro administrativo montado pelo seu antecessor” (NASCIMENTO, 1994, p.73). Isso atesta que, no Piauí, o movimento iniciado nacionalmente em outubro, com a queda de Washington Luís, estava interrompido e que governo central se preocupava com isso.

A preocupação se justificava, sobretudo, porque as recomendações de Juarez Távora parecem não ter sensibilizado o novo governo.

Lemos Cunha assessorava-se de indivíduos ligados a Vaz da Costa preteridos na organização política do primeiro interventor, inclusive parentes seus, como o desembargador Giovanni Costa. Então, obviamente ocorrem demissões e nomeações em grande escala para atender ao grupo político no poder. Na realidade, o interventor envolve-se numa teia de interesses políticos da qual não consegue desvencilhar-se (NASCIMENTO, 1994, p. 74).

Vaz da Costa viu-se prestigiado com a interventoria de Lemos Cunha. E fortalecido, ligado a grupos políticos influentes da região sul do estado e sempre disposto a lutar pelos seus interesses, o desembargador não aceitaria a vitória de seus adversários no caso da substituição do interventor interino e por essa razão, tornou-se o protagonista de um dos maiores impasses da política piauiense no período republicano, ao impedir que o cargo de interventor federal fosse oferecido a qualquer indivíduo que não contasse com a sua aprovação. Mobilizou para isso setores civis e militares.

Tal impasse, conhecido na imprensa do Rio de Janeiro como a “Questão Piauí”, demonstrou que a Primeira República não havia terminado no Piauí com a queda do governador João de Deus Pires Leal, Joca Pires, e que o coronelismo ainda definia os destinos do estado. Vaz da Costa vetou alguns nomes, inclusive indicados pelo Governo Provisório, ou porque estavam ligados ao esquema derrotado no dia vinte e nove de janeiro ou porque simplesmente não contemplavam os seus interesses. E o próprio Juarez Távora reconheceu um “ambiente militar hostil” à nomeação de um interventor para o Piauí, nesse momento (TÁVORA, 1974, p.37). Notícia do jornal *O Globo*, citado por Nascimento (1993, p.113):

Diversos nomes surgiram e foram postos como incapazes para conciliar a política piauiense; enquanto isso, o Des. Vaz da Costa [...] promovia o fortalecimento da sua vontade, armando a polícia e pondo em armas, dentro de Teresina, homens que vinham dos municípios, sob medida. Há três semanas, afinal,

um decreto do Governo Provisório designou o juiz Raimundo Campos para interventor, obedecendo a sugestões do Piauí. Até hoje aquele juiz não pôde tomar posse. O Des. Vaz da Costa não consentiu.

Ficava cada vez mais evidente que os ideais da Aliança Liberal, que respaldaram politicamente a “Revolução de 1930”, haviam sido apenas um pretexto para aqueles que derrubaram Joca Pires no dia quatro de outubro. Na época, os pretensos revolucionários se dividiam em dois grupos: o primeiro constituído pelo grupo de Matias Olímpio, que contava com Humberto de Arêa Leão, Hugo Napoleão e a família Freitas e o segundo, por Odonel Marinho e Vaz da Costa, com o apoio de sargentos do 25º BC. Segundo Odonel Marinho, o seu grupo já se articulava desde a passagem da Coluna Prestes pelo Piauí, isto é, desde o governo de Matias Olímpio (MARINHO, 1985).

Os grupos conspiravam separadamente e mantinham desconfianças recíprocas. Juarez Távora tentou unificá-los através do envio de correspondências nas quais recomendava aos conspiradores uma aproximação. No entanto, os resultados desta estratégia foram tímidos. Odonel Marinho, por exemplo, orientado a procurar diálogo com Humberto de Arêa Leão, foi tratado com frieza e indiferença por este. Teria escutado do militar que ele era oficial da Marinha, vice-governador e que não tinha relações com nenhuma conspiração. Odonel Marinho, então, manteve-se à distância, decidido a reagir se o grupo de Matias Olímpio comesçasse a tentar isolar o seu (MARINHO, 1985).

Vaz da Costa sentiu-se boicotado pelo grupo de Matias Olímpio. Este chegou a propor ao desembargador que se dirigisse para o sul do estado para iniciar a “revolução” na região. Vaz da Costa recusou. “O plano impedia que o mesmo viesse a auferir dividendos por suas participações nos momentos decisivos” (NASCIMENTO, 1994, p.55).

O desembargador ficou em Teresina, liderou a tomada dos quartéis e foi um dos principais protagonistas do movimento de outubro no Piauí, tornando-se tenente-coronel e comandante

provisório do 25º BC. No entanto, o grupo de Matias Olímpio parecia mesmo pouco disposto a tê-lo como aliado, pois mal o golpe havia sido executado, apenas umas poucas horas depois, “ao meio-dia de 4 de outubro, o Des. Vaz da Costa, divergindo do Comandante Humberto, que desejava substituí-lo no comando do 25º BC pelo sargento Azevedo, teve com ele forte alteração no Palácio do Governo” (BRANCO FILHO, 1975, p.75).

Desta forma, concluída a “revolução” no Piauí, Humberto de Arêa Leão começou a organizar as bases de seu governo e demonstra, desde o primeiro momento, com quem iria governar. De todo o grupo com o qual havia formado a Aliança Liberal, o interventor iria manter apenas seus laços com Hugo Napoleão – e por extensão, com a família Freitas – além, é claro, de Matias Olímpio, o grande nome da oposição ao governador deposto Joca Pires.

Vaz da Costa, nos primeiros dias após o golpe, ainda permaneceria no comando do 25º BC, o que era coerente com o que ele havia feito junto às forças militares do estado. No entanto, poucos dias depois é afastado do quartel, ficando sem cargos no novo governo. A cisão no interior do grupo “revolucionário” se estabelece definitivamente.

Agora as contradições no grupo vitorioso seriam colocadas de maneira mais explícita e uma nova arena política seria montada ainda no calor dos acontecimentos de outubro. Haveria uma nova disputa pelo poder no estado e isso não era novidade. O problema é que naquele momento havia um plano nacional em curso que forçaria o Piauí a sair de seu isolamento político para integrá-lo a um projeto político maior, sob a direção de Getúlio Vargas e seu grupo político-militar. E o Governo Provisório não estaria disposto a aceitar que as velhas maquinações da Primeira República piauiense ameaçassem seu plano nacional de centralização.

E como era típico, essa nova disputa no Piauí não era fomentada por um confronto de ideologias ou de programas políticos, apesar da oposição ter procurado denunciar ao Governo Provisório que o governo de Humberto de Arêa Leão estaria

desvirtuando os “ideais revolucionários”, na medida em que uma nova oligarquia estaria se formando no lugar da que teria sido derrotada em outubro. O fisiologismo continuaria sendo a principal motivação para as definições políticas da época e por causa disso: “A onda de insatisfeitos crescia dia-a-dia. Os irmãos Marinho, igualmente afastados do governo, e o Sr. Abimael Soares da Rocha, que perdera os galões de tenente no 25º BC, colocaram-se ao lado do Des. Vaz da Costa” (BRANCO FILHO, 1975, p. 77).

O país voltava à normalidade administrativa e o Ministro da Guerra mandou licenciar os civis incorporados ao Exército e tornar aos postos efetivos os oficiais e sargentos comissionados durante o movimento armado⁵. Os soldados prejudicados com esta medida também recorreram a Vaz da Costa, que por sua vez procurou interceder junto a Juarez Távora.

Vaz da Costa, portanto, torna-se uma referência importante para os descontentes com o novo governo e logo surgiram suposições de que o desembargador estaria organizando a deposição do interventor. Como já foi dito, ele acabou deposto no dia vinte e nove de janeiro de 1931, mas segundo Odonel Marinho o golpe foi idealizado por ele mesmo. Vaz da Costa só teria aderido ao movimento três dias antes de sua eclosão. Argumentava ele que tinha um compromisso com Juarez Távora (MARINHO, 1985).

Não temos como afirmar qual seria o conteúdo desse compromisso ou sequer que ele tenha realmente existido, mas, uma vez confirmado, esse acordo poderia comprovar a falta de apoio a Humberto de Arêa Leão. No entanto, a facilidade com que ocorreu a sua deposição já é um bom indício de que Vaz da Costa sabia que o governo federal não estava comprometido com o interventor do Piauí. Ele nada fez para protegê-lo.

O Governo Provisório, que enfrentava problemas semelhantes para consolidar a “Revolução” em outros estados, encontrou no tenentismo a resposta mais prática para a crise

5 A citação foi retirada da página 45 do livro “O Piauí na história militar do Brasil: 1759-1984”, de Moysés Castello Branco Filho. Não conseguimos os demais dados sobre a obra, como o ano da publicação e a editora.

piauiense, depois da deposição de Humberto de Arêa Leão e uma vez instaurada a “Questão Piauí”. “[...] o governo central indicou um estranho, pessoa de confiança de Juarez Távora para resolver a “Questão Piauí”. Landri Sales preenchia os critérios estabelecidos para as interventorias nordestinas, quais sejam: ser ‘estrangeiro’, ser militar e ser neutro politicamente” (NASCIMENTO, 1993, p.113).

A tolerância do Governo Provisório com os seus pretensos aliados piauienses teria alcançado o seu limite e ele nomeia o tenente Landri Sales para colocar o Piauí em sintonia com a centralização político-administrativa pretendida. O movimento de outubro, interrompido no estado, deveria retomar o seu curso. No entanto, em menos de um mês, Landri Sales enfrentou a primeira crise de seu governo, provocada pela Revolta dos Cabos, no meio da qual, surgiu um possível convite para recolocar no comando do 25º BC, Lemos Cunha, um nome que certamente atenderia aos interesses de Vaz da Costa, um dos políticos prejudicados com a chegada de Landri Sales. Durante a sua curta interventoria

Vaz da Costa tinha interesse na permanência de Lemos Cunha porque embora de direito não fizesse parte do governo, de fato era ele quem dava as cartas. A própria vinda de homens do interior à capital e a participação da Polícia Militar para impedir a posse de alguém que não fosse por ele indicado é prova cabal de seu domínio sobre Lemos Cunha (NASCIMENTO, 1994, p.78).

Desta forma, se entendemos que a escolha de Lemos Cunha para assumir o 25º BC (considerando que ela tenha existido) não foi uma decisão do cabo Ariovaldo, mas sim do(s) autor(es) intelectual (intelectuais) da Revolta dos Cabos, devemos também entender que a negativa de Lemos Cunha foi um duro golpe para as pretensões dos revoltosos. Para Francisco Alcides do Nascimento, naquela altura, eles tinham o domínio total sobre Teresina, no entanto, “faltou-lhes perspectivas do que fazer” (NASCIMENTO, 1986, p.76). Algo começava a dar errado no movimento que mal havia se iniciado.

Segundo cabo Ariovaldo, depois de se despedir de Lemos Cunha, ele retornou para o quartel do 25º BC e surpreendeu-se por encontrar o lugar praticamente vazio (CAVALCANTE, 1987). E achando tudo aquilo estranho, saiu para patrulhar a cidade. Descobre que a guarda palaciana sumira e que o Quartel da Polícia já havia sido tomado pelas forças legalistas e que os oficiais presos no início do levante estavam todos lá.

Segundo o cabo Amador, teria ocorrido um “contramovimento” liderado por um dos seus companheiros, que pôs em liberdade o interventor e os oficiais, o que permitiu uma rápida reunificação entre o exército e a polícia contra os rebeldes (FOLHA DA MANHÃ, 1963, p.7). Moyses Castello Branco Filho, no entanto, apresenta outra versão: “E o Dês. Vaz da Costa, chegando ao quartel do 25º BC e não encontrando o cabo Amador, fez valer sua autoridade (*o grifão é nosso*) de ex-Comandante Revolucionário do Batalhão e mandou pôr em liberdade os oficiais e sargentos que se achavam recolhidos ao xadrez das praças” (BRANCO FILHO, 1975, p.84-85).

O nome de Vaz da Costa começa a se entrelaçar com a história da Revolta. Odonel Marinho revela que foi ao Teresina Hotel procurar Delso Mendes da Fonseca, Delegado do capitão Juarez Távora no Piauí e lá chegando encontra sua esposa agitada, que lhe comunica a ausência do marido. Percebendo a agitação da mulher, Odonel decide não alongar a conversa e se despede. Antes de sua partida, porém, a esposa pergunta: “me diga uma coisa, o seu Vaz da Costa e o seu Lemos Cunha estão envolvidos nisso?” (MARINHO, 1985).

Teria Delso Fonseca feito algum comentário para a sua mulher, citando os nomes de Vaz da Costa e Lemos Cunha, relacionando-os à conturbação que se iniciava? E Lemos Cunha, após o possível convite feito por cabo Ariovaldo, que providências tomou? Como oficial, deveria ter reprimido imediatamente os revoltosos e exigido o fim da revolta em respeito à hierarquia e disciplina nas forças armadas. Se não fez isso, até que ponto estaria também implicado em tudo aquilo que estava acontecendo?

A postura de ambos naquele momento suscita outros tantos questionamentos, sobretudo quando se descobre que durante as tentativas de fazer cessar o levante, Lemos Cunha, ao invés de usar sua autoridade de oficial e ex-comandante do 25º BC, acompanha Vaz da Costa, aparentemente se submetendo a sua liderança. Moyses Castello Branco Filho, citando o que escreveu Vaz da Costa em seu texto *Os meus serviços*, nos apresenta o seguinte depoimento: “Consegui afinal que Amador se rendesse. Entregou a metralhadora leve, todos os fuzis e munições de sua guarda” (BRANCO FILHO, 1975, p.85-87).

Já para Francisco Alcides do Nascimento, a retomada do poder passa por um processo de negociação, onde se destaca a figura de Odonel Marinho (NASCIMENTO, 1994, p.76). Segundo o próprio Odonel Marinho, com seus argumentos, cabo Amador teria ficado inseguro em relação ao destino do movimento e se dirige para o 25º BC, onde teria reconhecido a derrota; enquanto isso, já desmotivados, os militares teriam feito um inusitado e, ao mesmo tempo, revelador pedido ao próprio Odonel Marinho: pedem que ele assuma o governo (MARINHO, 1985). O pedido teria sido recusado e em seguida houve a dispersão do movimento e a revolta teria ficado sem rumo. A Revolta dos Cabos teria se encerrado naquele momento. Foi quando cabo Ariovaldo chegou ao 25º BC, vindo da casa de Lemos Cunha.

Dois acontecimentos merecem destaque nas narrativas de Ariovaldo Cavalcante e Odonel Marinho: o convite feito a Lemos Cunha para que assumisse o comando da guarnição federal e este último, feito a Odonel Marinho. Se eles, de fato, tiverem ocorrido, duas hipóteses tornam-se possíveis: podemos considerar a Revolta dos Cabos um movimento errático, realizado de forma inconsequente por soldados de baixa patente, ou um movimento traído, instigado de fora para dentro do quartel, por sujeitos ocultos que desistiram tarde demais, apenas depois que a revolta eclodiu, deixando os seus executores desorientados.

Ao final, os militares envolvidos foram presos e mandados para Pernambuco, onde acabaram anistiados ainda no final de

1931. E com o tempo, surgiram três versões para a Revolta dos Cabos. Na primeira, ela teria sido um movimento voltado contra o comando do 25º BC, pois este praticaria constantemente punições severas contra os soldados. Odonel Marinho contestou essa versão. “Nunca eles disseram, na realidade, o motivo. De início eles alegaram uma besteira que não havia nesse tempo, que era a pressão no quartel. Questões de disciplina. Não havia razão para isso” (MARINHO, 1985).

Em 1963, numa entrevista para o jornal Folha da Manhã, cabo Amador tentou explicar as razões da revolta nesses termos:

Os tratos que ele [major Rabelo Leite] dispensava aos soldados e cabos eram insuportáveis. Urgia que tomássemos providências para impedir mais humilhações. Por isso organizei um levante contando com menos de dúzia de cabos, com o objetivo de jogar fora aquele ruim comandante, reivindicando ao Interventor Federal do Piauí, Landri Sales, os nossos legítimos direitos (FOLHA DA MANHÃ, 1963, p.7).

Mas por que determinar a detenção do interventor se o intuito, segundo se percebe no depoimento acima, era negociar com ele? Durante a revolta, Odonel Marinho teria questionado o cabo Amador, afirmando: “mas isso não justifica esse levante assim. E como é que apareceu o sargento Olímpio, pai do João Antônio que era da guarnição do Palácio dizendo que havia um movimento geral? Amador sem responder, ria assim e não explicava” (MARINHO, 1985). Além disso, ainda conforme a entrevista de 1963, cabo Amador menciona um pedido de trégua vindo de Landri Sales, o que tornaria o interventor, de forma contraditória, não o mediador de um conflito, mas parte envolvida: “Recebi propostas de trégua do Interventor, através dos senhores Leão marinho, Vaz da costa e Lemos Cunha, recusando-as todas, uma vez que naquelas alturas já temia as consequências do meu ato [...]” (FOLHA DA MANHÃ, 1963, p.7).

Francisco Alcides do Nascimento também lança dúvidas a respeito dessa versão, questionando o porquê da prisão do

interventor e dos seus auxiliares militares, da tomada dos pontos fundamentais para o funcionamento da máquina administrativa e da ocupação do Banco do Brasil com a prisão de seu gerente, se o movimento era apenas contra o comandante da guarnição (NASCIMENTO, 1994, p. 87).

Além disso, em alguns telegramas recebidos pelo interventor piauiense após o movimento, a tese do revide contra os excessivos castigos praticados pelo comando do quartel é ignorada. A carta enviada por um tenente coronel do Recife é um bom exemplo neste sentido. Nela, o militar se solidariza com Landri Sales e se refere à Revolta dos Cabos como um movimento “impatriótico” contra o seu governo (DIÁRIO OFICIAL, 1931).

A segunda versão chegou a ser defendida por Juarez Távora. Segundo ela, a Revolta dos Cabos teria sido ação de comunistas infiltrados no 25º BC. “Empossado, em começos de maio, teve Landri Sales de enfrentar, poucos dias depois, uma revolta de praças do 25º BC, de fundo comunista, comandada por cabos da Unidade” (TÁVORA, 1974, p. 37). O na época, comandante do batalhão, o major Rabelo Leite, também acusou o comunismo. O major se manifestou sobre a causas do levante dos cabos em carta a *O Globo*, de oito de julho de 1931, citada por Branco Filho (1931, p.120-121). Para ele, entre outras causas, a responsabilidade pelo ocorrido deveria ser atribuída à “influência funesta, ameaçadora e dissolvente de elementos comunistas: agindo sub-repticiamente vários elementos insufladores do comunismo que audaciosamente vem tomando vulto em alguns Estados do Norte [...]”.

A versão que culpa o comunismo, no entanto, parece ser a menos provável já que personagens ativos do movimento não eram comunistas, como o cabo Ariovaldo e, portanto, não tinham nenhum motivo para lutar por esse tipo de ideologia. Além disso, Cabo Amador, até a Revolta dos Cabos, parecia atender bem as expectativas de seus comandantes. Em abril de 1927 ele “foi elogiado pelo Sr. Major Raul Pedreira ao deixar o Comando do Batalhão, por não ter durante sua gestão cometido transgressão disciplinar demonstrando assim perfeito conhecimento de seus

deveres”⁶. E conforme o mesmo documento, já no dia vinte e nove de outubro “foi-lhe concedido engajamento por mais 3 anos para este corpo, por ter sido inspecionado de saúde pela J.M.M., desta guarnição e julgado apto para o serviço ativo do Exército e satisfazer as exigências das disposições vigentes, a contar 01 novembro vindouro”.

A terceira versão identifica a Revolta dos Cabos como uma reação de certos grupos piauienses alijados do poder com a chegada de Landri Sales. Tentava-se, com o movimento, desestabilizar a interventoria. O literato Higino Cunha, por exemplo, atribuiu os acontecimentos ao desembargador Vaz da Costa, como nos mostra Moyses Castello Branco Filho. Para Higino Cunha, o desembargador teria promovido o evento “a fim de intimidar o Interventor Federal – 1º Tenente Landri Sales Gonçalves, recém-empossado (21-5-1931), e nomeado sem sua anuência”. (BRANCO FILHO, 1975, p.87).

É difícil entender a Revolta dos Cabos como um movimento isolado, tendo ele ocorrido num momento em que grupos políticos auxiliados por força militares em vários estados reagiram contra seus respectivos interventores ou mesmo contra o Governo Provisório. Retomavam a luta por espaço político após o primeiro impacto da “Revolução de 30” no país.

Nem um dia sequer, desde a queda de Washington Luís, deixou-se de conspirar. Conspiraram os carcomidos, os tenentes, os legalistas vencidos, as frentes únicas do Rio Grande e de São Paulo. Baianos e mineiros. Paulista e gaúchos. Era o fervilhar de intrigas, a competição diuturna de ambições que caracterizavam a pós-revolução de 1930 ou a pré-revolução de 1932. A revolução traída, a revolução que gorou, a revolução que ainda não terminou, tinha de gerar a contra-revolução [...] (SILVA, 1972, p. 47).

Entre ameaças e a deflagração de alguns movimentos, vejamos alguns casos: No dia doze de abril, Getúlio Vargas é

6 Folhas de Alterações do cb. Amador Vieira de Carvalho, encontradas nos arquivos do 25º BC.

informado do perigo de uma conspiração envolvendo militares de Petrópolis. Ainda em abril, entre os dias vinte e sete e vinte nove, um motim de oficiais da Força Pública, com a participação de políticos do Partido Democrático, eclode em São Paulo tentando depor João Alberto. No início de julho, “oficiais revolucionários não promovidos promovem desinteligências com os interventores no Paraná, Ceará e Bahia” (VARGAS, 1995, p.66). Em agosto, as lutas entre a Legião Mineira e o Partido Republicano mineiro resultaram numa tentativa de depor Olegário Maciel, no dia dezoito. E no Piauí, ao final do governo de Lemos Cunha, por sua vez, aconteceu a “Questão Piauí”.

Sobre a possibilidade da participação de políticos civis na Revolta dos Cabos, Francisco Alcides do Nascimento assim se manifesta: “o inquérito não conseguiu comprovar a participação de civis na Revolta dos Cabos, mas há razões para acreditar que existiam. Ocorrendo a renúncia de Landri Sales, as duas principais correntes políticas do Piauí voltariam a lutar pela interventoria” (NASCIMENTO, 1994, p.87)

Também nos chamou atenção a primeira versão dada pelo major Rabelo Leite. Na segunda, do dia oito de julho, ele culpava o comunismo, como já foi dito. Mas no Boletim Regimental nº 136 do 25º BC, escrito no dia onze de junho de 1931, portanto apenas sete dias depois da Revolta dos Cabos, ele não mencionou comunistas, mas sugere a participação de políticos importantes. Para ele, a revolta “não representa mais do que novíssima edição corrigida e aperfeiçoada, de tentativas outras, com responsáveis de mais subido quilate, que os sugestionaram, incentivando-os, estimulando-os para esta última empreitada”⁷.

Outro fato intrigante é que a Revolta dos Cabos seguiu o mesmo plano geral criado pelos civis para a eclosão do movimento de outubro de 1930, ou seja, o domínio imediato dos quartéis, a ocupação dos telégrafos, bancos e outros edifícios públicos, além da prisão de pessoas perigosas à “Revolução”. É importante

7 Conforme o Boletim Regimental do 25º Batalhão de Caçadores nº 136 de 11.06.1931, encontrado nos arquivos do 25º BC.

lembrar que naquela ocasião o objetivo era a deposição do então governador Joca Pires.

Nessa perspectiva, a Revolta dos Cabos seria mais um evento ligado à interrupção do movimento de outubro de 1930, no Piauí, ao lado do golpe contra Humberto de Arêa Leão e da “Questão Piauí”, sendo talvez um prolongamento desta última. “Os tristes acontecimentos de 3 e 4 de junho na capital piauiense, de nenhuma consequências más (sic), vieram, entretanto, evidenciar que é sempre possível um levante na guarnição federal daquela cidade, enquanto perdurar as condições locais de 4 de outubro, 29 de janeiro e 3 de junho” (BRANCO FILHO, 1931, p.126).

Os governos de Humberto de Arêa Leão e o de Lemos Cunha não representaram nenhuma ruptura com o antigo modelo político que pretensamente se pretendia acabar no dia quatro de outubro, o que não chega a surpreender. Basta lembrar que Humberto de Arêa Leão era o vice do governador desposto Joca Pires. Além disso, é importante destacar que oligarquias famosas estiveram juntas com Humberto de Arêa leão, a exemplo da Família Freitas. E Lemos Cunha, por sua vez, foi influenciado por Vaz da Costa que, ligado a grupos políticos do sul do estado, adotou uma política personalista que lembrava a de líderes oligarcas do passado, como Pires Ferreira.

Contra Humberto de Arêa Leão, Vaz da Costa escreve uma carta para Getúlio Vargas, publicada no jornal *A Liberdade*, em Teresina, no dia seis de setembro de 1931, acusando o interventor piauiense por estar criando “uma nova oligarquia que está se organizando em substituição à que se extinguiu, com a dominante preocupação de alijamento progressivo de todos os elementos democráticos e revolucionários [...]” (*apud* NASCIMENTO, 1994, p.72).

A falta de perspectiva de uma verdadeira ruptura nesse momento inspirou o ex-governador do Piauí, Pedro de Almendra Freitas, a declarar que o movimento de outubro de 1930 no Piauí não havia passado de um “toma cargo” (PEDRO, 1983). É este o quadro que o Piauí apresenta quando 1930 se encerra. E o início

de 1931 refletia bem o que fora o ano anterior para o movimento de outubro.

Para Hélio Silva, o ano de 1930 teria se limitado à instalação do Governo Provisório, com a posse de seus titulares, e às perseguições aos grupos adversários. “A estruturação da nova ordem jurídica esteve sempre ameaçada, principalmente, por aqueles que haviam prometido implantá-la (SILVA, 1972, p.46).

Humberto de Arêa Leão acabou sendo deposto por uma oposição que também se dizia leal aos princípios da “Revolução de 30”. Desta forma, o golpe de janeiro teria sido, no discurso de seus executores, um ato de reafirmação dos valores revolucionários. Mas que valores eram esses afinal, já que uma vez no governo essa oposição liderada por Vaz da Costa e que tinha Lemos Cunha como interventor não fez outra coisa senão repetir os mesmos vícios do antecessor deposto, acusado de não os respeitar? Em seu governo também “ocorrem demissões e nomeações em grande escala para atender ao grupo político no poder” (NASCIMENTO, 1994, p.74).

O tenentismo, assim, retornava ao estado, agora numa nova fase. “Os moços de 22 e 24, que formavam a vanguarda das forças revolucionárias, serão os tenentes de 31 e 32, os componentes do clube 3 de outubro, os interventores do norte e Nordeste [...] (SILVA, 1972, p.45). O caso da Bahia, com a renúncia do interventor baiano, ilustra bem como o “Vice-Rei do Norte”, Juarez Távora, procurava solucionar os problemas com as interventorias nordestinas. Em carta endereçada a Getúlio Vargas, ele diz:

O desfecho das duas soluções dadas anteriormente mostra que não é fácil encontrar-se um civil – mesmo que afastado das lutas partidárias baianas – em condições de equilibrar-se no poder, sem transigências à força armada ou aos partidos, incompatíveis com o bom andamento da administração pública. Melhor será, portanto, optar, de vez, por uma solução militar [...]. Sou forçado, assim, a voltar-me para a mocidade de minha classe (*apud* SILVA, 1972, p. 205).

Juarez Távora, em outro trecho desta carta, faz menção a Landri sales, que nesta época já se encontrava no Piauí, destacando a importância de sua presença no estado. E o próprio Getúlio Vargas defendia abertamente as interventorias dos tenentes. Neste momento, o tenentismo era a sua principal arma contra as oligarquias regionais dissidentes

Alguns políticos me acusam pela nomeação de militares para interventores, como se eu quisesse inaugurar no Brasil uma espécie de colonização militar. Ora, eu tenho, de preferência, procurado investir nesses cargos, da confiança do chefe do governo, pessoas estranhas à política dos estados [...]. Eles satisfazem, plenamente, os desejos do Governo, que consistem, sobretudo, em administrar, deixando de parte os casos políticos, que só servem para criar dificuldades e entorpecer o curso normal da administração (*apud* SILVA, 1972, p.272).

Assim, na região Norte e Nordeste, com a exceção do Acre, da Paraíba e de Pernambuco, todos os estados passaram a ser governados por interventorias militares, sob a jurisdição da Delegacia Militar do Norte, sob a responsabilidade de Juarez Távora. Diante dessa nova disposição do Governo Provisório, a Revolta dos Cabos representou uma fase agônica da Primeira República no Piauí. O fim de uma época. Humberto de Arêa Leão, por exemplo, não teve respaldo do governo federal. Da preparação do golpe contra Joca Pires até o dia vinte e nove de janeiro, Vaz da Costa e Odonel Marinho estavam continuamente se correspondendo com as lideranças nacionais do movimento de outubro, fazendo denúncias contra o primeiro interventor e nenhuma demonstração de apoio parece ter sido dada a este. E a sua deposição seria o melhor atestado de que o Governo Provisório não tinha compromisso com aquela interventoria. Mas com a de Landri Sales seria bem diferente. Ela era prestigiada pelo governo federal e não seria largada à sua própria sorte.

Considerações finais

Por ocasião da Revolta dos Cabos, e diferentemente do que aconteceu quando Humberto de Arêa Leão foi deposto, o Governo Provisório se mostrou disposto a defender a interventoria Landri Sales e tomou medidas para reprimir aquela indisciplina. Ordenou que uma companhia do 23º BC, sediada no Ceará, e outra do 24º BC, do Maranhão, se deslocassem até Teresina para resolver o problema (BRANCO FILHO, 1975, p.86).

Essa era a variável que provavelmente não foi considerada por quem planejou a Revolta dos Cabos. A interventoria Landri Sales, diferente dos governos anteriores, não poderia ser destituída tão facilmente. A aparente falta de objetivos e desorganização do movimento poderiam ser assim explicadas? O movimento teria sido abortado com tempo suficiente para se evitar consequências mais sérias? Para evitar que uma eventual devassa alcançasse alguém ou um grupo aparentemente não envolvido? Um dos objetivos principais deste texto é justamente chamar a atenção da comunidade dos historiadores para este movimento ainda pouco conhecido, oferecendo possíveis questões norteadoras.

Para Francisco Alcides do Nascimento, “em nada o movimento de 4 de outubro tinha modificado as querelas políticas; elas continuavam, só que agora mais complexas, devido à participação do setor militar, até então usado apenas para manter a ordem” (NASCIMENTO, 1994, p.73). Assim, as antigas maquinações da política piauiense agora encontrariam um obstáculo poderoso. Novos tipos de arranjo deveriam ser criados para que as elites políticas dos estados pudessem ter uma relação vantajosa com as interventorias do governo de Getúlio Vargas, na medida em que este iniciava seu projeto de nação. E esses novos arranjos foram criados com o passar do tempo.

Tanto o governo Vargas foi criando novas formas de interação com os intrincados jogos de poder existentes em cada estado, como os grupos políticos regionais aprenderam a lidar com a centralização política proposta pelo governo federal. No

Piauí, isso fica evidente ainda no governo de Landri Sales, quando o interventor aproximou-se de lideranças tradicionais do estado, sobretudo a partir dos debates para a Constituinte de 1934.

Referências

Livros:

BRANCO FILHO, Moysés Castello. *Depoimento para a história da Revolução no Piauí* (1922-1931). 2ª ed. São Paulo: Artenova, 1975.

_____. *Depoimento para a história da Revolução no Piauí*. Rio de Janeiro: Typografia São Benedicto, 1931.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 1930 no Piauí* (1928-1934). Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994.

_____. *Governadores do Piauí: uma perspectiva histórica*. Teresina: Fundação Cepro, 1993.

SILVA, Hélio. *1931 – Os tenentes no poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: a caminhada no altiplano*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1974.

VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*, v. 1 – 1931-1936; apresentação de Celina Vargas do A. Peixoto. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

Diário Oficial:

DIÁRIO OFICIAL. Teresina, 10 jun. 1931.

Revistas:

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. O tenentismo no poder: a interventoria Landri Sales (1931-1935). *Carta Cepro*, Teresina, v.11, n.1, 1986.

Jornais:

FOLHA DA MANHÃ. *Cabo Amador governou o Piauí*. Teresina, 23 jun. 1963, p. 7.

Entrevistas:

CAVALCANTE, Ariovaldo Marinho. Entrevista concedida ao Núcleo de história Oral da Fundação Cepro. Teresina, em abril de 1987.

FREITAS, Pedro de Almendra. Entrevista concedida ao Núcleo de história Oral da Fundação Cepro. Teresina, em novembro de 1983.

MARINHO, Odonel da Rocha. Entrevista concedida ao Núcleo de história Oral da Fundação Cepro. Teresina, em agosto de 1985.

DIFUNDIR IDEAIS É FORTALECER O PODER: A RECEPÇÃO DO VARGUISMO PELO PIAUÍ 1930 A 1945¹

Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo²

O presente texto se propõe a realizar uma reflexão sobre os ideais de modernização e desenvolvimento presentes no projeto de governo Vargas (1930 – 1945), bem como sobre sua recepção pela sociedade civil e política piauiense. O governo Vargas, no período definido para essa análise, apresentou como um dos seus traços a implementação de um plano de organização/centralização de Estado e de desenvolvimento da sociedade. Colocou em funcionamento uma proposta de administração pública que teve como finalidade reduzir as distâncias entre governo central e estados-membros, através da instalação e da expansão de serviços públicos nas áreas de educação, saúde, infraestrutura e cultura. Para tanto, contou com a participação de pessoas renomadas nacionalmente, em áreas estratégicas aos seus objetivos: Gustavo Capanema, Francisco Campos, Oswaldo Aranha, Lourival Fontes, são apenas alguns dos brasileiros que tornaram possíveis os ideais

1 Artigo fruto das leituras e pesquisas de doutorando em História Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sobre orientação do professor Dr. Luiz Reznik.

2 Professor Assistente da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Doutorando em História, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: maurenivaz@bol.com.br.

desse Governo, contribuindo com seus saberes e prestígios para legitimar o projeto político em voga.

Desde o início, atores políticos do governo Vargas buscaram remover obstáculos que se apresentavam nas diferentes regiões do país, ao governo central. Estratégias foram montadas tanto no campo político quanto sociocultural, para desmobilizar velhas estruturas locais de poder que se mostravam resistentes às investidas do governo federal. Dentre as medidas adotadas por esse governo esteve o estabelecimento de acordos com antigas lideranças regionais que passaram a reconhecer sua legitimidade ou a criação de novas personalidades políticas locais que pudessem fazer frente às oposições manifestas.

O governo Vargas iniciado com a Revolução de 1930, apoiou-se nas mudanças desencadeadas pelas transformações dos anos 20, período este influenciado pela Primeira Guerra Mundial e pela recessão de 1929. O impacto desses acontecimentos sobre a sociedade brasileira, notadamente para o setor de exportação, organizado prioritariamente em um produto, o café, extrapolou a esfera dos interesses econômicos e contribuiu para modificar as relações de poder que tinham caracterizado a trajetória política do país, enfraquecendo um pacto político interno que durara mais de trinta anos.

É, portanto, em torno do Estado que irão circular as diferentes formas de pensar dos intelectuais brasileiros de então. O Ministério da Educação e Saúde Pública, especialmente sob a administração de Gustavo Capanema, atuou como mecanismo de atração dos homens de saber, que passaram a integrar a máquina administrativa, sem uma adesão explícita ao modelo ideológico de governo. A ideia fundamental posta em funcionamento por esse Ministério foi a do estabelecimento de uma cultura nacional forte por todo território, como condição de superação das mazelas que dificultavam o desenvolvimento nacional.

Porém, ainda que se tratasse de projeto governamental formulado para promover a integração do território nacional, as nuances de sua implementação em cada Estado ajudam a

compreender as debilidades e os pontos fortes desse projeto político. Não restam dúvidas, que os desafios enfrentados por esse modelo de gestão, embora sob experiência autoritária em maior parte do seu curso, ajudam a compreender muito do que foram o país e a sociedade brasileira desse período. Dão-nos suporte, ainda, para refletirmos sobre as estruturas nacionais de poder, com as particularidades que compõe a trajetória da realidade de cada Estado. É com essa finalidade que passaremos a analisar o cenário piauiense, nesse contexto.

“Surto de progresso no Estado do Piauí”³: as transformações na Era Vargas

No início da Era Vargas o Estado do Piauí, presenciou algumas agitações políticas na promoção da Revolução de 1930, pois a nomeação de um interventor causava entre as oligarquias descontentamentos, alterando as acomodações políticas existente. Esse quadro se alterou com a nomeação de Landri Sales como interventor⁴. Nesse período estive à frente da pasta da educação piauiense, Martins Napoleão bacharel em direito e membro atuante do universo literário piauiense, que se mostrou bastante alinhado à política federal de educação. Ocorreram mudanças substanciais no sistema de ensino do Estado, como podemos perceber no trecho do relatório de atividades desta diretoria, encaminhada ao interventor Landri Sales. Os interventores, como executores locais do projeto de governo varguista, tinham a função de reestabelecer o equilíbrio político alterado com a Revolução de 1930. Esses gestores, além de procurarem estruturar a máquina

3 Frase retirada de uma reportagem do *Almanaque da Parnaíba*, sobre o governo de Leônidas Melo. Almanaque 1938.p. 165.

4 O Piauí teve respectivamente três interventores antes de Landri Sales, que foram o Capitão Humberto de Área Leão, Joaquim Vaz da Costa e o Capitão Joaquim Lemos Cunha, que por questões políticas, deixaram os cargos. O interventor Landri Sales surge como um pacificador das agitações que aconteciam no Estado, naquele momento. Era militar nomeado pelo Presidente da República. Landri Salles governou como interventor no Piauí de 21/05/1931 a 3/05/1935.

administrativa local, nomeando pessoas de confiança para a condução de serviços chaves nesse processo, também, colocavam em funcionamento os mecanismos de fortalecimento do espírito pátrio nacional. É o que se observa, no extrato da Súmula expedida pela Diretoria Geral de Instrução Pública desse Estado.

[...] A formação do sentimento cívico será feita, principalmente, por meio de exposição sumária sobre⁵ a organização política do Brasil, do Piauí, e seus municípios, e o exercício dos direitos, prerrogativas e deveres do cidadão, fazendo-se referencia aos fatos culminantes da Historia Pátria, por ocasião de serem narrados, sobretudo áquêles que recapitulam o trabalho, o heroísmo e o amôr da liberdade, característicos da raça (PIAUÍ. Súmula - Diretoria Geral de Instrução Pública, 1932, p.5-7).

O fragmento de texto acima, deixa claro o papel atribuído à cultura, em especial a escolar, na formação do cidadão piauiense. Era preciso ressaltar a bravura, o heroísmo e o amor à liberdade como valores que caracterizavam o povo brasileiro e consolidavam a Pátria Nossa. Desse modo, os estabelecimentos educacionais do Piauí se transformaram em locais de formação e desenvolvimento desses valores indispensáveis à formação do piauiense.

Foi com essa perspectiva que o Piauí realizou um amplo diagnóstico da situação educacional do Estado. Ações como a realização do censo escolar, como se verifica na Exposição⁶ de Landri Sales, em 1932, ao chefe de governo provisório Getúlio Vargas, mostram a importância adquirida por esse setor. O interventor faz uma detalhada apresentação da educação no Piauí, relatando desde as modalidades de ensino em funcionamento, até as condições em que as mesmas eram realizadas. Nesse

5 No artigo será mantida a grafia original dos documentos pesquisados.

6 PIAUÍ. *Exposição apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Tenente Landry Sales*. Teresina: Imprensa Oficial, 1932. Essa Exposição foi apresentado ao Chefe do Governo Provisório Getúlio Vargas por intermédio do Major Juarez Fernandes Távora, que na época exercia o cargo de Delegado Geral do Norte. Este documento seguia as recomendações do Decreto do Governo Provisório 20.348 de 29/08/1931, que tinha como objetivo relatar como estava os serviços públicos nos Estados.

diagnóstico, ainda, destacou a necessidade da intervenção pública para que esse serviço fosse ampliado às áreas com pouco ou quase nenhuma atenção. Ressaltou, nesse aspecto, a importância da realização do censo escolar, aplicado em sua interventória, para a obtenção de informações precisas a respeito das políticas necessárias ao sistema educacional do Estado

“[...] não será exagero afirmar que, sem a contribuição do censo escolar, não poderá haver instrução, uma vez que só êle indica a situação real da massa sobre que se há de agir, com rigorosa observação da sua importância” (p.72).

Ficava claro, então, que a centralização das ações estruturantes seria uma das marcas dessa administração. Grupos descontentes com o modelo político anterior, depositavam no governo revolucionário a esperança da implantação de uma sociedade mais burocratizada, menos impessoal. Porém, mesmo que essas expectativas tenham sido concretizadas em setores como o judiciário, que recebeu melhor organização do sistema eleitoral, a educação e a saúde, que tiveram suas ações ampliadas por grande parte do território nacional, ao longo da década e meia desse governo, os acordos necessários à manutenção da governabilidade permitiram o retorno de antigas formas de poder, especialmente nos estados-membros, causando o descontentamento de quem esperou que a “Revolução de 1930” significasse um recomeço das estruturas política e social do país. Um bom exemplo desse tipo de descontentamento pode ser observado no desabafo do acadêmico piauiense Cristiano Castello Branco nas comemorações da Semana Militar de 1936:

Contra esse estado de coisas, contra a deturpação extensiva do regimen, fez-se, com derreamento de sangue, e esperanças, alviçarreiras do povo, a Revolução de 1930. [...]. Infelizmente, o retumbante movimento revolucionário não surtiu o efeito desejado. Delle nos ficaram apenas a melhoria no systema eleitoral, um funcionalismo maior do poder judiciário, e garantias amplas ao funcionalismo publico. [...]. Passado a vibração patriótica dos primeiros meses. [...] voltou quase tudo ao

antigo estado. Nem podia deixar de voltar, dada à insuficiência manifesta da educação moral e cívica do nosso povo, em todas as camadas (CASTELLO BRANCO, 1936, p. 92).

Ao afirmar que a educação moral e cívica do povo era insuficiente para a transformação social esperada, têm-se a impressão que o literato faz a defesa de uma ação mais enérgica por parte do Estado, com essa finalidade. Tal concepção de sociedade favoreceu que esse segmento social tivesse, se não uma posição alinhada à ideologia autoritária assumida pelo governo a partir de 1937, pelo menos um comportamento que não confrontava diretamente com ela.

Esse tipo de comportamento adotado por intelectuais do período, atuou como aspecto positivo ao governo. A estratégia de atrair para diferentes setores da máquina administrativa referências nacionais de todas as áreas de conhecimento, contribuiu para que os intelectuais locais piauienses apresentassem menor resistência aos ideais colocados em circulação pelo governo central. A importância desse profissional estava na sua capacidade de produzir e colocar em prática, novas ideias, manipular símbolos, que lhes permitiam atuar como mediadores culturais. No nosso universo de análise, esse intelectual estava representado por jornalistas, escritores, médicos, professores, engenheiros, advogados e profissionais liberais, pessoas com capacidade de realizar a mediação entre os interesses sociais e os interesses políticos.

A proeminência desses sujeitos permitiu que pessoas não integradas diretamente aos quadros tradicionais da política local, pudessem concorrer a cargos políticos no Estado. Foi o caso do governador Leônidas de Castro Melo, eleito em 1935, com apoio do interventor Landri Sales, para governador do Estado. Leônidas Melo era médico de formação e educador por vocação, o que facilitou o seu trânsito em vários segmentos sociais do Estado. Esse jovem barrense, simbolizou o ideal de homem, de cidadão daquele período: oriundo de família de comerciantes, que vivia

fora do mundo político, formado no Rio de Janeiro, na melhor faculdade do país, portador de competência inquestionável tanto no Estado como fora dele, materializava os principais elementos que a ideologia varguista procurava afirmar como o ideal de cidadão. O carisma que foi desenvolvendo na atividade das funções exercidas, o fez conquistar o voto do povo piauiense para o cargo majoritário no Estado.

Como a instalação do governo autoritário, Leônidas Melo foi convidado por Vargas para continuar administrando o Piauí, como interventor. A apresentação da Carta constitucional de 1937, expunha as razões de Getúlio Vargas e de seus colaboradores para o golpe que promoveu o Estado Novo.

Atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro, à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil. [...]. Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade (BRASIL. CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1937, 1937, p.37).

No trecho são arrolados alguns elementos nocivos que prejudicavam a nação: a “desordem” e os “dissídios partidários” estavam conduzindo o país para um caminho de “luta de classes”, inserindo a nação brasileira, nas palavras de Getúlio Vargas, na “iminência da guerra civil”. O Estado Novo seria, portanto, a garantia da solução dos conflitos sociais, ou seja, do estabelecimento da unidade nacional.

Observa-se que o Estado Novo ampliou as instituições governamentais, absorvendo sujeitos capazes de dar executoriedade ao projeto traçado por Vargas. Essas instituições foram, preferencialmente, dirigidas por jovens intelectuais. Nesse

ambiente, a educação, desempenhou, mais uma vez, a função de conformar o povo aos ideais estabelecidos para a nação. É o que afirmar Hilsdorf (2003).

Evidentemente o novo Estado necessitava que educação escolar concorresse para promover esses valores atribuídos à família, à religião, à pátria e ao trabalho que já circulavam desde os anos 20 – para serem aceitos nacionalmente, por toda a sociedade, com base de uma nação moderna. A questão que se coloca é que, servindo à nação, a educação servia ao Estado, instituidor da nação. Assim as linhas ideológicas que definem a política educacional, vão se orientando pelas matrizes instituinte do Estado Novo: centralização, autoritarismo, nacionalização e modernização (p.99).

A escola foi, então, lugar de promoção dos ideais do Estado Novo, na busca e no debate para construção da nação moderna. Segundo (HILSDORF, 2003), temas como o “culto à pátria”, a “família tradicional”, ao “trabalhador herói, a “nação eugênica” integraram a mentalidade social moderna na construção nação brasileira. Estavam presentes no dia-a-dia dos órgãos públicos”. Tudo isso foi possível com a presença de um Estado forte, centralizado e com um grande estadista à frente deste processo. O Estado Novo é concebido como um manancial de novas ideias, debatidas e colocada para o povo em forma de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, trabalho e demais setores. Para a construção de um espírito de nacionalidade difundiu-se que o predomínio do localismo, o jogo de interesses particulares, conduziam para a desarticulação nacional, promovendo o atraso nos diversos setores da sociedade, (PRADO, 2011).

Além das escolas e dos espaços de saúde, os intelectuais e demais membros da sociedade civil, atuaram na legitimação do governo Vargas através de outros espaços de sociabilidades, que eram decorrentes de suas profissões. É o caso dos integrantes de grêmios literários e de intelectuais que realizavam publicações das instituições escolares e da Academia de Letras do Piauí (APL). Também se enquadrava nessa categoria os colunistas de jornais

locais, que escreviam sobre as festas escolares, atividades cívicas e dos concursos literários. A Academia Piauiense de Letras promoveu várias palestras e fez-se, também, presente em eventos nacionais. As autoridades, os sujeitos pertencentes a essas instituições e demais setores da sociedade aproveitavam as solenidades, inaugurações, palestras e eventos cívicos em geral para promoverem discursos enaltecendo o momento político vivenciado pelo Brasil. Em sua fala de adesão aos propósitos do novo movimento político, o Interventor Leônidas Melo, mencionou seus ideais.

[...]. Rendamos homenagem ao grande brasileiro que nos conduziu ao Estado Novo – e saibamos compreender o patriotismo e nobreza, a intrepidez do seu gesto. O golpe de 10 de novembro, longe de ser manifestação da vaidade ou prepotência, foi um acertado movimento de defesa nacional imposto pela consciência cívica do supremo magistrado e pelo patriotismo decidido das forças armadas do País. [...]. O Estado Novo, que na frase do Ministro Francisco Campos, está construindo um novo Brasil está definitivamente estabelecido. [...]. Há poucos dias o Chefe da Nação falando ao povo que lhe fora levar aplausos, constituiu cada brasileiro em um legionário da grande Cruzada da defesa nacional. [...]. Finaliza: **Que cada piauiense saiba cumprir o seu dever! Que cada piauiense saiba honrar o Piauí e amar dignamente o Brasil.** Que cada piauiense seja um soldado vigilante ao lado do Chefe da Nação (PIAUI. TERESINA E O PRESIDENTE VARGAS, 1938, p.09-13. Grifo nosso).

Para o chefe de Estado, “cada piauiense” deveria não somente atender ao chamado da Pátria, mas assumir responsabilidade individual e coletiva com a construção da identidade e dos valores da nação. Identidade nacional e nação se tornaram termos bastante preciosos, presente em vários discursos e na construção da memória social do Estado Novo. Na interventória de Leônidas Melo ações foram definidas em consonância com as diretrizes do Estado Novo. Como exemplo, tem-se a publicação na Revista *Almanaque da Parnaíba* de 1939, que trouxe uma crônica sobre as ações desenvolvidas pelo interventor no Piauí, com o título “O surto de progresso do Estado do Piauí, alcançado com a administração do interventor Leônidas de Castro Melo”.

O surto de progresso que tem alcançado o Estado do Piauí, depois que a sua administração foi entregue á esclarecida e sabia orientação do interventor Leônidas Melo. [...]. A ação do interventor não se limitou apenas em aumentar as fontes de economia do Estado. S. s. tem também tratado dos magnos problemas da educação e defesa sanitária da população que governa. Administração moderna, estendeu o seu plano de governo aos serviços da Secretária de Educação e Saúde beneficiando grandemente a população. [...]. O aspecto urbano de Teresina, tem sido melhorado em todos os sentidos e dotada de todos os requisitos que a tornam uma capital moderna (p.163-167).

Administração do interventor Leônidas Melo era vista pela ótica moderna. Seguindo o ideal getulista na maneira de comandar o Estado, principalmente no campo da educação, saúde e no âmbito da reforma do espaço urbano, esse interventor se notabilizou como promotor da modernização do Estado, ampliou a estrutura de ensino, construiu hospitais, abriu estradas, fez reformas em vários setores da administração pública dentre outras ações. Essas atuações objetivavam uma ressonância com as massas, que permitisse integrá-la para a construção da unidade nacional.

O setor educacional teve uma ampliação da rede por todo seu território, seguido do crescimento do número de matrículas em todas as modalidades de ensino. Realizou reformas em antigas estruturas e, ao mesmo tempo, fez subvenções à unidade particulares. Fato importante foi o incrementado do ensino de educação física nas escolas do Estado, como consta no Relatório⁷ de 1940. O ensino desta modalidade educacional visava não somente a prática de jogos, mas regular as atividades físicas que auxiliavam a saúde da população, em conformidade com o ideal eugenista.

7 PIAUÍ. *Relatório Apresentado Exmo. Snr. Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Melo*. Teresina: Imprensa Oficial, 1940. Neste relatório contém as diretrizes de Educação Física aprovado pelo Estado, pelo Decreto Estadual nº. 273 de 17/06/1940, p.63-70.

O governo piauiense foi um grande divulgador dos valores nacionais. Um bom exemplo disso são as datas comemorativas no calendário educacional do Estado, momento em que o civismo não apenas se fazia presente, mas se transformava em solenidade de exaltação e de enaltecimento do regime Getúlio Vargas. Observa-se esse fervor no e fragmento do editorial da Revista *Voz do Estudante*.

[...] O 7 de Setembro, dia da Pátria, e o 15 de Novembro dia da República, sintetizam as nossas mais lindas aspirações, em vovvem os nossos ideais mais sagrados de homens e de cidadão livres, [...]. O que queríamos e o que conseguimos, mais tarde, a 15 de Novembro de 1889 foi igualdade entre todos os brasileiros. [...] o advento do Estado Novo do Presidente Vargas. Purificadas nas suas imperfeições deram novas feições ao mecanismo do poder público centralizador. [...]. O Estado Novo é bem a República de 89, corregida é alterada. As modificações do que foi alvo obedecem ao imperativo histórico, segundo qual os homens acompanham a marcha dos séculos e sofrem as suas fluências político-sociais (REVISTA VOZ DO ESTUDANTE, 25/12/1942, p.08-09).

Esse editorial foi escrito por Valdemar Sandes, professor e jornalista de grande reconhecimento na capital do Estado. Em suas palavras o intelectual faz exaltação à pátria, destacando a importância do Estado Novo para a consolidação do projeto republicano. Os ideais positivistas da ordem e do progresso inspiravam o escritor, na sua defesa sobre o regime político em vigor: “O Estado, embora sendo uma criação cultural particular, deveria cumprir uma função geral, já que a marcha da civilização se daria no sentido de realizar princípios gerais (a ordem, a paz, o bem-estar, a felicidade)” (OLIVEIRA, 1982, p.38).

As datas comemorativas⁸ criadas, passaram a fazer parte da formação escolar e cívica do cidadão brasileiros: o dia do Município (01/01); dia da Raça (07/09), dia do Índio (19/04).

⁸ Foram criadas outras datas comemorativas dentro do período do Estado Novo, como exemplo: Dia do Enfermeiro (12/05); Dia do Reservistas (16/12); Dia do Panamericano da Saúde (02/12). Dia do Servidor Público (28/10).

O 1º de maio, Dia do Trabalhador, era uma data comemorada no mundo todo, todavia no Brasil durante o governo Vargas ela se revestia de um grande acontecimento, sempre realizada em grandes espaços públicos, sendo momento, inclusive, em que o Presidente escolhia para anunciar um benefício ao trabalhador: como a instituição do salário mínimo a 1º de maio de 1940, no Estádio Vasco da Gama, no Rio de Janeiro; criação da legislação de proteção e regulamentação do trabalhador no Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 01/05/1943. Essas festividades eram repetidas nos estados. O Piauí, ao incorporar algumas delas aos seus calendários, procurava reproduzir o mesmo valor a elas atribuídos pelas festividades nacionais.

Sobre os debates entorno da unidade nacional temos a realização do Primeiro Congresso de Brasilidade, proposta feita pelo Centro Carioca, Liga de Defesa Nacional e Sindicato dos Educadores, a ser realizado em todo o Brasil. Essa proposta foi apresentada ao Ministro Gustavo Capanema e tinha como objetivo “integrar a alma pátria nos postulados do Brasil Novo, em todos os campos da atividade nacional, mediante estudos, palestras, aulas, publicações e outros meios de igual eficiência”⁹. Esse primeiro Congresso teve sua realização no ano 1941 e contou tanto com apoio do governo como das entidades convocadas a integrar o projeto nos estados e municípios. No Piauí tivemos a participação de Martins Napoleão, representando a Academia Piauiense de Letras, como entidade participante no Segundo Congresso de Brasilidade. Uma das conferências foi realizada por este intelectual, publicada posteriormente na Revista da Academia Piauiense de Letras, com o título “Esboço de Introdução ao Estudo da Unidade Cultural Brasileira”.

[...] e que talvez o futuro reconheça e proclame a mais características da época: a obra nacionalizadora de pesquisa e exaltação das nossas tradições, que teve no passado, epígonos e cultores, do porte de Rui e de Bilac. [...] é justiça dizê-lo - ora

9 Regulamento do Primeiro Congresso de Brasilidade. Rio de Janeiro: [s.d] 1941, p.02.

vencendo, ora contornando, ora eliminando obstáculos naturais ou resistência passivas, encontrou novos motivos de vitalidade e ação no sr. Getúlio Vargas, o homem que, por ser um mestre consumado de psicologia para o seu povo, com uma acuidade genial que séculos apontarão, poupe torna-se o redutor de antinomias e anulador de crises, no desempenho de sua profunda vocação a Unidade (1943, p.107-108).

Observamos um alinhamento do discurso do acadêmico da APL no Piauí, com o projeto nacional. O Presidente era entendido como interprete natural do povo, com uma visão ampla diante dos problemas que afetavam o Brasil. Era aquele capaz de promover a superação das antinomias, conduzindo o país em direção a uma unidade.

Outro aspecto tratado no Piauí por Leônidas Melo foi a saúde pública. Desde início do seu governo o gestor estabeleceu convênios com o governo federal, com a finalidade de desenvolver esse setor que considerava fundamental para o crescimento e desenvolvimento do seu povo. São marcas de sua gestão a criação de postos e centros de saúde, maternidades e do estabelecimento de ações conjuntas para o recebimento das campanhas de saúde, a exemplo do combate a lepra, a tuberculose e à varíola, que de vez em quando grassavam pelo Estado. Alvarenga (2013) destaca que:

Com o propósito de colaborar com o Estado Novo, o Piauí, no ano de 1938, realizou reformas na estrutura de saúde pública conforme as novas determinações do MES. No relatório de governo referente aquele ano, ficou registrado a ida do diretor de saúde do Estado, Dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira, à capital da República com objetivo de traçar o plano de reorganização dos serviços sanitários do Estado. Barros Barreto, Diretor Geral da Saúde Pública, ajudou o delegado piauiense na elaboração de um bem-acabado plano de reforma, pautado no plano geral dos serviços federais (p.319).

No trecho acima, o Estado buscava formar parceria com o governo federal para instalação de uma política sanitária. Desse plano traçado entre diretor de saúde do Estado, Dr. Manoel

Sotero Vaz da Silveira, e o diretor geral da Saúde Pública, Dr. Barros Barreto foi acertada a inauguração do Hospital Getúlio Vargas¹⁰, um hospital de referências no tratamento de diversas doenças. Sobre este hospital temos um depoimento do Dr. João de Barros Barreto, na época Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, que em visita ao Piauí relatou sua impressão sobre a referida instituição médica, publicada no Relatório¹¹ de governo de 1942, “[...] tive a impressão de haver me transportado aos ‘Estado Unidos’. É um primor de construção e de instalação, a mais perfeita realização no gênero no Brasil” (p.79).

Outro importante centro de construção e divulgação dos ideais desse governo foi o Centro Piauiense¹² criado no Rio de Janeiro em 1925, que tinha como objetivo atuar junto aos piauienses que chegavam na capital federal, prestando ajuda de várias naturezas. O Centro Piauiense foi um grande promotor do governo de Leônidas Melo e do governo Vargas no Piauí. Ao mesmo tempo, este Centro divulgava na capital do país as transformações em curso no Piauí por meio de debates, conferências, exposições fotográficas, dados estatísticos. O mesmo tinha uma função ideológica de rememorar fatos da trajetória dos piauienses ausentes do seu Estado. Esta instituição foi presidida de 1939 a 1945 por Antonio Bugyia Brito.

No ano de 1943 o Centro Piauiense publicou um livro “Oito anos de Governo – a administração Leônidas Melo no Piauí - maio de 1935 - maio de 1943”, um material intelectual dividido em várias seções: economia, saúde, educação, obras públicas, dados estatísticos, tabelas, imagens retratando com argumentos o progresso do Estado sobre o aquele governo. Temos um fragmento a seguir do material, que ilustra este argumento:

10 Hospital Getúlio Vargas, foi inaugurado em 3 de maio de 1941.

11 PIAUÍ. *Relatório Apresentado pelo interventor Federal no Estado Dr. Leônidas Castro Melo ao Exm. Snr. Dr. Getúlio Vargas D.D Presidente da República*. Teresina: DEIP, 1942.

12 Não tinha uma sede própria, as reuniões e as demais atividades do Centro funcionavam em prédios públicos ou espaços de instituições privadas como Liceu Literário Português no Rio de Janeiro.

A paz doméstica é justo reflexo da política sadia e impessoal do dr. Leônidas Melo. Tais são os efeitos da Revolução de 30 e do Estado Novo na comunidade piauiense, que deve esses benefícios, antes de tudo, ao eminente sr. Getúlio Vargas, grande estadista e grande brasileiro, que tem o sr. Leônidas Melo fiel interprete de sua política no Estado do Piauí. (p.72).

A produção cultural do Centro Piauiense não deixou de apontar o vínculo entre o Revolução de 30 e o Estado Novo. Essa união tinha como objetivo fortalecer o terreno ideológico do período getulista, implantado por um grande estadista que buscava fortalecer o Brasil, ou seja, uma visão estruturante para o futuro. Esse material publicado pelo Centro Piauiense, segundo Leônidas Melo em suas memórias (1976), foi escrito por Berilo Neves, que qualifica em suas palavras memorialistas de “[...] homem de letras do mais alto conceito, perfeito conhecedor da vida e da administração do Estado, pois por vários anos foi seu procurador na capital da República” (p. 313). Berilo Neves era reconhecido pela sua atuação no universo cultural e na sua visão de crítica literária.

É preciso ressaltar ainda a criação do Departamento Imprensa e Propaganda (DIP). Sobre a criação do DIP, Garcia (1982, p.141-142), argumenta que:

Em dezembro de 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que, segundo Alzira Vargas, foi o resultado da fusão entre o SIPS e o DNP. O DIP absorveu todas as funções de censura e propaganda. O DIP foi organizado com uma estrutura composta de cinco divisões: Divulgação, Radiofusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa. [...]. O DIP era subordinado diretamente ao Presidente da República, funções bastante amplas. [...]. Nos Estados, pelo Decreto - Lei 2.557 de 4/09/1940 foi criados os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, subordinados ao DIP do Rio de Janeiro e com as mesmas funções.

A função do DIP era coordenar a comunicação social do Estado Novo, o que aumentando sua intervenção cultural e ideológica. Suas ações aconteciam em várias divisões como

observamos na citação anterior, pois sua origem está na incorporação de várias estruturas de comunicação e vigilância, que no decorrer se transformaram no DIP, subordinada ao Presidente da República, com a direção de Lourival Fontes de 1939 a 1942.

A Estado compartilhava suas ideias e buscava informações com outros setores da administração. Isto ficou visível na criação do Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais (SIPS), em 1939 pelo Capitão Felinto Müller. Este órgão tinha como objetivo informar todos os elementos de ordem intelectual sobre assuntos que pudessem interessar à Polícia Preventiva, na defesa do regime. Em outras palavras, esta estrutura de policiamento e vigilância tinha como ponto central acompanhar de perto o bom andamento do Estado Novo, e como o mesmo era visto na ótica da população.

No Piauí¹³ tivemos atuação deste órgão preventivo, desenvolvendo diversos trabalhos, entre eles o encaminhamento de fichas que eram preenchidas pelas delegacias da capital e dos municípios, entidades e associações civis e por estabelecimentos comerciais, profissionais liberais com informações de membros da sociedade, instituições. O SIPS fazia a distribuição de material de propaganda do regime, como: livros, revistas, folhetins, anuários e outros. Solicitavam informações sobre a existências de entidades de classe em cada município, bem como de associação religiosa, jornais e revistas que circulavam.

O SIPS em 19 de julho de 1939 encaminhou um ofício para capital e para os municípios do Estado do Piauí. O referido ofício era composto de três perguntas que deveriam ser respondidos pelos setores enumerados anteriormente, por instituições governamentais e por sujeitos da sociedade civil. As questões constantes no referido documento eram compostas pelas seguintes indagações:

1 - Como, na realidade, sem paixão ou simples desejo agradecer, foi recebido o Regime instituído em 10 de Novembro de 1937;

13 Arquivo Felinto Müller, FGV/CPDOC, (FM chp sips Piauí).

2 - Sob que aspecto o povo, nas suas diversas classes, recebeu o Estado Novo com mais entusiasmo; 3 - Qual a diferença que no modo ver popular é feita entre Regime atual e o anterior ao Estado Novo, em face das realidades ambientes. Isto é, o que o povo acha melhor ou pior, dentro do campo local de observações, entre o presente e o passado (ARQUIVO FELINTO MÜLLER, FGV/CPDOC, FM CHP SIPS PIAUÍ).

Entre as respostas enviada ao SIPS - Chefia da Polícia do Distrito Federal, expressavam variadas exaltações ao regime do Estado Novo, recebido com “entusiasmo pelo povo”, “a sociedade foi acordada com uma nova chama de esperança”, “o regime demonstrava para o povo um caráter realista” e a pessoa de Getúlio Vargas era aclamado como “o grande benemérito da nação”. Alguns aproveitavam a oportunidade para tecer comentários contra o governo do Estado e dos municípios. Um bom exemplo é a do advogado Cláudio Pacheco, quando responde à questão de número três do ofício, em documento enviado à sede da chefia do SIPS, em 15 de setembro de 1939.

O povo sente que está faltando ao novo regime um systema mais enérgico de controle da acção das autoridades locais, na periferia, pois nos governantes, no interior, que ainda não se compenetraram de uma nova mentalidade, o que não corresponde ás elevadas expectativas do eminente chefe da Nação; e, por outro lado o povo aprecia com imensa, sympathia a vocação organizadora, no campo de produção da sociedade, e da vida econômica em geral, de que Estado Novo tem dado provas abundantes (ARQUIVO FELINTO MÜLLER, FGV/CPDOC, FM CHP SIPS PIAUÍ).

Compreende-se pela resposta de Cláudio Pacheco, que o regime estava cumprindo o seu papel no seio da sociedade piauiense. Todavia os seus governantes municipais não tinham assimilado as novas diretrizes do regime, ou mesmo, não estavam querendo agir em função do mesmo. O estudo sobre a temática aqui tratada mostrou que muitas destas respostas que buscavam informar de fatos particulares envolvendo a administração do Estado e dos municípios, passava por atritos políticos, oriundo

de novo rearranjo político instalado pela Revolução de 1930, e agora pelo Estado Novo. Um órgão que buscava informações localizadas, em especial nos municípios, muitas vezes muitos distantes dos olhos da capital.

A partir de 1939 as ações de propaganda e censura no Estado Novo ganham uma nova dimensão, pois imprimia nestes setores propaganda e censura o que o Estado Novo se propõe, a primazia do executivo, respaldado pelo apoio jurídico da Constituição de 1937, pois somente um estado forte poderia viabilizar a verdadeira unidade nacional. Isto foi sem dúvida uma ação que com a criação do Departamento Imprensa e Propaganda (DIP), foi implementado de forma, mas eficaz. O DIP substituiu várias estruturas, sua criação está relacionada com melhor centralização da informação no período, e ao mesmo atuar energicamente em situações mencionadas nas correspondências recebidas pelo SIPS.

A adequação de Leônidas Melo, governador eleito em 1935, ao regime varguista permitiu uma administração sem grandes percalços do ponto de vista da relação do Estado com o governo Federal. Do ponto de vista interno, no entanto, esse governo precisou conviver com constantes atritos políticos, tanto oriundo de conflitos entre os municípios, quanto daqueles que lhe faziam oposição.

Considerações finais

A Era Vargas foi singular na História do Brasil, não somente por que tivemos um governante que se manteve ininterruptamente no poder por quinze anos, passando por duas constituições, mas porque compartilhou ideologias envolvendo todos os estados da federação, conclamando todos os setores da sociedade a aderir e a se sentirem parte daquele governo. Essa experiência intensificou, também, no pensamento nacional a ideia de mudança, de progresso que tanto acompanha o povo brasileiro até os dias atuais. Getúlio Vargas soube como ninguém usar o aparelho do Estado e os setores culturais em seu governo. Observou-se, ainda,

que essa engenharia política só foi possível pela a recepção do varguismo nos Estados. O Piauí, inserido neste contexto contribuiu com a difusão destes ideais, em setores da educação, saúde e outros, para a consolidação e fortalecimento desse governo.

Referências Bibliográficas:

Instituições:

Arquivo Nacional (AN)

Arquivo Público do Piauí (APPI)

Biblioteca Nacional (BN)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

Bibliografia e Fontes:

Almanaque da Parnaíba. Ano XVI, 1939.

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. *Nação, país moderno e povo saudável: política de combate a lepra no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2013.

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *O Riscos das Ideias: Intelectuais e a política (1930-1945)*. São Paulo: FAPESP, 2006. História da Repressão e da Resistência1.

BASTOS, Cláudio. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BRASIL. *Constituição de 1937*. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/05.pdf/view>. Acesso em 17/04/2018.

BRASIL/DISTRITO FEDERAL. *O SIPS e suas finalidades – Serviços de Inquéritos Políticos Sociais*. Rio de Janeiro: Polícia Civil do Distrito Federal, 1940.

BRANCO, Christiano Castello. *Civismo....* .p. 88-96. In: Revista Academia Piauhense de Letras. Teresina: Imprensa Oficial, Ano XIX. Nº 15. Dez.1936.

CENTRO PIAUIENSE. *Oito Anos de Governo – A administração Leônidas Melo no Piauí (maio de 1935 – maio de 1943)*. [s.n], 1943.

FILHO, A. Tito. *Governadores do Piauí: Capitania – Província – Estado*: 3.ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1978.

GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: Ideologia e propaganda política*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

GOULART, Silvana. *Sob a Verdade Oficial – Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Editora Marco Zero/ CNPq,1990.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, 135p.

HOCHAM, Gilberto. *Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945)*. p.127-141. In: *Educar*. Curitiba: Editora UFPR, 2005. nº25.

LAMOUNIER, Bolívar. *Os grandes líderes – Getúlio*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LECLERC, Gérard. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. (Coleção Aldus 23).

MARINHO, Joseanne Zingleare Soares. *“Manter sadia a criança sã”:* *as políticas públicas de saúde materno infantil no Piauí de 1930 – 1945*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2017.

MELO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho - “memórias” a feição de autobiografia*. Teresina: COMEPI. 1976.

NAPOLEÃO, Martins. *Esboço de Introdução ao Estudo da Unidade Cultural Brasileira*. Revista da Academia Piauiense de Letras. Teresina: Teresina: DEIP. Ano XXVI, nº24. Dez, 1943.p.98-108.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

_____. *A Revolução de 1930 no Piauí 1928-1934*. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O pensamento de Amir de Andrade*. p. 31-47. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. VELLOSO, Monica P.; GOMES, Ângela Maria Castro (Ogrs.). *Estado Novo – Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

PIAUÍ. *Súmula - Diretoria Geral de Instrução Pública*. 8/02/1932.

PIAUÍ. *Exposição apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Tenente Landry Sales*. Teresina: Imprensa Oficial, 1932.

PIAUÍ. *Relatório do Interventor Federal Cap. Landry Salles Gonçalves. 1931-1935*. Teresina: Imprensa Oficial, 1935.

PIAUÍ. *Teresina e o Presidente Vargas*. Teresina: [s.n], 1938.

PIAUÍ. *Relatório Apresentado pelo interventor Federal no Estado Dr. Leônidas Castro Melo ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas D.D Presidente da República*. Teresina: DEIP, 1942.

PRADO, Maria Emília. *Alberto Torres e a responsabilidade do Estado na Construção da Nação*. p. 187-210. In: PRADO, Maria Emília. (Orgs.). *Intelectuais e ação política*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 1920*. São Paulo. [s.n], 2010.

SANDES, Valdemar. *7 de setembro*. IN: Revista Voz do Estudante. Teresina (PI), Ano II, nº7, p.1, 7/09/1942.

“A NEGLIGÊNCIA E A IGNORÂNCIA CORREM PARELHA COM A MISÉRIA”: A MORTALIDADE INFANTIL NO PIAUÍ (1930-1945)¹

Joseanne Zingleara Soares Marinho²

Introdução

A proposta deste artigo é analisar que, apesar das mães terem sido frequentemente consideradas, pelo setor médico, como as principais responsáveis pela preservação da saúde de seus filhos, as condições problemáticas de oferta e de funcionamento dos serviços de saúde, bem como as condições de pobreza que dificultavam a existência de condições básicas de salubridade de grande parte da população piauiense, também passaram a ser observados pelos médicos como fatores de relevância para a existência dos elevados índices de obituários infantis no Piauí, durante o período de 1930 e 1945, portanto, aspectos que não dependiam diretamente da atuação materna junto aos seus filhos.

A defesa da infância ganhou dimensão de cruzada, visando à salvação nacional, quando coincidiram os interesses entre

1 Este artigo faz parte das pesquisas que resultaram na tese de doutorado que já está publicada. MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “*Manter sadia a criança sã*”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. São Paulo: Paco, 2018.

2 Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR e Professora Adjunta II da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Campus Poeta Torquato Neto, Teresina. E-mail: joseannezsm@gmail.com.

os governos e os médicos, estes últimos, desde o século XIX, defendiam a intervenção do Estado nos assuntos referentes à saúde de mães e crianças. Para o começo da concretização desse projeto, mais visível depois da Primeira República, foi essencial a atuação, principalmente junto às mães, no enfrentamento de problemas como a disseminação de moléstias infectocontagiosas, a alimentação administrada de forma incorreta, as precárias condições de higiene e, o principal deles, o índice elevado de mortalidade infantil.

As mães deveriam exercer, prioritariamente, os cuidados cotidianos de higiene que serviriam para manter as crianças saudáveis, como também deveriam procurar os médicos dos serviços de saúde para tratamento dos seus filhos doentes, abandonando as práticas curativas baseadas nos conhecimentos populares. No entanto, como afirmou o médico Miguel Jogaib em um trecho que inspirou a nomear este artigo, a população vivia “[...] arrastando a sua miséria orgânica num doloroso quadro [...] em que a negligência e a ignorância correm parelha com a miséria.” (RELATÓRIO MÉDICO DE PARNAÍBA, 1944, p. 2.). Nesse sentido, a expressão local “correr parelha”, significava que vários aspectos contribuíam de forma similar para os elevados índices do obituário infantil. Além da falta de acesso às informações sobre a preservação da saúde, existia a dificuldade de acesso aos serviços nas pouquíssimas instituições de saúde, as condições insalubres de moradia e a precariedade de alimentação, aspectos que não dependiam do quão dedicadas e cuidadosas fossem consideradas qualquer uma daquelas mães.

Os médicos, a infância e a maternidade

Ainda no período colonial brasileiro, existia o culto à criança morta, sendo a representação mais valorizada de pureza e de inocência, que se manteve pelo menos, até o Oitocentos (DEL PRIORE, 2009). Predominava a crença de que a felicidade futura da alma seria certa, porque ainda não possuía pecados e, por

isso, teria passagem direta para o céu, onde iria permanecer sob a proteção divina. O funeral de uma criança também anunciava a assunção de mais um anjinho, passando a proteger a família, argumento que também servia para o conforto da dor diante das mortes infantis frequentes.

Alguns setores intelectualizados passaram a defender, principalmente a partir do século XIX, que a solução dos problemas sociais que direcionariam para o progresso do Brasil dependia, em grande parte, da proteção à infância (COSTA, 2004). No entanto, a problemática infantil da delinquência, da condição de abandono, bem como da inserção precoce no trabalho e da preservação da saúde, adquiriram maior visibilidade a partir da década de 1930. Com a postura intervencionista do Estado, a valorização da proteção da criança passou a ser defendida como tarefa que exigiria o esforço de todo o país. Era defendida a regeneração da família e a sua importância como base da nação, consideradas essenciais na busca para encontrar esteios para a ordem, a civilização e o progresso. Ocorreu, dessa forma, uma orientação acerca da ideia de amparo familiar, o que representava, em larga medida, uma forma de proteção às crianças.

Desde o Oitocentos, como categoria profissional que foi se tornando cada vez mais expressiva na sociedade, os médicos se apresentaram como agentes capazes de viabilizar a tarefa de ordenar os espaços sociais, visando transformar a cidade em um espaço civilizado e saneado (MIRANDA, 2011). Composto esse contexto, a defesa da infância, fase em que a saúde e a vida correriam mais riscos, ganhou dimensão de cruzada visando à salvação nacional quando ocorreu uma coincidência de interesses entre os governos e os médicos, ocorrendo uma parceria entre esses setores.

As iniciativas ocorriam, principalmente, junto às mães, no enfrentamento de problemas como a disseminação de moléstias infectocontagiosas, a alimentação administrada de forma incorreta, as precárias condições higiênicas e, o principal deles, a mortalidade infantil. A suposta falta de zelo infantil era

ênfâtizada discursivamente de forma frequente, sobretudo, no que se refere ao abandono invariavelmente ligado aos pobres. Segundo Martagão Gesteira (1945), a educação materna acerca das práticas científicas de cuidado compunham a Puericultura, especialidade médica que primava pelo cuidado com os filhos por meio da alimentação, higiene, vestuário, repouso e outras. Esta deveria ser, também, a prioridade nas unidades de saúde de caráter especializado e naquelas que forneciam atendimento geral.

Como categoria profissional que foi se tornando cada vez mais expressiva na sociedade, os médicos se apresentaram como agentes capazes de viabilizar a tarefa de ordenar os espaços sociais, visando transformar a cidade em um espaço civilizado e saneado (MIRANDA, 2011). Cabia a eles orientar as pessoas na aplicação de medidas que tinham por finalidade prevenir a doença e prolongar a vida. No Piauí, eles defendiam que os brasileiros somente tinham valor real para o país à medida que tivessem capacidade física de trabalho, conforme o pensamento ainda vigente durante o Estado Novo. O relato de Vitorino da Assunção em um artigo da Revista da Associação Piauiense de Medicina, ilustra o posicionamento assumido por muitos dos seus colegas de profissão:

O trabalho, o repouso, a nutrição, o sono, etc., enfim, todas as atividades e inatividades da vida não se devem afastar dos ditames da higiene. O homem, a sociedade, o povo, enfrenta-se, então, com os complexos problemas do saneamento de si mesmo e do meio em que vive. À higiene cumpre resolvê-los. E não deve ser outro o objetivo dos múltiplos serviços de saúde pública. O povo que não cuidar da saúde de seus filhos é um povo condenado a desaparecer pela degradação ou assimilado pelo mais forte e consciente. E agora que se vive a cogitar de renovação, nada mais oportuno do que revolucionar a educação sanitária e geral, considerando a higiene da infância como o eixo das organizações sanitárias da nação (ASSUNÇÃO, 1943, p. 3).

A percepção da precariedade das condições de higiene da população causava preocupação e representava uma ameaça para a execução do projeto de desenvolvimento. Decorria daí

o dever inerente ao Estado de amparar a saúde do indivíduo, preservando-a dos malefícios em todas as fases da vida, mas, sobretudo, na infância, potencialmente mais vulnerável, mas também por ser representada como promessa de futuro próspero para o país. Desde as primeiras décadas do século XX, passou a ter maior aceitação a ideia de que as doenças não eram atributos inevitáveis da natureza infantil, mas obstáculos a serem vencidos, para que os governos pudessem pautar a agenda pública. Nesse contexto, as taxas altas de mortalidade infantil passaram a ser consideradas incompatíveis com os anseios de progresso.

Na mesma medida em que a criança foi ganhando valor social, sua morte tornou-se uma condição cada vez mais temida e lamentada. Em última instância, esse acontecimento passou a ser a negação de toda a promessa de progresso depositada na infância. O óbito infantil não deveria ser justificado como a vontade de Deus, como muitas mães faziam para terem conforto na dor. O declínio das concepções religiosas para a morte, bem como a emergência da autoridade médica, mas, sobretudo, a valorização da importância da criança para a família e o país configuraram um cenário em que a morte infantil passou a ser cada vez mais analisada como uma incapacidade de realização do rito de iniciação à vida adulta.

O ideário médico da maternagem científica fundamentava o apelo para que as mulheres exercessem as suas funções maternas, só que resignificadas a partir de novos pressupostos (FREIRE, 2009). Segundo tal perspectiva, a forma competente de exercer a maternidade não poderia ter sustentação apenas no instinto, devendo basear-se em habilidades definidas com precisão, a partir dos conhecimentos especializados. Com isso, os médicos defendiam que as mulheres precisavam conhecer as fases do desenvolvimento infantil, além dos princípios da puericultura e aprender a confiar na atuação dos serviços de saúde. Isso se deu porque os profissionais médicos pediatras, puericultores e obstetras, acreditavam ter legitimidade e capacidade para concretizar uma recriação do exercício da maternidade, uma vez

que, supostamente, teriam a autoridade concedida pelo domínio de um conhecimento constituído como ciência, considerada por eles como a maneira correta e definitiva de saber.

Nesse sentido, os médicos prescreviam as formas de cuidado para a preservação de uma condição saudável, bem como do tratamento de saúde diante das enfermidades, propondo modos diferentes de perceber e significar a vida infantil. Fazendo isso, desenvolviam o que Michel de Certeau (2005), denominou de prática escriturística, incidindo sobre o corpo social por meio da ordenação, visando homogeneizar as ações numa perspectiva de desenvolvimento que estaria condizente com o mundo moderno. Existia o projeto de uma sociedade que deveria constituir-se como página em branco com relação ao passado, capaz de escrever a si mesma e de refazer a sua história a partir da perspectiva do progresso contínuo.

No Piauí, os médicos apropriavam-se das ideias de saúde, família, casamento e maternidade, ao determinar como deveriam ser significadas, impondo o que consideravam como certo e, ao mesmo tempo desqualificando, muitas vezes, os saberes e os fazeres populares. A prática escriturística era atuante na promoção da racionalização do corpo social a partir da elaboração e propagação de um conhecimento formal, considerado como vetor de um projeto de desenvolvimento. Com isso, os costumes e tradições populares deveriam ser descartados, por estarem articulados ao mundo rural, concebido como atrasado e supersticioso.

A questão da aceitação do exercício da maternidade, como função social das mulheres piauienses, foi incluída de modo fundamental na política de governo direcionada para o projeto de investimento na saúde de mães e crianças. Isso ocorreu porque caberia de forma primordial às mulheres o principal ônus no cuidado infantil, a partir da aceitação das orientações médicas, sobretudo para a prevenção da saúde, mas também no tratamento das moléstias. A representação naturalizada do papel feminino da maternidade como uma questão de violência simbólica, ajuda a compreender como a relação culturalmente construída, passou a

ser reproduzida como uma diferença natural, irredutível e universal, portanto, em estado incorporado, no *habitus*, suficientemente assegurada para precisar de justificação, enunciando o ser como se fosse uma evidência (BOURDIEU, 1995).

A problemática piauiense da mortalidade infantil

A inexpressividade da saúde pública piauiense no final do século XIX, situação observada a partir da debilidade da organização administrativa e de verbas insuficientes para investimentos, também era resultado do limitado número de médicos (MENSAGEM, 1897). As moléstias que atingiam o estado faziam grande número de vítimas na Primeira República, confirmando a falta de decisão política com relação à implementação dos serviços de saúde pública para a população em geral, o que afetava, conseqüentemente, mães e crianças conforme sucessivas mensagens de governo. Nesse sentido, apesar da defesa do ideário de valorização da infância já existir, a viabilização da proteção da saúde pública infantil não era verificada.

A discussão da relevância do problema dos obituários elevadíssimos na fase da infância ganhou maior dimensão a partir do final da década de 1930. O médico Vitorino de Assunção (1939), afirmou que o sacrifício da vida infantil era alarmante em um país, onde a higiene infantil não tinha sido concebida como problema vital da nacionalidade por muito tempo. O problema era um flagelo nacional, começando a partir do quadro calamitoso dos nascidos mortos e ganhando dimensão mais grave com a excessiva mortalidade que predominava no primeiro ano de idade, decrescendo progressivamente até o sexto ano de vida. As estatísticas brasileiras informavam que, entre mil nascidos vivos, morriam 25% no primeiro ano de vida e, entre estes, o grau maior de óbitos ocorria no primeiro mês.

O médico piauiense ainda declarava que as altas taxas de mortalidade na infância também se reproduziam no Piauí. Segundo os dados da Diretoria Geral de Estatística Estadual,

pode ser verificada a gravidade na capital. Durante o ano de 1932, por exemplo, dos 460 óbitos, 137 deles foram de crianças de zero a um ano e destes, apenas 37 tiveram assistência médica. Considerando-se o número total de mortes, também estavam incluídas 23 crianças de um a cinco anos, 04 entre cinco e dez anos. Com idade superior a essa, foram 296, número que também contabilizava os adultos.

Entretanto, a estatística vital não poderia ser realizada apenas com o número de óbitos, pois era deficiente, não informando convenientemente as suas causas, pois de um total de 460 mortes infantis, apenas 184 tiveram assistência médica. As tendências verificadas nos números do ano de 1932 foram observadas de maneira similar no período entre 1933 e 1938. Mantiveram-se os elevados índices de mortalidade associados à falta de assistência médica, justificando a preocupação dos médicos com a preservação da vida infantil.

É preciso considerar que o número de nascidos vivos não correspondia à realidade, já que a maioria das crianças não possuía registro de nascimento, como também não nascia em instituições de saúde, mas nos próprios domicílios, o que também dificultava a oficialização. Situação parecida acontecia com os dados sobre a mortalidade infantil, já que grande parte dos falecimentos ocorria sem assistência médica e os sepultamentos ocorriam nos próprios quintais e terreiros dos domicílios, bem como em cemitérios informais, sem documentação dos óbitos. Ainda assim, o órgão piauiense divulgou os números que conseguiu coletar, o que permite afirmar que o problema não era a taxa de natalidade, mas os altos índices de mortalidade infantil.

Se a situação de coleta de dados realizada pela Diretoria Geral de Estatística Estadual em Teresina era deficiente, nos municípios interioranos a situação era bem mais precária, não permitindo, sequer, a organização de números superficiais. Dessa forma, as informações contemplavam apenas a capital, que era referência para o diagnóstico sobre a mortalidade infantil em todo o Piauí, o que afetava a verificação da gravidade do obituário, repercutindo

de forma negativa em projetos e iniciativas de enfrentamento da problemática.

Somente a partir de 1938 os índices nacionais do obituário na fase da infância começaram a apresentar uma redução, que parecia ser condizente com as observações realizadas pelos médicos no aumento da oferta dos serviços de saúde e atendimento da população (ASSUNÇÃO, 1939). Para essa mudança, certamente contribuiu a tendência de maior valorização da saúde a partir da responsabilização pública e da atuação filantrópica, verificados, principalmente, a partir do Estado Novo. Mas esse processo não ocorria apenas no Brasil, pois a mortalidade infantil também estava decrescendo nos países considerados civilizados, que entendiam ser este um dos maiores problemas de saúde. Medindo a proporção de crianças mortas antes da idade de um ano, as taxas não eram, em parte alguma, inferiores a 3,5%, mas ultrapassavam 10% nos países mediterrâneos, na Europa Central e no Japão.

Os gestores públicos no Brasil passaram, enfim, a entender que a primeira decisão para o planejamento de ações direcionadas ao enfrentamento do problema seria melhorar a coleta dos dados. A partir disso, poderia ser realizada a contabilização dos números de óbitos em comparação com as taxas de natalidade, além da possibilidade de se conhecer melhor as faixas etárias mais atingidas e as principais causas do problema. Apesar de todos os esforços, os resultados apresentados ainda eram imprecisos, pois somente poderia ser avaliada a marcha da mortalidade infantil em relação ao número dos nascimentos ocorridos em igual período de tempo. Ocorria que o registro civil somente era realizado em cerca de 40% dos casos, sendo que isso decorria bastante das condições de vida da população rural, quase sempre distante dos centros urbanos onde o documento era expedido (CARDOSO, 2010).

Entre as causas das mortes infantis na capital do Piauí, estava a mudança climática, os médicos mostravam-se preocupados com a maior incidência e a gravidade das doenças. A capital do Piauí possuía clima quente e úmido com pequenas variações nas duas estações, inverno e verão. Nos meses de janeiro, fevereiro e

março ocorriam chuvas intensas e ventos frios, seguidos de maior umidade e diminuição na temperatura, situação atípica para o organismo das crianças, que adquiriam moléstias que atingiam o aparelho respiratório, como gripe, bronquite e pneumonia. Durante setembro, outubro e novembro também eram verificados os quadros de desidratação, desnutrição e gastroenterite, que se tornavam mais frequentes e agudos. A explicação para isso era a predominância de altas temperaturas, suspensão das chuvas e pouca umidade, fazendo parte do período de seca anual.

De acordo com os boletins anuais de demografia sanitária, considerando as crianças com causas de morte definidas, a maioria ocorria em virtude da diarreia e da gastroenterite, mas também colaboravam para as altas taxas de óbitos, moléstias como meningite, doenças do aparelho respiratório e infecção do cordão umbilical. O médico piauiense Gerardo Vasconcelos demonstrava estar preocupado com o problema, identificando outras causas;

Muitas vezes, dificuldades materiais dos pais, na aquisição de alimento e quase sempre por desvios alimentares e ignorância dos mais elementares princípios de higiene e dietética, os próprios pais são involuntariamente a causa da morte dos filhos. E se não morrem eles das perturbações digestivas resultantes dos desvios de alimentação, são vítimas das infecções que sobreveem ao definhamento físico e esgotamento das defesas orgânicas (SEMANA da Criança, 1943, p. 3).

Desde o início do século XX, as doenças da infância passaram a ser vistas, não mais como inevitáveis causas da natureza. Para esse médico, assim como para outros profissionais que atuavam no Piauí, o principal motivo do problema era a educação sanitária das mães, que tinham a responsabilidade de cuidar dos seus filhos e, para procurar solucioná-lo, seria preciso difundir as noções de Puericultura, sobretudo, entre a população pobre. Esse posicionamento também era partilhado por muitos médicos brasileiros, para os quais a ignorância eximia as mães da punição legal e, eventualmente, da própria culpa, mas não da correção

(MARTINS, 2008). Era corrente a ideia de que elas erravam por ignorância, mas que desejavam para os filhos o que a puericultura atestava como correto, só que não sabiam o quê e nem como fazer.

A autoridade médico-profissional proporcionava poder e afirmação social, apresentando pediatras e puericultores como conselheiros e responsáveis exclusivos pela saúde infantil na mediação da relação entre a criança e a mãe. Tornou-se, assim, comum a veiculação da representação que promovia esses especialistas à condição de sujeitos de ciência, o que autorizava a sua supervisão nos cuidados com a criança. A culpa que era colocada pelo médico sobre a mãe, por não amamentar ou delegar o cuidado de seu filho a outras pessoas, entre outras práticas, acabou contribuindo para colocá-lo em posição de ser o único profissional que poderia impedir a morte infantil. As mães deveriam considerar inadequados quaisquer outros conselhos, mesmo de parentes e vizinhas, práticas que compunham uma sociabilidade tradicional, pois somente os conhecimentos racionais seriam capazes de orientá-las.

Sendo consideradas as responsáveis diretas pelas crianças, as mulheres sofreram um processo de culpabilização pelas mortes dos filhos, pois de acordo com os médicos, algumas eram teimosas e ignorantes, estando apegadas às práticas de cura tradicionais. Portanto, a partir da supremacia da razão, os médicos tinham a pretensão de guiar a conduta que eles consideravam correta para a criação das crianças. Dessa forma, fica evidente o que Michel Foucault (1996), denominou como medicalização, um processo que ocorria com a intervenção política da medicina no corpo social por meio do estabelecimento da prescrição e proscricção de condutas, o que tornaria os indivíduos dependentes dos saberes produzidos pelos agentes educativo-terapêuticos, fazendo com que os profissionais se tornassem especialistas a quem todos deveriam recorrer em busca de soluções para seus males.

Segundo o médico Cândido Silva (1939), a mortalidade infantil no Piauí ocorria no período pré-natal, no decorrer do parto

e depois dele, sendo que a causa era, sobretudo, a inobservância das noções de higiene. Já o pediatra Noronha Almeida (1943), influenciado pela eugenia³, defendia que a proteção da vida e da saúde das crianças deveria ser iniciada ainda mais cedo, com progenitores saudáveis, que deveriam ser incentivados a reproduzir entre si, com a finalidade de gerar uma raça de brasileiros fortes. Ele afirmou, ainda, que já se discutia no Brasil a regulamentação do casamento, a esterilização, a educação higiênica e o exame pré-nupcial, a proteção da criança deveria começar no período anterior à concepção.

O médico Vitorino de Assunção também analisou o problema do casamento eugênico com o objetivo de gerar crianças saudáveis, questão que parecia afligir muitos profissionais piauienses, segundo ele “[...] um indivíduo de consciência sanitária não ousará se casar quando portador de doença capaz de transmitir-se à sua descendência; trata-se ou se conforma.” (1939, p. 12). Dessa forma, ganhava dimensão a ideia de que a saúde dos filhos estava condicionada à condição saudável dos pais, por isso, eram condenadas as uniões consanguíneas, casamentos com grande diferença de idade e também de indivíduos com moléstias hereditárias, sob pena de gerar filhos débeis, fracos e doentios (COSTA, 2004). Ocorria que, no novo modelo familiar, o corpo e a moral sobrepunham-se às linhagens, já que a sociedade e o Estado passavam, gradativamente, a contar mais que as famílias.

Segundo Vitorino de Assunção (1939), além da questão da concepção, o período da gestação também se tratava de uma fase na qual eram verificados problemas que poderiam incidir sobre a saúde e a vida infantil. Enfermidades como a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo, no contato com a mãe no meio anti-higiênico, contribuíam para debilitar o organismo da criança no

3 Trata-se do estudo dos fatores sob o controle social com o objetivo de melhorar ou piorar as qualidades raciais das futuras gerações, tanto física, quanto mentalmente. Com o avanço do processo de medicalização social, os médicos e outros intelectuais ultrapassaram a interpretação eugênica dos problemas sociais para uma interpretação sanitária e/ou higiênica (STEPAN, 2004).

período intrauterino. Isso ocorreria em virtude da ignorância dos pais, que, muitas vezes, desconheciam as consequências do comprometimento da saúde dos seus filhos no período da gravidez. Esse fato era agravado pela falta de acompanhamento durante o período pré-natal, provocando abortos, partos de natimortos e de crianças que nasciam com deficiências físicas e mentais, o que comprometia seu desenvolvimento adequado resultando em danos que poderiam acompanhar os pequenos até a idade adulta.

A alimentação infantil incorreta, verificada sobretudo nos setores pobres, também adquiria importante dimensão como responsabilidade das mães. O médico Rocha Furtado afirmou: “Não há médico que não saiba que entre os grandes males de que resulta a espantosa, impressionante e lamentável cifra da mortalidade infantil estão os erros da alimentação.” (APRENDA a defender seu filho, 1938, p. 9.). O médico Cândido Silva (1939), também admitiu que, apesar de múltiplas, as causas da mortalidade estavam sempre ligadas, direta ou indiretamente, aos problemas alimentares. Disso resultava não somente a morte por perturbações agudas, mas também por deficiências orgânicas, estabelecendo condições propícias para as doenças crônicas, que prejudicavam a disposição e mesmo o desenvolvimento.

A amamentação oferecida pelas mães era incentivada por meio dos conselhos dos médicos, com o auxílio das enfermeiras. Segundo eles, a alimentação natural assumia papel de relevância para a preservação da saúde e o desenvolvimento correto, colaborando de forma decisiva para o aumento das defesas diante das doenças no primeiro ano de vida, período de maior vulnerabilidade. Tal forma de pensar sobre a importância das instruções médicas para a dietética infantil, era partilhada por vários médicos piauienses:

Observa-se que entre as causas de morte, no primeiro ano de vida, figuram em primeira linha as diarréias e as enterites. Não obstante a prática usual de amamentação em seio materno, nas classes pobres, é freqüente o uso intempestivo, de permeio, de

mingaus de farinha seca. É o pauperismo aliado à ignorância dos progenitores (ASSUNÇÃO, 1939, p. 15).

No Piauí, particularmente entre os setores sociais empobrecidos, havia um costume bastante difundido de alimentar as crianças, desde a mais tenra idade, a partir de um mês, com mingaus e papas preparados a partir de diversos tipos de farinha de mandioca misturados ao leite ou apenas à água, sendo oferecidos à criança com o dedo. O médico referiu-se à farinha seca, mas também eram utilizadas a farinha de puba e a farinha de goma como complementos ou mesmo substitutos da amamentação. Isso ocorria devido a utilização habitual desses alimentos na dieta dos adultos, baixo custo de aquisição, facilidade de preparo e satisfação imediata da fome. Também se tratava de um recurso utilizado pelas mães que precisavam trabalhar fora de seus domicílios ou executar atividades domésticas, obtendo mais independência e energia, prejudicados pela amamentação.

Tal como ocorria desde o período colonial, a preocupação materna parecia ser muito mais de arredondar a criança e o critério utilizado não parecia ser de alimentá-la, mas dar-lhe de comer (DEL PRIORE, 2009). As mães acabavam fazendo o mau uso da dieta com o objetivo de melhorar a saúde dos filhos, ficando satisfeitas com o aumento rápido de peso, acabavam abusando da alimentação imprópria, sendo inconscientes dos males que causava. Tratava-se de alimentos quase sem nenhum nutriente, que traziam riscos de diarreia, constipação e desnutrição. Os intestinos ainda frágeis, e os diminutos estômagos despreparados para receber alimentos grosseiros e em grande quantidade, faziam com que a gastroenterite fosse fatal, sobretudo, durante o primeiro ano de vida.

Cabia aos médicos piauienses agir no sentido de ensinar a regularidade nas horas das refeições, os alimentos mais adequados, a quantidade correta para ser oferecida e as medidas de higiene na preparação, esperando que a moderação levasse à educação das funções intestinais infantis. Eles alertavam sobre o

perigo que representava a alimentação incorreta, condenando o mau uso baseado em costumes difundidos pelas avós, vizinhas e comadres. Segundo Maria Martha Freire (2009), o uso intempestivo das farinhas fazia parte de uma cultura popular secular, considerada pelos médicos como antiga e atrasada, que deveria ser abandonada em favor das orientações científicas. Os mingaus não deveriam ser proibidos, mas preparados de forma científica, considerada a referência correta para a sua adequada administração. Segundo os médicos, as receitas populares e os produtos comerciais deveriam ser abandonados, sendo que somente os pediatras e os puericultores poderiam prescrever uma dieta suplementar.

Para o médico Noronha Almeida (1943), a alimentação infantil inadequada não era apenas resultado da falta de informação das mães, pois nos segmentos sociais empobrecidos, a dificuldade de obter alimentos de qualidade era agravada pela condição social. Isso ocorria porque os alimentos sem nutrientes, ou com baixo valor nutricional, eram aqueles que tinham os menores preços, sendo mais acessíveis. Além disso, convém considerar que muitas famílias viviam na miséria, dependendo da caridade. Isso fazia da fome uma realidade cotidiana, havendo dificuldades para prover o alimento em todas as refeições, verificada inclusive, a impossibilidade da alimentação diária. Diante da condição de miséria, as crianças eram as mais atingidas de forma fatal pela precariedade e inconstância da alimentação, ficando mais vulneráveis às enfermidades, assim, a fome matava como uma doença, uma vez que facilitava a ocorrência de várias patologias.

Outro problema que afligia muitos médicos, por também contribuir para as elevadas taxas de mortalidade infantil, eram as condições de moradia da população pobre (ASSUNÇÃO, 1943). A habitação popular de Teresina era constituída, em sua grande maioria, por casas com cobertura de palha, número reduzido de portas e janelas para a entrada de ar e luz, além de pé direito

rebaixado.⁴ Mais de dois terços da população teresinense vivia em residências insalubres, uma demonstração da condição de penúria de seus habitantes. Existiam palhoças com um só compartimento e paredes de palha, até os tipos de moradia inteira, com paredes de adobe. As moradias habituais da população pobre eram compostas de um ou dois cômodos escuros, quentes e abafados, que abrigavam famílias extensas, fazendo com que vivessem amontoadas, o que contribuía, portanto, para a disseminação das endemias e epidemias.

Os subúrbios não dispunham de saneamento básico e água canalizada. O lixo era depositado no fundo do quintal ou atirado nas vias públicas, já que o serviço de limpeza não era disponibilizado naquelas áreas da capital. De acordo com dados coletados em 1940 pelo Departamento Estadual de Estatística, apenas 25,4% das casas eram cobertas por telhas e 42,6 % do total geral não possuíam cozinha. A ausência de instalação de água estava presente em 74,1% das moradias, a inexistência de sentina foi observada em 76,8% delas e o piso de terra batida ou solta foi observado em 70,0 % dessas habitações. Ainda de acordo com Vitorino de Assunção, tratava-se de uma “[...] evidência deveras triste, desoladora, que contrasta, sobremodo, com a agradável

4 Palhoça, mocambo e choupana eram as denominações usadas por médicos e políticos quando se referiam às moradias da população pobre piauiense. A taipa de mão, taipa de sopapo ou pau-a-pique, principal técnica de construção utilizada, remonta ao período colonial, assumindo características próprias conforme a região do Brasil. No Piauí, era chamada simplesmente de taipa, sendo amplamente utilizada na maior parte das habitações. Consistia no erguimento de uma estrutura obtida a partir do entrelaçamento das hastes de palmeiras. Depois de amarradas entre si, com a utilização de fibras vegetais, davam origem a um grande painel perfurado. A etapa seguinte era misturar a argila com a água que, após ser amassada com os pés para a homogeneização, recebia a adição de palha e/ou cascalho. A massa resultante era usada para preencher os espaços da trama com o auxílio das mãos. As paredes podiam receber acabamento alisado ou não, permanecendo rústica, ou ainda passar por pintura de caiação, não somente por questão estética e de baixo custo, mas porque era prescrito como um cuidado de higiene para evitar o aparecimento e o alastramento de doenças infecciosas. Depois, o teto das casas era coberto com as folhagens secas de palmeiras, devidamente amarradas sobre a estrutura já existente. (ENGENHARIA civil., [2016?]).

impressão que a todos fornece o formoso conjunto da pequena área central da cidade, expõe a nossa ‘cidade verde’ ‘sem o manto diáfano da fantasia, na sua nudez pura da verdade.’ (1943, p. 7).

De fato, as condições de vida da maior parte da população expressavam a falta de investimentos dos poderes públicos na região mais pobre de Teresina, expondo limitações e deficiências que provocavam o questionamento sobre as propagandas de progresso do Piauí, frequentemente veiculadas na imprensa escrita, como também nos relatórios e mensagens do governo estadual. Nas favelas e nos cortiços, alojavam-se, lado a lado, a miséria e as moléstias infectocontagiosas. A existência de condições insalubres fazia com que aumentassem os riscos do alastramento rápido de doenças com consequências graves, sobretudo, entre as crianças, parcela da população mais atingida em virtude da frágil constituição física. De fato, segundo Mary Del Priore (2009), historicamente, a criança sempre foi a vítima preferida durante as crises econômicas e as tensões sociais, mas também, notadamente, durante os surtos epidêmicos.

No interior do Piauí, a condição de vida dos pobres não era diferente daquela observada na capital. Conforme o relatório do médico Miguel Jogaib, realizado a partir dos atendimentos prestados no município de Buriti dos Lopes, por toda parte da cidade, espalhados desordenadamente e sem preocupação estética, existiam casebres que abrigavam a maioria dos habitantes da cidade (RELATÓRIO MÉDICO DE BURITI DOS LOPES, 1944). Em outro relatório do mesmo médico, mas desta vez realizado a partir de visitas em residências da cidade de Parnaíba, era fácil constatar seu precário estado sanitário. Sobre isso, foi relatado:

Com exceção de 1%, mais ou menos, as quais eram dotadas de sentinas com fossas biológicas mal construídas, fossas com bombas, caixas de descargas, todas as demais eram providas de fossas simples, absorvente, com caixão. Não eram impermeabilizadas. Parnaíba possui umas sete mil casas, sendo umas mil e quinhentas cobertas de telha, e o restante são mucambos, casas de paredes de barro bruto e cobertas de palha. É inconcebível que a cidade de Parnaíba, sendo a primeira

do estado do Piauí, nivelando-se a capital, não possuía água encanada e nem esgotos. A água utilizada pela grande parte da população vem do rio. O trecho do rio onde essa água é colhida, é a pior possível, nessa parte do rio são lançados dejetos humanos, lixos, despejos dos mais variados, de armazéns, uzinas, navios, etc. (RELATÓRIO MÉDICO DE PARNAÍBA, 1944, p. 2).

Os dejetos e o lixo contaminavam o solo e a água cotidianamente, além disso a cidade sofria com as enchentes do rio Parnaíba, que eram grandes fontes de propagação das epidemias. Tudo isso contribuía para o agravamento das condições insalubres, repercutindo, sobretudo, na dificuldade de manter as crianças livres das doenças, várias das quais com consequências fatais. O médico afirmou, ainda, que muitas das moradias da cidade de Parnaíba não possuíam portas ou janelas, mas apenas esteiras de folhas de palmeiras como cortina, que separavam os moradores do exterior, revelando o estado de miséria e de promiscuidade em que vivia a população pobre. Os casebres eram habitados por famílias de prole numerosa, como era comum entre os sertanejos, que também dividiam o espaço com animais de toda espécie, em convívio direto com as crianças. Quase todos possuíam, nos seus quintais, vacas, jumentos, cabras, porcos e galinhas, que também perambulavam pelas ruas, o que contribuía ainda mais para o agravamento das condições anti-higiênicas.

Nesse sentido, as diferenças sociais entre ricos e pobres tornavam-se mais acentuadas, pois os últimos, sem dúvida, eram mais vulneráveis aos quadros de adoecimento. Além disso, como afirma Sidney Shalhoub (2006), de forma contraditória, eram comumente concebidos como perigosos pelas elites, sendo responsabilizados pela disseminação das moléstias em fases de epidemias, uma das razões pelas quais eram afastados da região central das cidades e passavam a residir nas áreas urbanas periféricas.

Prosseguindo o seu relato, segundo Miguel Jogaib, a população pobre vivia “[...] arrastando a sua miséria orgânica num doloroso quadro que parece ir de encontro às leis naturais das

couzas, causando-nos um verdadeiro pezar que tantas creanças sejam sacrificadas desta forma com graves prejuízos para o Estado e para a Patria.” (RELATÓRIO MÉDICO DE PARNAÍBA, 1944, p. 2). Para o médico, era verdade incontestável que a escassez de meios materiais era responsável por muitas mortes de crianças. A defesa sanitária, tinha o objetivo de conter a mortalidade infantil no Piauí, um problema complexo que implicava na solução de outros problemas correlatos, para tanto, combater a miséria e popularizar a instrução higiênica, seriam as primeiras medidas. Sem isso, todos os outros esforços, como a observância da saúde dos progenitores, a atenção à condição saudável durante a gestação e a alimentação infantil correta, todas em prol da defesa da infância, teriam resultado limitado.

Considerações finais

A profissionalização da medicina contribuiu para aumentar a autoridade e o poder dos médicos para intervir nas questões sociais, interferindo, também, na esfera pública da política. A aceitação do poder médico pela família foi essencial para que o Estado reconhecesse e fortalecesse sua autoridade. Foi essa condição de prestígio que propiciou a parceria com o Estado nas questões de saúde pública fazendo, inclusive, com que tivesse papel central na discussão, formulação e execução de medidas de proteção da saúde infantil.

Considerando as crianças com causas de mortes definidas, a maioria ocorria em virtude da diarreia e da gastroenterite, mas também colaboravam para as altas taxas moléstias como meningite, doenças do aparelho respiratório e infecção do cordão umbilical. Para os médicos, as mães deveriam exercer, prioritariamente, os cuidados cotidianos que serviriam para manter as crianças sadias, como também deveriam procurar os médicos dos serviços de saúde para tratamento dos seus filhos doentes, abandonando as práticas curativas baseadas nos conhecimentos populares tradicionais. Era corrente a ideia de

que as mães erravam por ignorância, mas que desejavam para os filhos aquilo que a puericultura atestava como correto, só que não sabiam o quê e nem como fazer.

No entanto, vários médicos também admitiam que, diante da condição de miséria, as crianças eram as mais atingidas de forma fatal pela precariedade da alimentação, da higiene e das condições sanitárias, ficando mais vulneráveis a várias patologias. Além disso, os índices de mortalidade infantil eram agravados pela dificuldade de acesso aos serviços médicos. Pode ser concluído que, apesar das mães serem consideradas pelos médicos como as responsáveis pela preservação da saúde de seus filhos, as limitações da saúde pública, bem como as condições de insalubridade em que vivia a maior parte da população pobre do Piauí, entre 1930 e 1945, contribuíam para os grandes índices de mortalidade infantil.

Referências

ALMEIDA, Noronha. Proteção à infância. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, v. 1, n. 6, p. 3-9, 1943.

ASSUNÇÃO, Vitorino de. A mortalidade infantil em Teresina: defesa sanitária da criança. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, v. 1, n. 1, p. 10-21, 1939.

_____. Habitação popular em Teresina. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, v. 1, n. 6, p. 3-9, 1943.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Educação e Realidade*, São Paulo, v. 20, p. 133-184, jul./dez. 1995.

CARDOSO, Adalberto. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do Estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 775-819, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: _____. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 84-106.

ENGENHARIA civil. *Dicionário online de engenharia civil e construção civil*. [2016?]. Disponível em: <<http://www.engenhariacivil.com/dicionario/>>. Acesso em: 18 set. 2016.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 79-98.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GESTEIRA, Raymundo Martagão. *Puericultura*. Rio de Janeiro: Pan-americana, 1945.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “Manter sadia a criança sã”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. São Paulo: Paco, 2018.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 135-154, jan./mar. 2008.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da Colônia: limites e espaços da cura*. 2. ed. Recife: UFPE, 2011.

PIAUHY. Governo 1896-1900. *Mensagem Apresentada a 1º de junho de 1897, pelo Dr. Raymundo Arthur de Vasconcellos, Governador do Estado*. Teresina: Typ. do Piauhy. 1897.

PIAUÍ. *Diário Oficial*, Aprenda a defender seu filho. Teresina, ano VIII, n. 22, p. 9, 29 de jan. de 1938.

PIAUÍ. *Diário Oficial*, Semana da Criança. Teresina, ano XIII, n. 127, p. 3, 12 de out. de 1943.

PIAUÍ. Departamento de Saúde. Relatório Médico de 1943 Sobre os Serviços em Buriti dos Lopes, apresentado pelo Dr. Miguel Jogaib. *Códice de Saúde de 1943*. Teresina: [s.n.], 1944.

PIAUÍ. Departamento de Saúde. Relatório Médico Apresentado pelo Diretor Miguel Jogaib Sobre os Serviços Realizados em 1943 no Centro de Saúde de Parnaíba. *Códice de Saúde de 1943*. Teresina: [s.n.], 1944.

SILVA, Cândido. Centro de Saúde de Teresina. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, v. 1, n. 1, p. 22-50, 1939.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 331-392.

SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA (SESP) NO PIAUÍ: (1956-1960)

Antonia Valtéria Melo Alvarenga¹

Emerson Luís de Sousa Lemos²

Introdução

A Primeira República, do ponto de vista político, configurou-se pela relação de solidariedade entre o governo federal e as elites locais, visto que, o primeiro favorecia a autonomia dos interesses desse grupo nos Estados, que em troca lhe garantiam apoio para o esquema político vigente. Todavia, esta engenharia política mostrou seus sinais de debilidade no final da década de 1920, culminando no evento que ficou conhecido na historiografia nacional como Revolução de 1930. O movimento político de 1930 revelou a insuficiência da estrutura política anterior, na qual as ineficazes políticas de Estado desenvolvidas pelas unidades federativas tornaram-se um dos aspectos permanentes dos ataques ao modelo de federalismo do período e à situação de desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, foram realizados inúmeros debates dedicados ao funcionamento da esfera pública, objetivando identificar os entraves que estavam incapacitando o desenvolvimento nacional

1 Professora adjunta da UESPI, UEMA. Pós-doutorado em Direito pela Università degli Studi di Messina – Itália. Pós-doutorado em História do Brasil no PNPd/CAPES-UFPI. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Membro da Academia de Ciências do Piauí. Email: valterialval2@gmail.com.

2 Graduando de História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Bolsista Pibic UESPI/ CNPQ. Email : emersonslemoss@gmail.com

e a formação de um povo próspero. Os resultados levaram a diferentes hipóteses, entre elas as condições sanitárias do país e, conseqüentemente, a precariedade da saúde da população, resultante de um governo federal debilitado e da falta de êxito das elites locais em incrementar ações que pudessem reverter aquela situação, ainda que seja possível reconhecer a importância da filantropia que tinha sido direcionada para a área de saúde, até aquele momento.

Com base nessas constatações, bem como no sucesso das campanhas sanitárias na área urbana do Distrito Federal, realizada por Oswaldo Cruz nas primeiras décadas do século XX, foram planejadas as missões sanitárias para algumas regiões brasileiras. Dentre essas campanhas vale ressaltar a Missão organizada entre março e outubro de 1912, a serviço da Inspetoria de Obras Contra a Seca, em que três expedições percorreram o Nordeste e o Centro-Oeste do Brasil em busca de conhecimento a respeito do território, da vegetação, do modo de vida dos povos e, em especial, das condições de saúde da população. (THIELEN et al, 1992; ALVARENGA, 2013).

A ação de cooperação em saúde entre Estados Unidos e Brasil

Em 1930 foi iniciada uma nova fase republicana no Brasil que se alongou até os anos 1960. Esse período é de suma importância para compreender a atual configuração do Estado brasileiro, pois as políticas sociais passaram a estar presentes nas atividades do Estado, notadamente as destinadas à educação e saúde. A partir de 1934, com Gustavo Capanema no comando do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e, principalmente em 1937, com a implantação do Estado Novo e realização da Reforma Capanema – essas políticas “[...] tiveram seu alcance ampliado geograficamente, incidindo de forma decisiva sobre a configuração da sociedade brasileira” (ALVARENGA, 2013, p. 26).

Com isso, as políticas públicas de saúde passaram a ter mais visibilidade na agenda governamental, assumindo presença permanente no cotidiano da população, notadamente para os segmentos mais pobres dessa sociedade. Conforme pesquisadores como Fonseca (2007), Campos (2006) e Hochman (1998) as políticas de saúde do primeiro governo Vargas integraram um projeto de construção de um Estado forte que visava ampliar a autoridade e reconhecimento do poder central e a consequente mitigação dos particularismos políticos regionais.

Em 1942 o Congresso Americano aprovou o programa formulado pelo general George C. Durhao, fundando o Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA), com a finalidade de coordenar e administrar programas bilaterais de saúde entre o governo norte-americano e a América Latina. Nessa instituição foi criada uma seção sanitária para coordenar a realização da distribuição de literatura voltada para a temática da saúde. Uma parte dos trabalhos básicos e dos planos de intervenção sanitária cooperativas foram realizadas pelo ministro Gustavo Capanema e a equipe do Ministério da Educação e Saúde. Tal material serviu de base para a elaboração da Resolução XXX na reunião dos ministros das relações exteriores, realizada no Rio de Janeiro no mesmo ano (BASTOS, 1996 e CAMPOS, 2006)

Com base nas decisões tomadas no encontro de ministros realizado na cidade do Rio de Janeiro, o Brasil e os Estados Unidos, no campo da diplomacia internacional, assinaram o acordo que deu origem ao Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). Pelo Decreto Lei 4.275/42 o governo brasileiro autorizou o Ministério da Educação e Saúde Pública a realizar parceria com o IAIA para desenvolver um serviço de cooperação em saúde pública. Foi firmado um Convênio Básico em que uma das cláusulas se referia ao Serviço Especial de Saúde (SESP), uma unidade administrativa mantida pela IAIA e o governo brasileiro e vinculada nacionalmente ao MESP, porém sem fazer parte desse ministério. (PEÇANHA, 1976; BASTOS e 1996 CAMPOS , 2006)

Campos (2006, p.20) afirma que esse entendimento estava em conformidade com as agendas políticas daqueles dois países, sendo o compromisso assumido benéfico para ambos, visto que o SESP integrava o interesse militar dos Estados Unidos com a exploração da matéria prima da borracha no vale Amazônico e minério de ferro e mica no Vale do Rio Doce, enquanto “[...] para o governo brasileiro, [...] as políticas sanitárias do SESP adequavam-se perfeitamente àquelas elaboradas pelo Ministério da Educação e Saúde e ao processo de *state and nation building* do primeiro Governo Vargas”.

A referida resolução trazia a recomendação de que os países americanos, individual, bilateral ou multilateralmente adotassem medidas que contribuíssem para melhorar as condições de saúde em seus territórios promovendo, dessa forma, a segurança e o desenvolvimento econômico da nação. Tais programas deveriam destinar-se também, às necessidades da guerra, de maneira que os diversos tipos de recursos existentes no hemisfério ocidental ficassem disponíveis de forma eficiente às Nações Unidas. A participação dos Estados Unidos nesse acordo deu-se através da criação de um fundo de até U\$\$ 100.000.000,00 (cem milhões) e da assistência técnica. Assim, em conformidade com o que foi determinado na resolução XXX, o governo brasileiro, através do Ministro da Fazenda Arthur de Sousa Costa, comprometeu-se a desenvolver um programa de fomento à produção de matérias-primas importantes para o desenvolvimento econômico nacional e de outras repúblicas americanas. (BASTOS, 1996)

O serviço de saúde foi criado para prestar assistência médica e sanitária aos trabalhadores da região da Amazônia, combater a malária e preparar profissionais para atuarem na saúde pública, a exemplo de engenheiros, médicos, enfermeiros e técnicos. Além das atividades mencionadas, o SESP empenhou-se, ainda, em colaborar com o Serviço de Controle e Combate a Lepra, uma das políticas nacionais de saúde de grande visibilidade no período. Conforme já mencionado, mesmo estando vinculado ao ministério da saúde, o serviço tinha gestão autônoma e

orçamento próprio. Seu modelo administrativo favorecia uma atuação dinâmica e eficiente, permitindo a chegada mais célere dos serviços destinados às populações mais carentes. Reduzindo principalmente a burocracia, foi possível criar uma logística que facilitou o deslocamento de equipes e serviços de saúde para espaços de difícil acesso em situações regulares.

Esse tipo de serviço vinha ao encontro dos objetivos estabelecidos pelo governo Vargas quando criou o super ministério da Educação e Saúde. Sua finalidade política era ampliar e consolidar a esfera pública, fortalecendo a legitimidade do Estado nos bolsões de autoridade pessoal espalhado na vastidão do interior do Brasil. O SESP, organizado em uma rede de prestação de serviços atingia de forma direta uma parte da população nunca alcançada pelo braço do Estado. Médicos, enfermeiras visitadoras, guardas sanitários foram os veículos através dos quais o governo federal pode ganhar materialidade para a enorme parte da população que vivia nesses sertões e vales de difícil acesso.

Matéria publicada no periódico piauiense GAZETA, de 22 de janeiro de 1943, tratou sobre a execução do programa na Amazônia. Com base em informações prestadas pelo membro da Comissão do Acordo de Washington, Valentim Bouças, o Serviço Especial de Saúde Pública, em oito meses, já havia visitado quase toda a região, distribuindo cinco milhões de tabletes de Atebrina, sucedâneo da quinina, aos seringueiros. Essa medicação era um fármaco derivado da acridina, que possui propriedades antimaláricas, bem como princípios ativos no combate a giardíase e outras parasitoses. Ressaltou que vários centros médicos e pequenos hospitais estavam sendo construídos na região, já se encontrando em funcionamento naquele período 16 postos, com previsão de inauguração de mais 04 (quatro) unidades.

As informações fazem entender que o acordo de Washington tinha uma logística muito complexa, permitindo que a Comissão atuasse em diferentes dimensões da esfera social e política nacional. Desse modo, o SESP se fez presente em atividades desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Imigração, Indústria e Comércio;

no Ministério do Trabalho, e, principalmente, em decisões tomadas pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (CAETA), essa última consagrada através do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, que com a ajuda do Exército Brasileiro alistou milhares de voluntários, especialmente nordestinos, para as frentes de trabalho de exploração da borracha.

Além dos serviços de saneamento, educação sanitária e montagem de uma estrutura médico-hospitalar, o acordo compreendia ainda a implementação de serviços de navegação da Amazônia e administração do porto do Pará, destinados a fomentar e melhorar os transportes de pessoas, gêneros e materiais de trabalho, de Belém para o interior e da borracha do interior para os portos de exportação. A GAZETA³ informou a chegada àquela região de sete vapores e cento e quarenta barcos oriundos dos Estados Unidos, bem como de duas lanchas a motor com capacidade de carga de 22 mil quilos para esses serviços.

Essa estrutura objetivava tornar eficiente a exploração da borracha na região amazônica e do minério de ferro no vale do rio Doce, matérias primas indispensáveis à indústria norte americana em tempos de guerra. Assim, além de cuidar da saúde do trabalhador, considerando o alto índice de endemias que grassava naquelas regiões, a exemplo da malária, febre amarela, beribéri, icterícia e todos os tipos de verminoses, era necessário investir na infraestrutura local, garantindo a mobilidade do principal elemento – o trabalhador, na cadeia de produção que o modelo de extrativismo assumiu. Mas, para além da pretensão norte-americana a atuação do SESP produzia um efeito simbólico muito importante no processo de reconhecimento da autoridade pública nacional. Pela primeira vez na história do país essas populações puderam conviver, entender e sentir-se protegidos pelo poder público, transferindo para ele parte da lealdade dispensada nas relações pessoais que predominavam nessas regiões.

3 Op. cit.

Sem dúvida, nem todos os setores da sociedade aplaudiam o acordo que o Brasil estabeleceu com o governo norte americano, pois viam nessa cooperação bilateral apenas o que caracterizavam como a perda da soberania nacional, com a intervenção consentida do imperialismo norte americano nas riquezas e na vida nacional. Mas, para outros, notadamente integrados por homens com grande formação intelectual, o SESP tinha sido um dos grandes programas do Governo Vargas, que teve seguimento com seu sucessor. Como exemplo desse posicionamento tem-se Al Neto, que em matérias escritas no jornal carioca o “ O Estado” de 01 de janeiro de 1951, com o título “derrotando a morte”, ou publicadas anos depois no Jornal do Brasil de 20/05/1954, p.05, assim se colocou ao repercutir o que o jornalista Hernani Tavares de Sá tinha escrito sobre o sucesso do serviço:

O segredo do êxito, no caso modelo que é o SESP, não residiu no montante das somas empregadas, que foram relativamente modestas, embora em anos recentes o governo brasileiro tenha destinado verbas maiores para as importantes atividades pioneiras do Serviço em tantos Estados e Territórios da nação.

O êxito deveu-se muito mais à excelente e moderna orientação imprimida de início pelos americanos, e à equipe de primeira linha de cientistas, sanitaristas e técnicos brasileiros que cresceram com o serviço.

Washington enviou para o Brasil homens na sua maioria jovens, idealistas e ao mesmo tempo realizadores, que conheciam do Brasil, não apenas os aspectos econômicos, mas também nossa literatura e a nossa arte.

Foi em grande parte graças à dedicação desses elementos americanos que – para citar apenas dois exemplos - pôs-se em marcha um programa de treinamento que inclusive levou aos Estados Unidos muitos dos nossos melhores engenheiros ferroviários e, no setor da agricultura tomaram-se iniciativas concretas, a cuja frente encontram-se agrônomos brasileiros de real capacidade e visão.

Como se observa no texto de Hernani Tavares de Sá, nos anos 1950 a credibilidade do SESP continuava muito forte, mesmo depois dos investimentos realizados pelo IAIA terem sido reduzidos significativamente. Diante disso, vale ressaltar que

das diversas atividades realizadas pelo órgão, quatro estratégias foram de suma importância para o projeto de modernização da saúde pública elaborada pela instituição: “qualificação de pessoal de saúde, educação sanitária, construção de uma rede horizontal integrada e permanente de unidades de saúde e expansão desta rede nos departamentos de saúde estaduais” (CAMPOS, 2005, p. 16-17). Todas essas estratégias dependeram da formação de um “capital humano” preparado técnica e ideologicamente para o tipo de missão a que se dispunha.

Durante a atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no país ocorreram várias mudanças na sua estrutura e organização administrativas, no qual Peçanha (1976) destacou três fases: a primeira, a *Fase Amazônica*, que vai de 1942 a 1949; a segunda, a *Fase Nacional* que se inicia em 1950 e termina em 1959; e, por fim o que ela definiu como *Fase Atual: o SESP como Fundação*. Entre 1950 e 1959, na fase nacional do Serviço, foram ampliados os serviços de atendimento à população, direcionando políticas sanitárias às populações do interior, através de convênios com Estados e municípios.

A expansão das atividades do SESP em nível regional foi promovida por programas vinculados à superintendência desse serviço. As atividades locais eram realizadas pelos distritos sanitários, situados normalmente na sede dos municípios mais importantes, onde eram instalados os postos de higiene ou os hospitais. Normalmente esses serviços funcionavam com a instalação de uma equipe composta por médico, enfermeira e um engenheiro sanitário, que procurava atuar tanto em relação às endemias já existentes, como implementar um programa de educação sanitária com finalidade de contribuir para que a população desenvolvesse novos hábitos.

Com o fim da guerra o acordo entre os dois países assumiu um novo direcionamento. A partir de 1954 o SESP modificou sua sistemática, reduzindo sua atuação direta e passando a auxiliar os entes federativos técnica e financeiramente no desenvolvimento de estruturas de base em seus territórios. (BASTOS, 1996). Mas,

como Estados que estavam fora do ciclo de produção de matérias primas que integravam o mercado de exportação Brasil x Estados Unidos, participaram desse projeto de saneamento colocado em funcionamento através do convênio firmado entre os dois países? Mais precisamente, que importância assumiram os problemas sanitários do Piauí para o projeto de saneamento do governo federal, na fase de extensão do Serviço Especial de Saúde Pública - a fase nacional? É sobre a atuação dessa instituição no referido Estado que passaremos a tratar. Mais precisamente, vamos tratar exclusivamente do serviço nessa fase que vai da assinatura do convênio de cooperação, 1956, até a sua transformação em Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública -FSESP (1960).

O Piauí no Serviço Cooperativo de Saúde

A configuração geográfica do Piauí, caracterizada por uma grande extensão de Norte a Sul do seu território, bem como o modelo de ocupação de suas terras - baseado na pecuária extensiva - produziram uma forma de ocupação populacional esparsa e assentada principalmente nas áreas centrais de caatinga e ao longo dos grandes espelhos de água. Essas características eram mais acentuadas do centro para o sul do Estado, onde os currais foram instalados seguindo o caminho do gado que descia do sertão da Bahia. O Norte, embora tenha hospedado grandes criatórios de gado, conseguiu atrair outros tipos de atividades, especialmente o comércio que se realizava pelas águas do rio Parnaíba. A diversidade de atividades permitiu outro tipo de configuração demográfica para aquela parte do Estado, garantindo-lhe uma dinâmica que não se observou no centro sul. (DOMINGOS NETO; BORGES, 1983)

Nas primeiras décadas do século XX era comum ao discurso dos dirigentes do Estado a afirmação de que o Piauí possuía boa situação de salubridade em decorrência das suas condições climáticas. Tal compreensão justificava a quase inexistência de ações governamentais destinadas à saúde da população, em

especial àquela que habitava os recantos mais ermos do Estado. Esse discurso, no entanto, foi modificado com a passagem da missão dos sanitaristas do Instituto Oswaldo Cruz, Artur Neiva e Belisário Penna, pelo Estado. Ao falar das condições em que vivia a população do sul, afirmaram que

Vivem eles abandonados de toda e qualquer assistência, [...], sem escola, sem cuidados médicos e higiênicos, contando exclusivamente com seus pouquíssimos recursos, [...]. Vítimas do clima ingrato, da caatinga hostil, de moléstia como o impaludismo, [...] (NEIVA; PENNA, 1984, p 199).

Depois da publicação do relatório da viagem dos sanitaristas, não foi mais possível ao governo estadual assegurar a salubridade da população do Estado. Apenas alguns anos depois (1917), o governador Eurípedes de Aguiar (Piauí, 1917, p.11) em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, afirmou que a população piauiense se encontrava em terras frescas, localizadas à margem dos rios, lagoas e brejos, adequadas para a agricultura e pecuária, mas que eram todas doentias, flageladas pelo impaludismo. Informou que no Piauí onde existia a água, estava também o mosquito transmissor da endemia. Expressava a gravidade da situação advertindo que “quando o nosso roceiro, preparando o campo para a lavoura fere a terra com a enxada, cava ao mesmo tempo sua própria sepultura”. Eurípedes, diferentemente dos seus antecessores, que normalmente eram engenheiros, militares ou bacharéis em Direito, por ser médico, mostrou mais sensibilidade com os problemas de saúde da população.

O fato é que embora as ações de saúde pública tenham sido bastante ampliadas a partir da segunda década do século XX, quando o Piauí aderiu à política de saneamento rural desenvolvida pelo governo federal, o seu alcance foi, quase que exclusivamente, as duas maiores cidades do Estado: Parnaíba e Teresina. Os demais municípios permaneceram praticamente fora dessa assistência. Apenas a partir de 1935, o Estado passou a integrar de maneira mais extensiva as políticas nacionais de

saúde, procurando ampliar a assistência médico-sanitária para a vasta extensão do seu território. Durante o período em que ficou sob a administração do médico-interventor Leônidas Melo (1935-1945), bem no processo de redemocratização do País, o Estado procurou integrar-se às políticas e determinações de saúde nacionais, embora as limitações econômicas e infra estruturais tenham dificultado alcançar melhores resultados, especialmente junto às populações rurais.

A mensagem do chefe do executivo apresentada ao legislativo sobre o exercício de 1956 informou que os desafios enfrentados pela saúde pública no Estado, em razão da escassez das verbas orçamentárias destinadas a esse setor, permaneciam os mesmos naquela segunda metade do século. Tais dificuldades teriam incidido sobre a capacidade de compra de medicamentos e materiais, bem como na realização de ações que confluíssem para a melhoria da situação existente. Presume-se que essa situação tenha levado o governo do Estado, através do chefe do executivo Jacob Manoel Gayoso e Almendra, a procurar o Serviço Especial de Saúde Pública para firmar convênio, especialmente destinado ao atendimento da população rural.

Em nota publicada no Jornal do Brasil de 30 /10/1956, com o título “Serão atacados os problemas do Piauí”, foi noticiado o convênio firmado entre o Ministério da Saúde, o Serviço Especial de Saúde Pública-SESP e o Governo do Estado do Piauí com o Instituto de Assuntos Interamericanos, tendo como finalidade a manutenção, pelo Ministério da Saúde e pelo SESP, de um Serviço Cooperativo de Saúde Pública através da vinda para esse Estado de técnicos especializados na área. A previsão de validade da cooperação era até 1959. O Piauí integrava, então, o Programa de saneamento do SESP em uma nova fase desse serviço. A década de 1950 inaugurava uma proposta de desenvolvimento sanitário para o país, que ficou conhecida como “sanitarismo desenvolvimentista”, por atrelar de forma muito direta saúde e economia. Segundo Campos (2006), esse momento foi caracterizado pela forte atuação do campo político de esquerda

na causa sanitária, com participação significativa do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, durante o governo Juscelino Kubitschek e das reformas de base, no governo de João Goulart.

Em 1957, colocando em prática a nova orientação funcional do SESP, foi posto em funcionamento em diversas partes do país os Programas Integrados de Saúde, resultante das parcerias estabelecidas entre Estados, Ministério da Saúde, SESP, Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI) e da Organização Mundial de Saúde (OMS). Essa modalidade do serviço, foi implantada também nos Estados do Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santos e Mato Grosso. Posteriormente, o mesmo tipo de serviço foi estendido para o Ceará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas e para a região da exploração do cacau, na Bahia. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1958).

Nesse ano a situação da saúde pública no Estado do Piauí foi bastante agravada, pois além de lidar com recursos reduzidos frente às crescentes demandas por serviços nesse setor, a população local ainda foi acometida por um surto da gripe asiática, especialmente nos últimos meses do ano, período em que a região começa a entrar na estação chuvosa. A situação exigiu medidas profiláticas e distribuição de medicamentos tanto na capital quanto no interior, demandando muitos esforços por parte das autoridades médicas, sanitárias e da administração pública.

O “Diário de Notícias” da cidade do Rio de Janeiro, de 11 de maio de 1958, noticiou os novos convênios com os Serviços Cooperativos de Saúde, trazendo a seguinte sublegenda: “Documentos firmados com Piauí e Espírito Santo”. O convênio previa a participação financeira do “Institute of Inter-American Affairs”, que liberou o valor de 3.750 mil cruzeiros para o Estado, com a finalidade de que esse recurso fosse investido na organização dos serviços de saúde locais, incrementando e criando postos de atendimento às populações do interior e favorecendo a instalação de serviços de educação sanitária que pudessem orientar o estabelecimento de condições de higiene mínimas para o bem-estar da população.

A mensagem do chefe do executivo à Assembleia Legislativa, relativa ao exercício de 1959, afirmou que realizara os esforços possíveis para o bom funcionamento do serviço no Estado. Informou, ainda, que estiveram em funcionamento as unidades sanitárias de Barras, Castelo do Piauí, Campo Maior, bem como a de José de Freitas, que naquele ano fora convertida em Unidade Mista por ter sido nela instalados quatro leitos para os serviços de maternidade. Além das já citadas unidades sanitárias, registrou que em agosto daquele ano entrariam em funcionamento mais duas unidades sanitárias: a de Altos e a de Piriperi. Todas as cidades mencionadas estão localizadas no norte do Estado, com maior proximidade com a capital, onde já se encontrava instalado uma relativa estrutura de saúde.

Destacou a dificuldade em formar as equipes para trabalhar nesses órgãos, ressaltando que as escolhas de pessoal eram feitas utilizando o critério meritocrático e que, depois de selecionados, os integrantes do serviço recebiam qualificação para a prática de sua função. Percebe-se, na fala do governador, a preocupação em evidenciar o diferencial do trabalho que estava sendo realizado nesse setor, demonstrando a importância que os serviços assumiam tanto para o Estado quanto para a comunidade, ao informar que os resultados vinham recebendo ótimas avaliações de setores sociais. Como indicadores da boa receptividade e credibilidade desse trabalho, chamou a atenção para o número de convênios que foram assinados com as prefeituras, associações e com a Legião Brasileira de Assistência.

Conforme já mencionado acima, esse serviço tinha uma atuação complexa no território onde era instalado. Participava de forma ampla do processo de organização social, pois a concepção de higiene ao qual estava vinculado ligava-o aos diferentes setores da realidade. Isso permitia que os seus profissionais produzissem amplo conhecimento não só a respeito da estrutura administrativa do Estado, como, também, sobre o funcionamento da sociedade. Penetrando nas zonas mais ermas do país, essa equipe tinha

conseguido chegar às áreas e às pessoas de pouco acesso pelos governos brasileiros até aquele momento.

Campos (2006) a esse respeito nos permite superar a visão dualista da perspectiva imperialismo x dominado que marcou algumas abordagens sobre as relações entre países economicamente desenvolvidos com países em processo de desenvolvimento. Sem desconsiderar as assimetrias dessas relações, o autor produz análises que favorecem a compreensão do funcionamento das agências internacionais como espaços de luta de poder e disputas político-culturais que refletem a maneira como as instituições nacionais atuaram na modelagem de suas ações.

Esse é um processo interessante para reflexão pela riqueza das experiências que a sua prática produziu. Longe de poder ser considerado uma via de mão única, onde o governo norte-americano controlava todas suas operações, a atuação do SESP nas diferentes fases, necessita ser compreendida a partir das tensões que foram conformando seu desempenho em cada espaço de sua atuação. Considerando a diversidade geográfica, cultural e econômica desse vasto país, seja em âmbito oficial, seja no dia-a-dia da execução de suas práticas, sem sombra de dúvidas foi necessário disposição dos integrantes desse serviço para negociar com a população os limites das interferências no seu cotidiano, reorganizar seus planejamentos diante de barreiras materiais encontradas na execução de suas práticas e, principalmente, construir um espaço de negociação entre os seus representantes legais, tanto em nível de relações internacionais, quanto entre o governo federal e os representantes políticos locais.

As estatísticas de atendimento de 1959 revelavam que as maiores demandas geradas ao Serviço de Cooperação no Piauí estavam relacionadas à assistência médico-sanitária ao adulto e no tratamento de doenças transmissíveis. Aquele era o terceiro ano de atuação do serviço no Estado e a malária era uma das grandes preocupações no campo da saúde pública. Naquele ano

os municípios de Castelo do Piauí e Piriperi, especialmente nas suas áreas rurais, apresentaram alta incidência da endemia.

Outra endemia que recebeu os cuidados do Serviço de Cooperação foi a tuberculose, que aparece nas estatísticas de *causa mortis* como uma das maiores responsáveis pelos óbitos registrados no exercício de cada ano. Segundo as explicações dadas pelas autoridades públicas, a situação daquela doença em alguns locais do Piauí estava relacionada principalmente com a realidade socioeconômica daquelas áreas, pois normalmente o grande número de casos se encontrava relacionado às regiões de maior pobreza, produzindo uma curva de morbidade ascendente. Apenas a título de exemplo, os boletins dos anos de 1955 e 1959, mostram que o número de óbitos relacionados com essa endemia foi respectivamente de 96 e 105 casos, o que demonstra um crescimento do número de vítimas, ainda que não alarmante, apesar do funcionamento do Serviço de Saúde. (PIAUI. MENSAGENS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - 1955; 1959).

Através da atuação desse serviço é possível avaliar o quadro nosológico que o Piauí apresentava no final do Governo Vargas, período em que o Estado desenvolveu bastante as políticas no setor de saúde. Identificar, acima de tudo, a importância que continuava assumindo o debate sobre a saúde pública na esfera pública estadual. Longe estavam aqueles tempos em que os representantes políticos declaravam a boa situação de saúde do Estado. O momento era, na verdade, bastante diferente, especialmente em termos dos critérios que estruturavam a organização da Administração Pública. As guerras do século XX tinham contribuído para produção internacional de novas políticas, de outra visão de sociedade, de homem e de trabalho.

A saúde assumira um lugar especial na constituição do modelo de Estado entre e no pós guerras, notadamente por estar associada a ciência médica, considerada capaz de resolver, mediante as descobertas de novas substâncias medicamentosas e tratamentos modernos, a solução para os problemas decorrentes de endemias causadas por organismos externos, a exemplo da febre

amarela, tuberculose, sífilis e, notadamente, a malária. Assim, a relação doença-pobreza que assumiu importância singular nos espaços institucionais do país na primeira metade do século, continuava atuante. Encontrar uma explicação fora do campo político para justificar as condições de subdesenvolvimento local, trazia certo conforto àqueles que precisavam enfrentar as difíceis condições de vida de suas populações.

Nesse sentido é que se compreende como um Estado que há menos de três décadas se auto definia com uma situação salubre, passe a informar uma população acometida pelas diferentes endemias que faziam parte dos registros nacionais. Carlos Alberto Porto, em matéria escrita para a Revista da Associação Piauiense de Medicina (1948, p. 25-29) tratou da presença da malária no Estado do Piauí. Afirmou a presença da doença em todo o Estado, observando que a mesma ocorria com mais frequência no vale dos grandes rios e seus tributários, lagoas, barreiros e depressões, produzindo uma endemicidade baixa durante todo o ano. Explicou que a falsa impressão em relação a uma situação de endemicidade no Estado, devia-se à presença de uma população flutuante oriunda dos vizinhos Estados do Maranhão e do Ceará.

Nesse sentido referiu-se à implantação de um plano de assistência com a instalação de unidades sanitárias em diversos municípios do Piauí, incumbindo ao Serviço Nacional de Malária –SNM a distribuição de “modernos” medicamentos e orientações técnicas, a exemplo da entrega de tabelas para a aplicação do Aralen – derivado quinoleico integrado ao tratamento dos infectados pelo agente anofélico, que as pesquisas médicas vinham demonstrando apresentar melhores resultados, em termos de tempo de recuperação do paciente e menor custo ao poder público, que a quinina e seus derivados sintéticos.

Ainda sob esse paradigma sanitário informou que o referido tratamento só surtiria os efeitos desejados se a comunidade dispusesse de um aparelhamento sanitário capacitado para a luta contra o mosquito transmissor, entre eles estava o que também denominava de uso da moderna substância “ dicloro-difenil-

tricloretoana – DDT”, que vinha mostrando excelente capacidade inseticida, com um efeito residual de até seis meses quando borrifado sobre as paredes das residências. Ressaltou ainda, que os efeitos dessa substância não ocasionariam danos à saúde de seres humanos⁴.

O exposto mostra que mesmo não apresentando um quadro de endemicidade semelhante a outras regiões do país o autor faz questão de destacar a necessidade e o empenho do Estado para enfrentar a malária, respondendo de forma positiva às demandas que a população apresentava nesse setor. O mesmo tipo de comportamento pode ser percebido na informação prestada pelo governador Jacob Manoel Gayoso e Almendra ao dirigir-se à casa do povo para informar, através do relatório das atividades de 1959, que a parceria com o Serviço de Cooperação em Saúde tinha levado a efeito um programa relativamente extenso de imunização antivariólica e anti-tifóidica nas sedes municipais e nas áreas rurais, apresentando um total de 34.833 e 3.840, pessoas vacinadas respectivamente.

Também registou os cuidados destinados ao setor de assistência ao infante no problema contínuo que a diarreia e a morbidade dela decorrente vinham submetendo à população. Mostrou que a cidade de Campo Maior era o local onde a situação exigia maior atenção, ainda que nessa cidade, como todas as unidades sanitárias dos Estados estivessem providas de lactários e de salas de reidratação. Fazia parte desse Serviço Cooperativo o acompanhamento das gestantes, especialmente através das visitadoras sanitárias. Desse modo, informava a assistência

4 O DDT foi um pesticida usado para combater os mosquitos causadores de doenças como malária, leishmaniose e febre amarela. Os agentes, guardas de endemias, motoristas e condutores de lanchas da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (**SUCAM**), faziam visitas regulares a residências para pulverizar o seu interior com a substância, sem material de proteção adequado. O pesticida acabou banido do país depois da constatação do seu alto nível de toxicidade. A substância deixou de ser usada no combate a endemias em 1998. A fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de DDT foram proibidos no Brasil pela Lei 11.936/09 (<https://www.camara.leg.br/noticias/> acesso em 06.10.2019)

prestada às mães durante a gravidez e, depois do parto, o acompanhamento do recém-nascido através de orientação para os cuidados diários e de informações sobre os cuidados médicos como vacinação, acompanhamento de crescimento, alimentação e outros necessários ao estado saudável do bebê.

Outro aspecto que chamou a atenção no período foi a incidência das doenças sexualmente transmissíveis, notadamente da sífilis, pelos maiores centros populacionais do Nordeste. Recife e Fortaleza chamavam a atenção, nesse aspecto, em decorrência da atividade de prostituição que crescia com a grande circulação de dinheiro. Teresina, embora não tivesse o porte econômico e populacional das outras capitais nordestinas apresentava estatísticas preocupantes nesse setor, tendo a sífilis e o cancro sempre entre as endemias mais tratadas. Em Parnaíba, o número de registros médicos para tratar doenças venéreas superava os casos de malária e de outras endemias transmissíveis.

Conclusão

Como foi possível verificar, o Piauí apresentava um quadro nosológico compatível tanto com o que o governo norte americano entendia ser necessário superar para reduzir o perigo de transmissão para outros países, quanto com a intenção de penetração do governo federal em relação a essas regiões mais distantes. Ainda que o Piauí não integrasse a lista de áreas de interesse econômico e político internacional, era importante para o projeto de consolidação do Estado nacional, posto em marcha desde o primeiro governo Vargas. Em nível local, suas lideranças tinham sido fortemente afetadas pela ideologia desenvolvimentista, que estabelecia a relação pobreza-saúde, bem como pelas vantagens políticas dos programas sociais implantados. Nesse sentido, o Serviço Especial de Saúde Pública-SESP cumpria um importante papel.

Também é importante destacar o respeito que o serviço alcançou perante a população local, tanto entre aqueles que buscavam socorros a seus problemas de saúde, como aos grupos

que puderam ser beneficiados com a integração no quadro de funcionários daquela agência. No Piauí, especialmente nas cidades do interior, fazer parte dos quadros do SESP até a década de 1960 e posteriormente da Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP), era fator de distinção. Em matéria publicada em portal local, um ex-sespiano da cidade de Floriano assim colocou sobre o serviços naquela cidade:

Existia Laboratório, que realizava diversos tipos de exames, com a melhor qualidade e precisão possíveis. A farmácia era bem abastecida de medicamentos. O atendimento a crianças era um dos objetivos específicos. A assistência às gestantes era magnífica (BARROS, 2013).

Essa com certeza não era uma opinião isolada, mas, ao contrário, bastante representativa do tipo da imagem que alcançou esse serviço no Estado, especialmente por se encontrar fora do alcance dos circuitos de resistência ao modelo norte-americano de viver.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. *Nação, país moderno e povo saudável: política de combate a lepra no Piauí*. – Teresina: EDUFPI, 2013.

BARROS, Antônio José. *Lembrança boa*. A Fundação Serviços de Saúde Pública-FSESP. 2013. Disponível em: < <https://piauinoticias.com/geral/45607-lembnanca-boa-a-fundacao-servicos-de-saude-publica-fseesp.html>>. Acesso em: 02.10. 2019.

BASTOS, N. C. de Brito. *SESP/FSESP. 1942 - Evolução Histórica - 1991*. 2 ed. Brasília: Fundação Nacional da Saúde, 1996.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas internacionais de saúde pública na Era Vargas: o serviço especial de saúde pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

DOMINGO NETO, Manuel e BORGES, Geraldo Almeida. *Seca seculorum: flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro; Editora Fiocruz, 2007.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC/ANPOCS, 1998.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. *Viagem científica: norte da Bahia, o sudeste de Pernambuco, o sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Brasília: Academia Brasileira de Letras, 1984.

PEÇANHA, Angela Maria de Meneses. *Fundação Serviços de Saúde Pública – FSESP: um estudo de desenvolvimento institucional*. Monografia apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública da FGV. Rio de Janeiro, 1976.

PIAUI. Eurípedes Clementino de Aguiar. Mensagem governamental encaminhada à Assembleia Legislativa em 1917.

_____. Jacob Manoel Gayoso e Almendra. Mensagem governamental apresentada à Assembleia. Teresina, 1957.

_____. Jacob de Almendra Gayoso. Mensagem governamental apresentada a Assembleia Legislativa. Teresina, 1958.

_____. Francisco das Chagas Rodrigues. Mensagem governamental apresentada a Assembleia Legislativa. Teresina, 1959.

_____. Serviços Oficiais de Saúde Pública: dados de 1959.

_____. Jornal A Gazeta, edição de 22 de janeiro de 1943.

PORTO, Carlos Eugênio. Plano de campanha anti-malária no Piauí. In: *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, nº 10, novembro de 1948. Teresina-PI.

RIO DE JANEIRO. *Jornal do Brasil*, de 20.05.1954.

THIELEN, Eduardo Vilela. et al. *A ciência a caminho da roça: imagem das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ COC, 1992.

“UMA GRANDE ORGANIZAÇÃO FABRIL DO PIAUÍ”: A COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS PIAUIENSE NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL¹

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro²

Introdução

Dos Senhores José dos Santos Lessa e José de Brito Passos recebemos uma circular em que nos comunicam que, em Assembleia Extraordinária, realizada em 27 de janeiro último, foi eleita e empossada a nova Diretoria que regerá, até 1945, os destinos da Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, tendo sido na mesma ocasião designado os supracitados Senhores para exercerem, respectivamente, os cargos de Diretor Gerente e Diretor Técnico. (GAZETA, 09/02/1943, p.4).

Era início de fevereiro de 1943 e o jornal *Gazeta* publicava na coluna “Fatos e Notas” sobre a posse de uma nova diretoria para administrar a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, empresa que mantinha a única fábrica

- ¹ Este artigo contém resultados preliminares do Projeto de Pesquisa intitulado “*Experiências do Trabalho Têxtil no Nordeste: organização de acervos documentais e bibliográficos*”, desenvolvido pelo autor junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROP-UESPI).
- ² Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Professor Adjunto de História, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira – Parnaíba. E-mail: feliperibeiro@phb.uespi.br.

do ramo têxtil no estado do Piauí até então, localizada em sua capital Teresina.

A unidade fabril, inaugurada solenemente no dia 1º de janeiro em 1893, já vinha funcionando em caráter experimental alguns meses antes (TEIXEIRA & CORREIA, 2018, p.368). A empresa incorporadora, responsável por planejar, construir e organizar a fábrica, foi formalmente constituída em 27 de janeiro de 1889, com o nome de Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense – grafada neste artigo como Piauiense – e o lançamento da pedra fundamental que deu início à construção do edifício fabril ocorreu em 30 de setembro do mesmo ano (A IMPRENSA, 09/02/1889, p.4 e 04/10/1889, p.3).

Na historiografia do Piauí, essa fábrica de tecidos é apontada como um dos símbolos do processo de modernização de Teresina, que teria se caracterizado por um relevante desenvolvimento econômico e urbano entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, mais precisamente na região central da capital situada às margens do rio Parnaíba (ARAÚJO, 1995, p.29; CHAVES, 2013, p.82-83; FONTINELES FILHO, 2008, p.51; MENDES, 1995, p.74). Além da fábrica se articular à destacada produção piauiense de algodão, enquanto matéria-prima para seus tecidos, as rotas de navegação fluvial também exerceram papel estratégico nesse processo, sobretudo para uma cidade localizada entre rios, fronteira ao estado do Maranhão e distante a mais de trezentos quilômetros do litoral.

O prédio [da fábrica têxtil], situado próximo ao rio Parnaíba, consolidou a região das margens como ponto central da cidade, de onde surgiram o mercado público, os escritórios, os armazéns e as casas comerciais que já se desenvolviam com a navegação (TAJRA & TAJRA FILHO, 1995, p.138).

Obviamente que todo esse processo considerado modernizador para a cidade era acompanhado de diversas contradições. No caso da Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, por exemplo, que empregava centenas de mulheres

e homens pobres, formou-se um bairro operário improvisado próximo à fábrica, com casebres de palha construídos pelos próprios trabalhadores. Ao final da década de 1920, a prefeitura da capital – com apoio da direção da fábrica – demoliu as casas de muitos desses operários, de forma arbitrária e excludente, visando afastar a pobreza da zona central e mais urbanizada da cidade. Na ocasião, foram cedidos terrenos para que os trabalhadores da cidade – não somente os têxteis – construíssem suas novas casas, em uma área periférica localizada após a linha férrea, a cerca de dois quilômetros de distância da fábrica de tecidos. A maioria das casas era de taipa e coberta de palha. Logo o bairro passou a ser chamado como Vila Operária, nome que ainda se mantém. No entanto, a prefeitura condicionou atender ao bairro com equipamentos públicos básicos após a verificação de uma quantidade mínima de casas de telha construídas, o que só ocorreu de fato após a década de 1940 (NASCIMENTO, 2015, p.220-221 e 260; SANTOS & LIMA, 2014, p.24; TEIXEIRA & CORREIA, 2018, p.374).

Embora ainda imprecisos, os registros dão conta de que a fábrica de tecidos Piauiense funcionou até o ano de 1957. Anos mais tarde, o espaço que abrigava a antiga unidade fabril foi adquirido pelo Grupo Claudino, responsável pela administração do Armazém Paraíba, loja de departamentos com filiais distribuídas em diversos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O prédio histórico da fábrica foi reformado e atualmente funciona como matriz do grupo em Teresina (ARMAZÉM PARAÍBA, 2019).

Dentre as causas apontadas para o fechamento da empresa, o seu pequeno porte – comparado às outras unidades têxteis do Nordeste – é bastante destacado, muito embora a Piauiense fosse a maior fábrica de Teresina e uma das maiores do estado naquela ocasião, em todos os ramos da indústria. De acordo com o argumento mais replicado pela historiografia do Piauí, que julgamos ainda carente de maior discussão, a “*tecnologia obsoleta*” da fábrica teria inviabilizado sua competição comercial no ramo têxtil, sobretudo após a abertura de melhores estradas “*ligando o*

Sudeste ao Nordeste, abrindo novos mercados para a indústria paulista” (MENDES, 2003, p.179-180).

Na realidade, são escassas as pesquisas cujo objeto de pesquisa seja propriamente a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense. A fábrica é até abordada com certa frequência em diversos estudos sobre história do Piauí, porém de forma mais episódica do que específica, conforme já apontamos.



IMAGEM 01: Fachada do prédio que abrigou a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense (1910-2016).

Acervos: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba (IHGGP) e Armazém Paraíba. Montagem: Felipe Ribeiro.

Visando contribuir para a superação desta lacuna, aprovamos dois projetos de pesquisa no âmbito da UESPI, sob nossa coordenação e ainda em andamento: o primeiro mais abrangente, intitulado *“Experiências do Trabalho Têxtil no Nordeste:*

organização de acervos documentais e bibliográficos”, que visa resgatar memórias do trabalho têxtil nordestino e promover a organização de um acervo documental e bibliográfico sobre o tema; e o segundo especificamente sobre a trajetória da empresa, intitulado “*A Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense: história de uma indústria têxtil no Nordeste*”, desenvolvido pela discente Maria Vitória Veras dos Santos no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

Por meio de buscas iniciais sobre a fábrica de tecidos Piauiense nos periódicos digitalizados e disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi possível encontrar centenas de ocorrências relativas à década de 1940, como a que introduziu este artigo. As reportagens sinalizavam para a chegada de uma nova direção na companhia em plena Segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma conjuntura “*de grande prosperidade [para a indústria têxtil brasileira] que ofuscou a ‘era de ouro’ das primeiras décadas do século XX*” (STEIN, 1979, p.165).

Desse modo, o presente artigo configura como um primeiro resultado dessas pesquisas, tendo por objetivo analisar a atuação da Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, basicamente por meio de fontes da imprensa, a partir do contexto da Segunda Guerra Mundial, tanto por ele configurar uma inflexão para a retomada desse ramo industrial no país, quanto pela negligência relativa a esse período em abordagens sobre a fábrica na historiografia do Piauí.

O contexto da guerra e a nova direção da fábrica

Por ocasião da posse de sua nova diretoria, em janeiro de 1943, a Companhia Piauiense estava completando 50 anos de inauguração, tendo já enfrentado diversas crises, algumas delas locais e outras de abrangência mais globais.

Em 1926, a fábrica teve seu prédio inundado por conta das fortes chuvas que transbordaram o rio Parnaíba, acarretando

um enorme prejuízo. Os jornais locais deram ampla cobertura ao episódio (A IMPRENSA, 30/03/1926, p.1).



IMAGEM 02: Prédio da Companhia Piauiense inundado pela cheia do rio Parnaíba (1926).

Acervo: Arquivo Público do Piauí.

Fonte: FONTINELES FILHO, 2008. p.67.

Em seguida, no início da década de 1930, semelhante ao que ocorreu com boa parte do ramo industrial de fiação e tecelagem de algodão, a fábrica em Teresina teve que encerrar temporariamente suas atividades por conta da crise econômica mundial de 1929, conhecida como a “Grande Depressão”. À época, o mesmo jornal *Gazeta* noticiou o “triste e deplorável silêncio a que ficou entregue a Fábrica de Fiação e Tecidos Piauiense”, onde “enorme quantidade de nossa gente ganhava, no trabalho honrado, o pão de cada dia” (GAZETA, 20/10/1930, p.1. Apud: CASTELO BRANCO, 2005, p.114).

Para o retorno de suas atividades, há registros de que a fábrica contou com o apoio decisivo do governo estadual, sob a interventoria de Landri Sales (ASSUNÇÃO, 2005, p.38). Em maio de 1932, já havia reiniciado sua produção de tecidos, tendo inclusive solicitado à Superintendência do Serviço de Algodão

sua inclusão no boletim de consumo da referida matéria-prima (BRASIL, DOU, 26/10/1932, seção 1, p.29).

Ao final da década de 1930, a Companhia Piauiense era classificada como *“um estabelecimento que ampara crescido número de operários”*, dedicada à *“fabricação de tecidos de algodão, crus e tintos”* (IBGE, 1939, p.146).

Desse modo, após um período recente de muitas dificuldades, uma nova direção assumia a Companhia Piauiense, em plena guerra, na busca por restabelecê-la em um contexto mais favorável para a produção de tecidos de algodão.

Mas em quê a Segunda Guerra Mundial estimulou a indústria têxtil brasileira?

Por conta da mobilização armamentista para o conflito, os principais países exportadores de tecidos de algodão passaram a priorizar outros ramos industriais, sobretudo o bélico. Nesse contexto, a guerra acabou fomentando uma demanda mundial por produtos têxteis e os empresários brasileiros *“foram surpreendidos com a oportunidade de abastecer a América Latina, a Europa e o Oriente Próximo”*, muito embora *“com praticamente as mesmas instalações, equipamentos e técnicas empresariais dos anos críticos da década de trinta”* (STEIN, 1979, p.167).

Vale ressaltar que, a partir de 1942, quando o Brasil se posicionou contra os países do Eixo no conflito mundial, as indústrias têxteis foram bastante beneficiadas, sobretudo com o chamado *“esforço de guerra”*, combinando – ao longo de seu processo – incremento na produção de tecidos com a supressão de diversos direitos trabalhistas. Por sinal, a indústria têxtil já se configurava, desde a década anterior, como uma destacada *“resistência patronal à aplicação da legislação [do trabalho]”* (GOMES, 2005, p.167 e 186 passim).

Em 31 de agosto de 1942, o governo brasileiro permitiu a prorrogação normal do trabalho nas empresas que *“interessem à produção e à defesa nacional”* (BRASIL. Decreto-Lei nº 4.639/1942). Em novembro do mesmo ano, passaram a ser considerados de *“interesse militar”* os estabelecimentos civis indicados como *“necessários à indústria bélica do país”* (BRASIL. Decreto-Lei nº

4.937/1942). Com base neste decreto, que previa o tratamento de trabalhadores como reservistas militares (passíveis inclusive de punições equivalentes por falta ao serviço ou deserção), o governo incluiu, em junho de 1943, diversas indústrias têxteis como de interesse militar, visando atender a demanda de tecidos para fardamento (BRASIL. Decreto-Lei nº 12.715/1943). Convém ainda observar que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada meses antes – em 1º de maio de 1943 (BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452/1943) – não poderia ser aplicada plenamente aos trabalhadores das empresas incluídas no esforço de guerra, em cumprimento às “*disposições legais transitórias ou de emergência*” em vigor. Porém, na prática, trechos da CLT também seriam suprimidos em decretos posteriores, como foi o caso.

Logo em seguida, houve um novo reforço no incremento de produção têxtil no país, pois o governo brasileiro assumiu cotas de exportação de tecidos que foram distribuídas pela *United Relief and Rehabilitation Administration* (UNRRA), uma agência de ajuda internacional fundada em 1943, representando mais de quarenta países e gerenciada pelos Estados Unidos da América (EUA), visando a assistência e reabilitação mundial diante da escassez de abastecimento provocada pela guerra. Esta agência passou a integrar a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. Além das cotas da UNRRA, o Brasil também assumiu compromissos junto ao Conselho Francês de Aproveitamento (CFA), com reserva de exportações de produtos têxteis brasileiros.

Neste contexto, o governo brasileiro desenvolveu uma série de ações para viabilizar o atendimento dessas cotas de cooperação internacional, o que exigia um considerável aumento de sua produção têxtil. No âmbito do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foi criada a Comissão Executiva Têxtil (CETex), órgão responsável por orientar as empresas de tecidos no país, através da chamada Lei de Mobilização Industrial (BRASIL. Decreto-Lei nº 6.688/1944).

E, justamente quando a indústria têxtil brasileira vivia um período de “*grande prosperidade*” (STEIN, 1979, p.165), nos chama a atenção que uma nova diretoria tenha assumido a Companhia

de Fiação e Tecidos Piauiense, muito provavelmente no intuito de aproveitar essas perspectivas de crescimento para o setor no país.

Dentre os novos diretores, constavam o gerente José dos Santos Lessa e o diretor técnico José de Brito Passos. Sobre este último, ainda não foi possível obter maiores informações, porém há um homônimo maranhense que se casou com Helena Azevedo Passos, filha do industrial pernambucano Antônio Ferreira da Costa Azevedo, então proprietário da usina de açúcar Catende. Químico industrial do Ministério da Agricultura, José de Brito Passos passou a residir em Recife e trabalhou como diretor técnico na usina do sogro. Talvez tenha sido o mesmo que se tornou diretor técnico da Companhia Piauiense. Há diversas reportagens que sugerem essa relação, ainda a ser confirmada (JORNAL DO BRASIL, 29/08/1941, p.6; O IMPARCIAL, 11/09/1942, p.4; O JORNAL, 30/12/1942, p.4).

Quanto ao gerente José dos Santos Lessa, que ocupava o cargo de maior importância estratégica na fábrica, foi possível verificar mais informações: era engenheiro, natural de Pernambuco, tendo atuado em diversas obras públicas no Piauí, como a Usina Elétrica Getúlio Vargas, no município de Campo Maior.

A sua construção [da usina] foi fiscalizada sob todos os aspectos e principalmente na parte técnica pelo engenheiro José dos Santos Lessa, a cuja competência profissional e a cujo espírito empreendedor o Piauí teve a construção de inúmeras obras de maior proveito público (...). Pernambucano de nascimento, o engenheiro José dos Santos Lessa radicou-se no estado do Piauí, onde reúne à qualidade profissional de engenheiro a qualidade de grande capitão da indústria, sendo um líder da produção têxtil piauiense (O RADICAL, 04/11/1943, p.6).

O novo gerente buscava estreitar relações com diversas autoridades do governo brasileiro, como o general João de Mendonça Lima, Ministro dos Transportes; o general Firmo Freire do Nascimento, chefe Gabinete Militar da Presidência da República; e o próprio presidente Getúlio Vargas, conforme registro de troca de telegramas com cumprimentos natalinos (GAZETA, 06/02/1944, p.4).

Da mesma forma, se esforçava em manter proximidade com o governador Leônidas de Castro Melo, que dirigia o estado do Piauí há quase dez anos, tendo assumido como Governador Constitucional em 1935, permanecendo no cargo após a instauração do Estado Novo, na condição de Interventor, e só deixaria o governo estadual em 1945 (BORGES, 2014, p.104). Talvez tenha sido nessa época em que a fábrica lançou os brins das “*marcas Governador, Interventor e Estadista*” (TAJRA & TAJRA FILHO, 1995, p.138).

Logo que assumiu a gerência, Lessa encampou demandas da diretoria anterior, que vinha questionando as ações de inspetores e fiscais do Ministério do Trabalho que teriam lavrado autuações à companhia. Apresentou inclusive denúncia formal “*contra a honestidade*” de servidores vinculados ao setor de fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho no estado do Piauí, a partir de acusações que teriam partido do antigo gerente da fábrica, Edmundo Genuíno de Oliveira. O pleito, porém, foi julgado improcedente (GAZETA, 19/04/1943, p.3).

Já no primeiro ano da nova administração fabril, a Companhia Piauiense montou um estande na Exposição Feira de Amostras, realizada no Teatro 4 de Setembro, em Teresina. Os produtos da empresa atraíram a atenção do público que visitava o evento, “*repleto de variados tecidos de sua fabricação*” (GAZETA, 14/11/1943, p.1). Na mesma época, a companhia passou a ofertar aos clientes e parceiros comerciais um singelo souvenir de “*folhinhas cromos*”, provavelmente um calendário personalizado para o ano de 1944, contendo “*vistas das fachadas e interior de sua fábrica*” (GAZETA, 09/01/1944, p.4).

E o indicativo desse aparente bom momento para a Companhia foi reforçado em uma grande reportagem publicada pelo jornal *O Radical*, veículo de imprensa carioca que apoiava o presidente Getúlio Vargas. Sob o título “*Uma grande organização fabril do Piauí*”, a matéria apresentou trechos de uma entrevista como o gerente José dos Santos Lessa, além de fotografias de setores da fábrica, produzidas durante a visita da equipe de reportagem ao estabelecimento. Na ocasião, a Companhia de Fiação e Tecidos

Piauiense era qualificada como “um legítimo orgulho da indústria do norte”, tendo ampliado significativamente sua produção nos últimos meses.

Cumpramos, antes do mais, o benefício que essa indústria proporciona ao próprio povo piauiense e à economia do Estado, do qual um dos problemas mais graves é, sem dúvida, a do autoabastecimento, principalmente na fase atual de economia e crise de transportes. Suprindo parcialmente as necessidades de tecidos do mercado interno, a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense se destina a ver crescer cada dia o seu campo de ação, o que lhe permitirá melhorar sucessivamente o aparelhamento material, estendendo ao seu pessoal os bons efeitos, do seu crescente robustecimento econômico (O RADICAL, 17/10/1943, p.8).

Apontado pelo jornal como “capitão da indústria” e “herdeiro dos grandes atributos da têmpera pernambucana”, o gerente Lessa acompanhou toda a visita e mostrou as diversas seções da empresa, sempre enaltecendo a “obra de renovação” da nova administração, na pessoa do “Dr. George Pires Chaves, presidente da Assembleia na qual foi deliberado a reorganização da fábrica e eleita atual diretoria” e ainda o “Dr. José Francisco de Mendonça Junior, exercendo as funções de diretor secretário, e Dr. José João Neveis Roiz, diretor vice-presidente, que empresta valiosa orientação técnica”. Também não deixou de prestar agradecimentos especiais à administração do governador Leônidas Melo, “frisando o interesse tomado pelo interventor por tudo quanto se refira ao estímulo às atividades industriais e comerciais do Estado” (O RADICAL, 17/10/1943, p.8).

Uma grande organização fabril do Piauí

A Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, um legítimo orgulho da indústria do norte — Uma produção diária que subiu de dois mil a cinco mil metros de pano — Abastecendo os mercados do Piauí, Ceará e Maranhão — A operosidade e dinamismo do Dr. José dos Santos Lessa — A contribuição do Governo do Estado em favor das classes produtoras

Dentro das indústrias do Norte, desenvolvidas à custa da tenacidade e do esforço empreendedores que caracterizam os homens daquele Trópico do Brasil, acostumados desde cedo a vencer as adversidades, a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense merece um destaque especial.

É ela o único estabelecimento fabril da capital daquele Estado, sendo de ressaltar a perfeita organização e o desenvolvimento da produção que a tem caracterizado, dando assim uma impressão perfeita de saúde e futuro de prosperidade que a empresa, pugnadora de orientação firme e progressista dos seus atuais administradores.

Cumprir ressaltar, antes de mais, o benefício que essa indústria proporciona ao próprio Piauí e à economia do Estado, do qual um dos problemas mais graves é, sem dúvida, a do auto-abastecimento, principalmente na fase atual, de economia e crise de transportes. Suprimindo parcialmente as necessidades de tecidos do mercado interno, a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense se destina a ser, desde cada sítio do seu campo de ação, o que lhe permitirá melhorar sucessivamente o aparelhamento material, estendendo ao seu pessoal os bons efeitos do seu crescente robustecimento econômico.

Na base desse esforço encontrar-se, sem dúvida, a tenacidade construtora dos dirigentes, entre os quais podem assinalar a figura dinâmica do Dr. José dos Santos Lessa, diretor-gerente, empastado naquele cargo, na Companhia, a 17 de Janeiro do corrente ano.

A ambiência de ordem, trabalho e perfeita distribuição de tarefas impressiona o visitante, ao percorrer as diversas dependências da Companhia, sediada a rua Joaquim Ribeiro, 687, em Teresina, e ela se deve em grande parte às suas qualidades de capitão de In-

Fomos por ele recebidos e enquanto nós mostrava as diversas seções da empresa, a s. ressaltava o quanto fora apoiado na sua obra de renovação pelo Dr. Geor-



Vista do escritório da Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, vendo-se os seus empregados em atividade.

ges Pires Chaves, presidente da Assembleia na qual foi deliberada a reorganização da fábrica e eleita a atual diretoria, integrada pelo nosso interlocutor e ainda pelo Dr. José Francisco de Mendonça Junior, exerceendo as funções de diretor-secretário e Dr. José João Neves Roz, diretor-vice-presidente, que empresa valiosa orientação técnica dada as suas grandes qualidades de engenheiro, da mais reconhecida competência.

Descrevendo a situação atual da Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, fez o Dr. José dos Santos Lessa referências especiais ao apoio que os produtores do Estado tem recebido da administração Leonidas de Melo, firmando o interesse tomado pelo interventor por tudo quanto se refira ao estímulo às atividades industriais e comerciais do Estado.

O OPERARIADO

— Trabalham atualmente na fábrica, — declararam-nos o Dr. José

estabelecimento prevista em nossa legislação do trabalho, temos o máximo cuidado em proporcionar os direitos outorgados pelo Governo do Presidente Vargas. Assim pá-



A seção de engomador de fios da Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, o grande estabelecimento fabril de Teresina, vendo-se os diretores Dr. José dos Santos Lessa, José Francisco de Mendonça Junior e José de Brito Freire, diretor técnico.

deará verificar que operamos dentro dos horários normais e, apesar do incremento das novas atividades, os trabalhadores tem tido sempre assegurados os per-



A seção de engomador de fios da Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, o grande estabelecimento fabril de Teresina, vendo-se os diretores Dr. José dos Santos Lessa, José Francisco de Mendonça Junior e José de Brito Freire, diretor técnico.

dos de férias, indispensáveis à recomposição das energias dispendidas no trabalho.

A PRODUÇÃO

— Da boa ordem na organização e do ritmo impetuoso ao serviço só poderia resultar o aumento acelerado do seu próprio rendimento. Este se evidencia pelos números, bem fiéis no retratar essa evolução: — de uma produção anterior de dois mil metros diários, atingimos hoje a média diária de cinco mil metros de pano grosso, — "riscados" e "algodãozinho". Esta produção perfaz um valor diário de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), e certamente se ampliará com o maior equiparamento material da fábrica, além de atender aos pedidos constantes e maiores dos nossos mercados consumidores.

INTERCAMBIO INTERES.

TADUAL

Interrogado sobre a possibilidade de exportação, o Dr. José dos Santos Lessa, enquanto não apresentava aos chefes das diversas seções e aos trabalhadores, provendo pronunciamentos de sua parte a respeito do regime de trabalho na fábrica sob sua direção livre oportunidade de sua declaração:

— Pela situação da curva de produção, que, como he discur, passou de dois mil para cinco mil metros diários, o amigo poderá compreender o progresso do nosso desenvolvimento. Esta, no entanto, é inteiramente absorvida por três mercados, onde nossos produtos encontram a mais ampla aceitação: — o Piauí, em que nos encontramos sediados, o Maranhão e o Ceará.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

É claro que essa atividade constante e a aceitação que se mercados oferecem aos nossos produtos influem beneficentemente nas condições financeiras da Empresa. Assim, temos a satisfação de afirmar, que graças à orientação dos seus dirigentes e à abnegação do operariado, a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense cres-



A seção de engomador de fios da Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense, o grande estabelecimento fabril de Teresina, vendo-se os diretores Dr. José dos Santos Lessa, José Francisco de Mendonça Junior e José de Brito Freire, diretor técnico.

tra-se com todo o seu material e patrimônio inteiramente pagos, sem ter uma só dívida a pagar. Essa condição é digna de ser proclamada, porque é ela, antes do mais, prova da operosidade com que nos temos conduzido e a rigor de que fizemos prova na execução dos nossos compromissos.

Cumprir ressaltar, afirmamos, finalmente o Dr. José dos Santos Lessa, que esse nosso empreendimento não teria conseguido atingir o objetivo atual se não contássemos com o apoio sempre generoso do povo piauiense e a assistência do Governo, a quem, por direito, e justiça, devemos os nossos mais sinceros agradecimentos.

Vai a São Paulo o general Milton de Freitas



Aspecto geral da seção de cardas, vendo-se o Dr. José dos Santos Lessa, diretor da importante empresa.

dustría e a obstinação construtora que lhe é peculiar.

Homem afeto à terra, herdeiro dos grandes atributos da tempera pernambucana, o Dr. José dos Santos Lessa soube criar em forma de sua pessoa uma atmosfera de ação e entusiasmo.

dos Santos Lessa —, céreo de duzentos e cinquenta operários e em relação a eles, no plano da atividade industrial.

RASGOU SEU TERNO?

Fica novo na seriedade randa invível. A mal barateira de Rio

Vendem-se — Consertam-se — Trocam-se Radios, Refrigera-

IMAGEM 03: Fac-símile da reportagem sobre a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense

Acervo: Biblioteca Nacional - Brasil.
Fonte: O RADICAL, 17/10/1943, p.8.

Em relação ao operariado da fábrica, indicou que nela trabalhavam “*cerca de duzentos e cinquenta operários*”, tendo a empresa “*o máximo cuidado em proporcionar os direitos outorgados pelo governo do presidente Vargas*”. Neste momento, afirmou que a fábrica operava “*dentro de horários normais*”, sendo “*assegurados os períodos de férias*”, dando a entender que a Companhia ainda não havia sido beneficiada formalmente pelo contexto de esforço de guerra, apesar do incremento em suas atividades. De acordo com a fala do gerente, a produção anterior da fábrica era de dois mil metros diários, para logo em seguida comemorar: “*atingimos hoje a média diária de cinco mil metros de panos grossos*” (O RADICAL, 17/10/1943, p.8).

A despeito dos adjetivos comumente elogiosos atribuídos pelo jornal à Companhia, em toda reportagem, as informações que julgamos mais instigantes se referiam à situação financeira da empresa - “*com todo o seu material e patrimônio inteiramente pagos*” - bem como aos mercados atendidos pela empresa: “*o Piauí, em que nos encontramos sediado, o Maranhão e o Ceará*” (O RADICAL, 17/10/1943, p.8).

Para estas rotas, ressaltamos que o transporte fluvial ainda exercia uma importância estratégica, a partir do rio Parnaíba, que margeava o estabelecimento fabril. Da mesma forma, percebemos que enquanto outras indústrias têxteis - de maior capacidade produtiva - priorizavam o mercado externo, em cumprimento às cotas atribuídas ao Brasil, empresas como a Piauiense buscavam se firmar nesse novo contexto suprindo o mercado consumidor interno de tecidos, englobando o próprio estado e seus vizinhos mais próximos.

Vale ressaltar que diversas empresas do ramo de tecidos de algodão já haviam estabelecido uma rede de distribuição de seus produtos, inclusive em território piauiense. Há registros de acordos empresariais das indústrias Matarazzo com o estabelecimento de Roland Jacob, em Parnaíba, bem como diversas filiais das Lojas Pernambucanas, de propriedade dos Lundgren, proprietários da

Companhia de Tecidos Paulista, sediadas no Ceará, no Maranhão e no Piauí (ALMANAK LAEMMERT, 1935, p.463).

Como forma de intensificar sua produção e disputar concorrências, a direção da Companhia Piauiense tratou de requerer “apoios” ao governo federal. Em 1944, ao solicitar isenção de impostos estaduais e municipais ao Presidente da República, seu pedido foi indeferido, mediante parecer contrário do Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, sob o argumento de que a empresa já teria “gozado de isenção de impostos e taxas incidentes sobre matéria-prima destinada ao consumo da fábrica” e porque “atravessaram as indústrias de tecidos um período francamente favorável” (CORREIO DA MANHÃ, 23/08/1944, p.3; GAZETA DE NOTÍCIAS, 23/08/1944, p.4; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23/08/1944, p.8).

Pouco depois, porém, a Companhia obteve autorização do Ministério do Trabalho para “elevar a 10 horas diárias o horário de trabalho em sua fábrica”, com exceção das seções insalubres (JORNAL DO COMÉRCIO, 29/09/1944, p.3). O parecer favorável foi emitido pela CETex, nos termos da Lei de Mobilização Industrial, já mencionada.

Por meio de um relatório publicado em 1946, a mesma CETex apresentou dados bastante interessantes sobre a situação da industrial têxtil brasileira no imediato pós-guerra. Ao todo, foram recenseadas 420 fábricas de fios, tecidos e artefatos de algodão, distribuídas em dezessete estados, além do Distrito Federal (que, na época, era a atual cidade do Rio de Janeiro). As maiores concentrações de estabelecimentos têxteis de algodão estavam localizadas, respectivamente, nos estados de São Paulo (com 223 fábricas), Minas Gerais (60), Rio de Janeiro (24), Pernambuco (17) e no Distrito Federal (15). Para além da evidente concentração industrial têxtil entre estados vizinhos na atual região Sudeste do país, convém ressaltar que também havia um número significativo de fábricas, relativamente próximas, no atual Nordeste, entre Pernambuco, Alagoas (9) e Paraíba (5), algumas delas pertencentes à mesma companhia (CETEX, 1946, p.103-104).

Neste momento, a indústria têxtil de algodão era a que mais empregava operários no país e suas maiores unidades fabris, em quantidade de trabalhadores, estavam localizadas nos estados da Paraíba, com oito mil operários somente na fábrica Rio Tinto, da Companhia de Tecidos Paulista; Pernambuco, com dez mil na fábrica Paulista, da mesma companhia, e cinco mil no Cotonifício Bezerra de Mello, em Recife; São Paulo, com sete mil na Companhia Nacional de Estamparia e 5 mil na Indústrias Votorantim, ambas em Sorocaba; e o Distrito Federal, com 5 mil trabalhadores na Companhia América Fabril (CETEX, 1946, p.116).

Em relação ao estado do Piauí, que na ocasião só possuía a Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense³, os dados da CETEX demonstravam crescimento, em relação aos dados fornecidos pelo gerente na entrevista para o jornal *O Radical*, dois anos antes. Dos 250 trabalhadores indicados anteriormente, por exemplo, a fábrica agora possuía 310, sendo 88 homens, 06 menores e expressivas 216 mulheres, que correspondiam a quase 70% da força de trabalho (CETEX, 1946, p.303). Por sinal, as histórias dessas operárias da Companhia Piauiense – chamadas popularmente de “pipiras” – serão estudadas mais detidamente pela discente Maria Vitória Veras dos Santos no seu projeto do PIBIC, sob nossa coordenação.

Passado esse período efervescência, com o fim da guerra o quadro geral da indústria têxtil no Brasil começou a se alterar drasticamente, com os tradicionais fornecedores mundiais de tecidos se organizando para retomar seus mercados e os produtos brasileiros com dificuldades de enfrentar a concorrência desses países. Por outro lado, ao negligenciar o consumo interno em prol dos lucros no exterior, muitas indústrias têxteis brasileiras acabaram provocando a escassez e o encarecimento de tecidos no mercado brasileiro, o que inclusive motivou o governo federal

3 O Piauí só teria outro estabelecimento fabril no ramo têxtil de algodão durante década de 1970: a Indústrias Coelho S/A, localizada na cidade de Picos (ALVES, 2012).

a suspender as exportações, a contragosto de boa parte dos empresários têxteis.

Os representantes da indústria protestaram contra estas medidas, responsabilizando-as pela perda dos mercados externos. (...) Tanto falaram em “bancarrota”, em “crise” e em “superprodução”, caso o governo não liberasse e amparasse as exportações, que acabaram despertando verdadeiro clamor público. Elevou-se no pós-guerra um ressonante coro de críticas contra os empresários que insistiam em dizer que só as exportações, subvencionadas pelo governo, poderiam dar vazão aos excedentes de produção. (...) Dizia-se que não tinham razão nenhuma para reclamar, pois a íntima convivência indústria-governo só lhes trouxera vantagens, sob a forma de tarifas e subsídios (...). A opinião pública, indignada, exigia agora que a indústria têxtil cumprisse com os compromissos decorrentes de seus privilégios. Chegara, finalmente, a hora de acertar as contas. (...) A análise das origens e da natureza da insatisfação popular contra os empresários têxteis no pós-guerra coloca em evidência algumas das deficiências da próspera e centenária indústria de tecidos do Brasil. (...) Durante a guerra, as fábricas de tecidos proporcionaram generosos dividendos aos seus diretores e acionistas. Aos consumidores, tocara a outra face desta prosperidade: a escassez e a carestia (STEIN, 1979, p.168).

Além disso, ao passo que alguns industriais investiram parte do capital financeiro adquirido durante a guerra na reforma de suas unidades fabris, na introdução de novos equipamentos, maquinário e processos industriais; outros buscaram somente aproveitar a efêmera proeminência do Brasil no mercado mundial de tecidos para auferir lucros, descuidando do reaparelhamento de suas fábricas. É o que parece ter ocorrido com a Companhia Piauiense, porém essa afirmativa carece de pesquisas mais aprofundadas.

O fato é que a direção da fábrica de Teresina entrou em dissídio com seus operários, que reivindicavam 30% de aumento em seus salários, porém os empregadores desejavam que a majoração fosse de 25%. Ainda assim, em negociação mediada pelo Ministério do Trabalho, a fábrica alegou que “*com o aumento*

de 25% nas suas despesas, elevar-se-ão estas a mais de 100 mil cruzeiros, sem haver acréscimo de produção” (O IMPARCIAL, 04/10/1945, p.3).

Ironicamente, o mesmo discurso patriótico e nacionalista que impulsionou os trabalhadores ao esforço de guerra foi utilizado por eles para criticar os industriais têxteis, acusados de não se sujeitarem ao “sacrifício” e às “concessões”, como seus empregados fizeram durante o conflito mundial. *“A guerra contribuirá, ainda que indiretamente, para que os trabalhadores brasileiros adquirissem nova consciência de sua importância na economia nacional” (STEIN, 1979, p.178).*

De “soldados da produção” durante o conflito mundial, os trabalhadores brasileiros passariam a exigir a “fatura” das autoridades após um período de tanto esforço não recompensado. Como efeito colateral da guerra, eles assumiram um destacado protagonismo político no país, que se estendeu pelas décadas seguintes (RIBEIRO, 2015, p.272).

Ao retornar de uma viagem ao Rio de Janeiro, em 1948, para tratar de sua saúde e dos interesses da Companhia, o gerente José dos Santos Lessa foi homenageado pelos operários da fábrica em seu retorno, dizendo-se orgulhoso pelo apoio daqueles que *“mourejam pelo alevantamento da única indústria de tecidos em nosso estado” (GAZETA, 29/12/1948, p.4).* Apesar de sua frase motivacional, o contexto da empresa parecia ser outro, de novas dificuldades, bem distante daquele “período áureo” da guerra. Pouco tempo depois, Lessa lançou-se como candidato a deputado estadual no Piauí pelo Partido Social Progressista (PSP) nas eleições de 1950, ocasião em que provavelmente não estava mais à frente da fábrica (A NOITE, 17/07/1950, p.4).

Em 1953, era anunciada nos jornais a venda da massa falida da Companhia de Fiação e Tecidos Piauiense (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 07/02/1953, p.13). Um inquérito chegou a ser aberto para apurar possíveis irregularidades em um empréstimo contraído pela empresa junto ao Banco do Brasil, após concordata preventiva (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 10/02/1953, p.4). Por volta de

1957, a Companhia encerrou definitivamente suas atividades. Na Assembleia Legislativa do Piauí, deputados responsabilizaram o então governador Pedro Freitas pela falência da fábrica, colocando no desemprego centenas de operários (ASSUNÇÃO, 2005, p.44).

Sem dúvida, este foi um fim trágico para a “*grande organização fabril do Piauí*”, que era um “*orgulho das indústrias do norte*”.

Considerações Finais

Neste breve artigo, fruto de uma pesquisa ainda inicial, foi possível perceber o impulso que o contexto da Segunda Guerra Mundial proporcionou às indústrias têxteis do Brasil, tanto para atender as demandas internacionais de exportação, quanto para estimular estabelecimentos fabris menores em sua produção para o mercado interno, como foi o caso da Companhia Piauiense.

Ao analisarmos essa nova administração da empresa, iniciada em 1943 e liderada pelo gerente José dos Santos Lessa, também buscamos compreender um período pouco tratado sobre essa fábrica na historiografia piauiense ou, melhor dizendo, que veicula narrativas ainda inconsistentes, justamente pela carência de estudos sobre a Companhia Piauiense a partir da guerra.

Neste sentido, a falta de informações mais densas acabou fomentando argumentos frágeis, que buscavam explicar quase vinte anos de empresa – entre os anos de 1939 e 1957 – por meio de breves relatos, mistos de histórias e memórias, inquestionavelmente relevantes, porém imprecisos para a compreensão desta temática (MONTEIRO, 1988, p.262-264; MENDES, 2003, p.179-180). Por vezes, atribuem um certo protagonismo de “empresários do sul” na recuperação de velhas fábricas sobreviventes no contexto da Segunda Guerra, como a Companhia Piauiense, tendo passado posteriormente por donos sucessivos até sua falência. Ou ainda buscam caracterizar este período da empresa como de “insolvência” e “pré falimento”, sob a justificativa de que o mal não foi exclusivamente dos proprietários, pois as quebras de fábricas de fiação e tecelagem daquele período no Nordeste

teriam sido sucessivas. As duas assertivas, porém, ainda não se sustentam empiricamente e carecem de mais estudos.

Enquanto uma relevante produtora do setor no país, a região Nordeste possuía diversos polos têxteis de algodão, sobretudo nos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Bahia e Ceará. Entretanto, essas fábricas não apresentaram trajetórias necessariamente coesas e/ou interligadas. Desse modo, é preciso aprofundar as pesquisas e os diálogos sobre a indústria têxtil nordestina, bem como superar certas dicotomias analíticas sobreviventes, alimentadas tanto por desconhecimento sobre os estados da região, quanto por uma narrativa “interna” que, por vezes, supervaloriza o papel do “sul industrializado” como principal causa de eventuais fechamentos de fábricas têxteis locais.

Portanto, acreditamos ter contribuído, de algum modo, para o debate historiográfico piauiense, propondo diálogos e possibilidades de novas pesquisas sobre a industrialização têxtil no Piauí e em territórios vizinhos, como o Maranhão, inclusive de forma articulada, como polos para além de suas fronteiras estaduais.

Referências

A IMPRENSA [periódico pesquisado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional]. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 17/08/2019.

ALMANAK LAEMMERT [periódico pesquisado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional]. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 17/08/2019.

ALVES, Marli Costa. *História e Memória da Indústria Coelho S/A: trabalho e cotidiano dos operários de Picos (1970-1999)*. Picos: monografia de Licenciatura Plena em História, UFPI, 2012.

A NOITE [periódico pesquisado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional]. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 17/08/2019.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 1995.

ARMAZÉM PARAÍBA. *Nossa História*. Disponível em <<https://www.armazemparaiba.com.br/historia>>. Acesso em 21/09/2019.

ASSUNÇÃO, Rosângela. *A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930-1954)*. Teresina: Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, UFPI, 2005.

BORGES, João Carlos de Freitas. *A Construção d'A Civilização do Couro: Renato Castelo Branco e o Piauí em tempos de Estado Novo*. Teresina: Dissertação de Mestrado em História do Brasil, UFPI, 2014.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.639/1942*. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4639-31-agosto-1942-414553-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10/09/2019.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 4.937/1942*. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4937-9-novembro-1942-414955-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10/09/2019.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 12.715/1943*. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-12715-28-junho-1943-463427-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10/09/2019.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.452/1943*. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10/09/2019.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 6.688/1944*. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6688-13-julho-1944-379440-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10/09/2019.

BRASIL. *DOU* [Diário Oficial da União]. Disponível em <www.jusbrasil.com.br>. Acesso em 17/08/2019.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais*. Teresina: Edições Bagaço, 2005.

CETEX [Comissão Executiva Têxtil]. *Indústria Têxtil Algodoeira*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira [Monsenhor]. *Obras Completas*. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2013.

CORREIO DA MANHÃ [periódico pesquisado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional]. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 17/08/2019.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS [periódico pesquisado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional]. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 17/08/2019.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO [periódico pesquisado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional]. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 17/08/2019.

FONTINELES FILHO, Pedro Pio. *Desafiando o Olhar de Medusa: a Modernização e os Discursos Modernizadores em Teresina, nas duas primeiras décadas do Século XX*. Teresina: Dissertação de Mestrado em História do Brasil, UFPI, 2008.

GAZETA [periódico pesquisado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional]. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 17/08/2019.

GAZETA DE NOTÍCIAS [periódico pesquisado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional]. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 17/08/2019.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 3 ed.

IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. *Estado do Piauí: Monografias Estatístico Descritivas Municipais*. Teresina: Imprensa Oficial, 1939.

JORNAL DO BRASIL [periódico pesquisado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional]. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 17/08/2019.

JORNAL DO COMÉRCIO [periódico pesquisado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional]. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 17/08/2019.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves, 2003.

MENDES, Felipe. Formação Econômica. In: SANTANA, R. N. Monteiro de [org.]. *Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas*. Teresina: Halley, 1995. p.55-82.

MONTEIRO, Orgmar. *Teresina descalça: memória desta cidade para deleite dos velhos habitantes e conhecimentos dos novos*. Fortaleza: IOCE, 1988. v.3.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Cidade sob o Fogo: Modernização e Violência Policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: EDUFPI, 2015.

O IMPARCIAL [periódico pesquisado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional]. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 17/08/2019.

O JORNAL [periódico pesquisado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional]. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 17/08/2019.

O RADICAL [periódico pesquisado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional]. Disponível em <www.memoria.bn.br>. Acesso em 17/08/2019.

RIBEIRO, Felipe. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. Rio de Janeiro: tese de doutorado em História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV, 2015.

SANTOS, José Maurício M. dos; LIMA, Solimar Oliveira. Classe Trabalhadora e Espaço Urbano: o surgimento do bairro Vila Operária em Teresina-PI (1928-1950). In: *Informe Econômico*. Teresina: UFPI, dezembro 2014. a.16. n.33. p.23-27.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TAJRA, Jesus Elias; TAJRA FILHO, Jesus Elias. O Comércio e a Indústria no Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de [org.]. *Piauí*:

Formação – Desenvolvimento – Perspectivas. Teresina: Halley, 1995.
p.133-154.

TEIXEIRA, Marina Lages Gonçalves; CORREIA, Telma de Barros.
Teresina [PI]: a capital planejada e sua indústria (1850-1920).
In: *Labor & Engenho*. Campinas: UNICAMP, jul-set 2018. v.12. n.3.
p.359-377.

THE SAND DUNE WEEKLY: INVENÇÃO E FICÇÃO NO DISCURSO OFICIAL DA UNEF

*“Há muitas histórias que poderiam passar por romance,
e muitos romances que poderiam passar por histórias
considerados em termos puramente formais”¹*

Manoel Ricardo Arraes Filho²

Introdução

Na segunda metade da década de 1950, as notícias sobre o Oriente Médio davam conta de uma crise profunda face à ação militar israelense em consórcio com as forças anglo-francesas contra o Egito. Era uma reação daquelas potências à nacionalização do Canal de Suez feita pelo então presidente do Egito – Abdel Gamal Nasser. Uma das consequências da difícil e longa batalha diplomática travada pela ONU e os quatro atores envolvidos Para resolver aquele conflito, foi a criação de uma Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF na sigla em inglês para *United Nations Emergency Force*).

1 White, Hayden. *Trópicos do discurso*: Ensaios sobre a crítica da Cultura. São Paulo : Edusp, 2001, p. 137-8.

2 Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (1990), mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1998) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2009). Realizou pós-doutoramento na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), entre 2014 e 2015. É professor titular da Universidade Federal do Piauí. E-mail: ricardoarraes@uol.com.br.

Esta força de paz de natureza neutra e composta por países sem interesses econômicos imediatos na região, foi uma pré-condição que asseguraria o cessar-fogo ao tempo que supervisionaria a retirada das três forças invasoras da fronteira egípcia na zona do Canal de Suez. Tão logo aprovadas as resoluções legais e a constituição efetiva daquela força, o então Secretário-Geral Dag Hammarskjold, determinou o mais rápido possível, seu acantonamento no território do Egito. Era o elemento-chave dos esforços das Nações Unidas para apaziguar a região.

A composição inicial da força internacional contava com contingentes de dez países: Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Noruega, Suécia e Iugoslávia. A UNEF foi a primeira missão de paz da ONU e teve duração de dez anos, entre novembro de 1956 até junho de 1967, quando teve início a Guerra dos Seis Dias. Sua localização, primeiramente, se ateu ao Setor do Canal de Suez e da Península do Sinai, para pouco depois se posicionar ao longo da ADL (sigla em inglês para *Armistice Demarcation Line*) na Fronteira Internacional apenas do lado egípcio, vide figura 01.

Como afirmado acima, a principal função da UNEF era supervisionar de forma segura a cessação das hostilidades na área, incluindo a retirada das forças armadas da França, Israel e do Reino Unido do território egípcio e, após isso, servir como um amortecedor entre as forças egípcias e israelenses. Dez anos mais tarde, em maio de 1967, o presidente Nasser – do Egito – exigiu a retirada da UNEF de suas fronteiras alegando que entraria em guerra contra Israel. Seu Quartel General estava localizado na cidade de Gaza. Aliás, a Força internacional ficou dentro dos limites da Faixa de Gaza que possui aproximadamente 64,5 Km de extensão por pouco mais de 8 km de largura.

Nos dez anos da Missão, o Brasil enviou vinte contingentes à Palestina e contou com mais de 6.300 militares. A Força também era apoiada por pessoal civil, tanto de internacional quanto árabes recrutados localmente. Durante a existência da UNEF, morreram

107 voluntários, sendo 106 militares e funcionário civil local. Oito deles eram brasileiros.

MAPA DA FAIXA DE GAZA



Fig. 01.
Fonte: Google maps

Na imagem acima também podemos observar os principais núcleos urbanos da Faixa de Gaza: Rafah City (ao sul), Khan Younis e Deir Al Balah (ao centro) e Gaza City e Beit Hanoun, ao norte da estreita faixa palestina de pouco mais de 365 km² e limitada por Israel, a Leste, e Egito, ao Sul. O Brasil assumiu postos em El Arish e em Rafah, onde concentrava seu Posto de Comando (PC).

Dentro da estrutura administrativa da UNEF no Quartel General sediado na cidade de Gaza, havia o Escritório de Informações Públicas, órgão equivalente ao Serviço de Comunicação Social da Força, publicava um semanário que servia para a informação e a divulgação das ações, do contexto e dos bastidores daquela força, como veremos no tópico a seguir.

O Jornal *The Sand Dune Weekly*

Este ensaio trata da análise do que chamamos de “discurso oficial” da Primeira Força de Paz da ONU, tendo como base várias matérias jornalísticas difundidas nas páginas do semanário. A análise será feita a partir da leitura crítica das matérias que aparecem nas páginas mimeografadas do jornal oficial da Missão, intitulado “*The Sand Dune – the UNEF Weekly*”.³

Percorrendo as páginas do “*The Sand Dune*” encontramos as idéias, opiniões e percepções de seus editores e que marcam indelevelmente o discurso impresso nestes escritos sobre o deserto do Sinai. É a semântica da Missão. Nesta edição de fins de 1962, o semanário traz dez matérias; do ponto de vista da sua composição e organização gráfica o semanário dedicava uma matéria para cada página. Enquanto órgão oficial da Missão, o jornal procurava enaltecer os quadros dos diversos contingentes militares ali presentes. Para tanto, as matérias trazem sempre o cunho positivo da Missão, a importância política e o seu alcance humanitário naquela região do Oriente Médio. Entretanto, o discurso oficial presente no referido jornal também termina por revelar algumas representações acerca dos batalhões, os diferentes hábitos, culturas e modos de vida de cada um.

Percorremos nestes escritos a economia da arte de fazer e distribuir, de cruzar o deserto, das sensibilidades e até o preparar o pão para a tropa. No conjunto dos conteúdos daquela edição, o jornal inventa e inventaria a Missão em micro-histórias e com poesia, escavando poeira, emoção e sensibilidade onde geralmente só vemos, de um lado, fardas, armas e tanques, e, do outro, a

3 O jornal *The Sand Dune*, em português, “Duna de Areia”, era um semanário publicado pelo setor de informações públicas do Quartel General da UNEF (*Office of Public Information, HQ UNEF*) e saía sempre às sextas-feiras. A edição em tela foi publicada a 26 de Outubro de 1962. A Equipe editorial da presente edição era composta por I. Ramamohan Rao (Editor), Grujo Zlvkovic e O. Dich, do Escritório de Informações Públicas. *The Sand Dune – the UNEF Report*, vol. VI, n.º 43, 1962.

aridez do deserto, a miséria, a dor, o sofrimento e o degrado de um povo sem pátria.

FAC-SIMILE DA CAPA DO JORNAL THE SAND DUNE

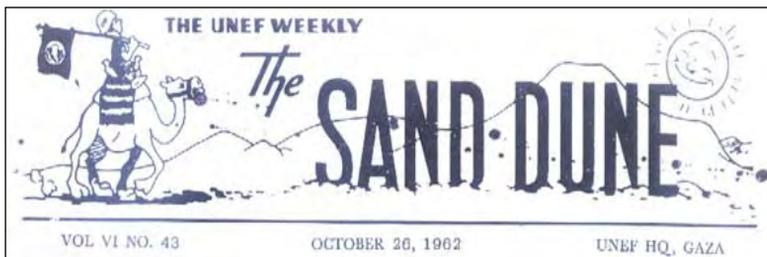


Fig. 02.

Fonte: www.batalhaosuez.com.br.

O jornal era escrito em inglês – a língua oficial da Missão – e sua linha editorial comandada por oficiais canadenses. Publicado às sextas-feiras pelo Departamento de Relações públicas da UNEF, o jornal *The Sand Dune* servia como elemento de divulgação e ligação entre o oficialato e os praças. Em sua linha editorial procurava destacar todos os batalhões que serviam na Missão. Na função de divulgadores e propagandistas da UNEF procuram elevar a figura do soldado da paz pelo desprendimento face às dificuldades enfrentadas na Missão, exaltando a todos os que serviam fosse no *front* ou na retaguarda. Já as narrativas dos militares brasileiros ouvidos na pesquisa fornecem uma percepção bastante particular acerca dos canadenses.

De uma forma geral, há uma percepção negativa e limitada: eles são os “bêbados” da Missão. Enquanto as representações dos canadenses sobre si mesmos encaminham-se, é claro, por outros rumos, e são totalmente opostas do que viam e pensavam os brasileiros. Enquanto os primeiros enaltecem, os segundos depreciam.

Representações sobre o ser e os afazeres

Na presente edição disponível na internet, há um texto cuja análise leva a crer que se trata mais do que uma simples reportagem sobre os acontecimentos da semana, mas é a base da edificação de um discurso que, no limite, desenvolve uma certeza: a de que a imagem representam a importância da missão para a região conflagrada e sobre *o ser* um soldado UNEF em geral.⁴

O alimento da Força

Embora o jornal *The Sand Dune* fosse de responsabilidade do Escritório de Informações Públicas da UNEF, presume-se que eram os oficiais do Batalhão canadense quem o escrevia, editava e cuidava da circulação interna, distribuindo gratuitamente aos diversos contingentes ali estacionados. Essa inferência tem por base o fato de serem os canadenses os responsáveis pela logística da Missão. Além do mais, grande parte de seu efetivo estava baseado nas instalações do QG em Gaza. O semanário era todo escrito em inglês, e isto era uma barreira à sua leitura, especialmente para os brasileiros. Aliás, há poucas referências à existência desse jornal nos depoimentos orais e escritos obtidos na pesquisa. As exceções são os ex-sargentos piauienses Coimbra e Conrado que afirmaram que em algum momento leram o referido periódico.

Em sua edição de número 43 publicada no ano de 1962, há um artigo intitulado *Food For The Force*⁵, encontramos espaço para uma excursão pela variedade de menus servidos para os batalhões espalhados na Faixa de Gaza. O jornal enfatiza o papel do Batalhão canadense à frente da logística da UNEF, e que naquele emaranhado de funções sob seu domínio, entre outras coisas, estava a de “alimentar homens e máquinas da Força”. E é verdade. Os 171 oficiais e homens daquela unidade eram comandados

4 A periodicidade do jornal era intermitente. Na internet há apenas 17 edições esparsas referentes aos anos de 1962, 1964, 1965 e 1966.

5 “Comida para a Força”, na tradução em inglês.

pelo Maj ML Kohli. Eles entregavam as rações e dos suprimentos para toda a Força, cuidavam da Área de Manutenção da UNEF e pelotões forneciam parte da cobertura de transporte. Todas as manhãs, os veículos de todos os contingentes rumavam para o Armazém da Companhia de Suprimentos no Campo Rafah. Ali, eles coletavam alimentos frescos – carne, batata, frutas e vegetais e, três vezes por semana, pegavam rações secas.⁶

O jornal também apresenta alguns números acerca da administração doméstica – o *quantum* e a variedade de comida diária, ao tempo em que inventaria as *manias* e o gosto dos consumidores, enfim, os seus costumes eivados de conotações da cultura alimentar de cada batalhão. A descrição rápida enfatiza a economia da diversidade dos gostos de cada batalhão: o que comiam indianos, brasileiros, suecos, dinamarqueses e noruegueses. É interessante notar que, ao Batalhão canadense, cabia inclusive a fabricação de sorvete e dos pães que alimentavam os Boinas azuis.

Habilmente o jornal vai desenvolvendo seu discurso, se posicionando face ao trabalho realizado de onde tira o lucro da ordem estabelecida. Para o editor a obrigação e o prazer faziam parte do *fazer a Missão*, do fornecer toda substância introduzida na nutrição dos boinas azuis, fabricando o necessário, toda substância que introduzida no organismo da Tropa nutria, dando vida e alento aos homens e às máquinas da Força. Uma missão da qual se comprazia, postulando a eficiência e a eficácia na execução das tarefas, nos serviços e nas atividades que lhes cabiam executarem.

No limite, expõe o léxico do *bom policial* no cumprimento da economia das ordens adstritas para aquele espaço. De acordo com as informações do Jornal, a Força devorava cerca de 13.600 quilos de comida por dia – cerca de 2,2 kilos por homem. 1.800 kilos de batatas, 1.500 kilos de legumes e de carne, outros 900 kilos de frutas e quantidades consideráveis de pão, suco de frutas e outros

⁶ *The Sand Dune*, *op cit*, p. 4.

itens. Cerca de 12.000 ovos eram contados a cada dia. É claro, as escalas de emissão não eram uniformes e os itens não eram sempre os mesmos. O jornal indicava ainda que os indianos não comiam carne bovina e seus alimentos exigiam muitos condimentos. Já os brasileiros gostavam de feijão preto, enquanto o batalhão sueco apreciava amora e os dinamarqueses e noruegueses comiam pão de centeio e farinha.⁷

Há no discurso ali produzido, o enunciado positivo dos responsáveis pela arte de viver na Missão. Legisladores de uma *arte de fazer* e de distribuir o necessário para a vida. O Batalhão do Canadá localizado em *Rafah Camp* era o grande centro distribuidor da energia vital para o funcionamento da UNEF; lugar de pulsão para onde se dirigia o cortejo incessante dos “heróis obscuros”, chegando e saindo dos depósitos na recolha dos materiais necessários a todos os demais setores.⁸ O sistema de partilha funcionando celeremente era um epicentro de serventuários, entregadores e receptadores dos diversos batalhões. Ali se articulava o sistema de abastecimento, espaço inicial e terminal e o ponto que, de alguma maneira, interagia com os demais batalhões.

A matéria enumera as partes essenciais do sistema de distribuição e da logística canadense. Ela é um tipo de composição lexical que com adjetivos positivos, de modo que o leitor tivesse uma imagem a mais exata possível daquela atividade. Na enumeração das qualidades e/ou características das suas funções, o discurso guarda relação direta com o épico e nada escapa à dinâmica economia do cotidiano de receber, armazenar e distribuir aos fregueses e frequentadores em busca dos mantimentos nos

7 *The Sand Dune, op cit.*, p. 4.

8 De acordo com o jornal, eram consumidos dois mil pães todos os dias. O batalhão iugoslavo era o único que não dependia da oferta de pão. Diariamente, eram distribuídos 30 mil litros de gasolina, 5.000 galões de diesel e 700 litros de querosene – no inverno – e 200 litros no verão. Havia um Departamento de Transporte Aéreo que fornecia gasolina, óleo e lubrificantes. O combustível chegava dos depósitos de armazenamento da ONU em Suez por via férrea e era armazenada atrás do Armazém Central, a maior parte em tanques subterrâneos.

armazéns de *Rafah Camp*. Na ementa variada dos ingredientes que compunham os pratos de uma refeição na Missão, constavam ração fria, condimentos e frutas frescas; peças, engrenagens, óleos e querosene. Enfim, um *menu* variado da economia doméstica da Missão, nos permite conhecer os ingredientes para nutrir homens, lubrificar máquinas, substituir peças e o manusear as pranchetas com tudo que era dado, gasto, perdido e, ou devolvido.

A redação da *The Sand Dune* inventava uma página importante no cotidiano do grande condomínio da UNEF. Nas suas páginas soubemos que os suprimentos chegavam a Rafah todos os dias a partir (da cidade) de Port Said e (da cidade) do Cairo, nos veículos da UNEF e em vagões ferroviários. Eles eram descarregados no armazém, contabilizados e guardados até serem emitidos para os batalhões. A unidade também operava uma usina de sorvete e uma padaria. O sorvete era fornecido para cada Companhia duas vezes por semana.

Retiradas dos “*anais do anonimato*”⁹ estas micro-histórias marcam os *anais do cotidiano* e enriquecem sobremaneira a memória da Missão. Através delas, podemos observar os relatos “banais” das pressões do dia-a-dia para o suprimento, a divisão de tarefas e a distribuição dos donativos, dos gêneros alimentícios, roupas, peças, óleos etc. que eram de extrema importância para o funcionamento da UNEF naquela região. Podemos observar ainda que este “trabalho invisível” era especializado e demandava o conhecimento das especificidades dos batalhões e das injunções do tempo.

Assim, as estações do ano na Faixa exigiam quantidades diferentes de suprimentos – “700 litros de querosene no inverno, 200 litros no verão” –. No texto da matéria em análise, o redator traça o perfil dessa economia de consumo e gastos que tornava a vida mais harmoniosa do ponto de vista do conforto, bem-estar físico de homens e funcionalidade de máquinas estacionadas no

9 Expressão cunhada por Valéry, citada em Certeau, Michel (org.) *A invenção do Cotidiano*, vol.2. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 23.

deserto do Sinai. O depósito de lubrificantes também mantinha estoque de antisépticos e inseticidas.

O pelotão de transporte daquela Unidade faz parte da Companhia de Transporte da UNEF. Eles operavam principalmente veículos pesados e forneciam transporte necessário para a Força. As viagens incluíam longos comboios para o Cairo ou Port Said – em algum momento para Sharm el Sheikh ou viagens mais curtas dentro da área operacional da UNEF e dentro do acampamento.¹⁰

Na retórica da informação, o jornal fazia questão de enfatizar o papel canadense de fornecedores eficientes e do atendimento das necessidades da vida cotidiana, o *de beber* e o *de comer* em uma Missão marcada pelo “cosmopolitismo” de sua composição, o que exigia muito trabalho e abnegação dos canadenses. Enfim, poderia até não ser um trabalho *glamoroso*, mas era gratificante, e etiquetava-lhes o selo da produtividade exigida.

O jornal ressaltava que aquele ambiente concentrava uma multidão cosmopolita e que os soldados canadenses da Unidade 296, não tinham dificuldades para se misturar com pessoas de outros contingentes. Além disso, devido à natureza do trabalho, e, por sua função logística, era a que operava mais próxima dos outros contingentes eles precisavam atuar em estreita colaboração com outros contingentes. Podia até não haver muito glamour em seu trabalho, mas eles eram ‘trabalhadores aficionados’.¹¹

Uma Expedição No Deserto

Com vistas a cotejar todos os contingentes da Missão, o jornal *Sand Dune* traz nas páginas cinco e seis da edição em tela, uma longa reportagem-depoimento escrita pelo capitão canadense O’Regan. Denominada de *Desert Expedition* é uma descrição poética sobre a geografia, os elementos e a dureza de atravessar a *paisagem surreal* o deserto do Sinai. A matéria tem

¹⁰ *The Sand Dune, op cit*, p. 4.

¹¹ *The Sand Dune, op cit*, p. 4.

início com a descrição idílica do amanhecer estrelado e do “céu claro do deserto”. Diz ele:

O brilho no céu do deserto ainda permanece com o brilho das estrelas. Abaixo, o silêncio de *Rafah Camp* é quebrado pelo barulho do aquecimento dos motores. São quatro da manhã. O trabalho é um comboio para Sharm el Sheikh, na ponta sul da Península do Sinai. Uma viagem que nos levará perto dos traços mais antigos da civilização. É perto de onde a religião moderna tradicionalmente começou. É o começo de um ou muitos trabalhos de longa distância realizados pelo 56ª Companhia de Transporte Canadense (RCASC) para a Força de Emergência da ONU. É preciso muito planejamento para uma expedição no deserto. Para a maioria dos motoristas, é quase um procedimento padrão. Os 669 km de cada viagem são nada em comparação com o total de mais de 16 mil quilômetros mensais percorridos pela Unidade. É um trabalho duro e longo em um clima quente e úmido.¹²

A expedição no deserto irá atravessar a aridez da Península do Sinai e se encontrar com os mais antigos restos da civilização, perto de onde três religiões que comandam grande parte dos habitantes da terra, tiveram início e convivem de maneira difícil. Ao logo da viagem encontram elementos naturais que teimam em viver naquelas condições e, de relance, observam alguns *blue berets* que foram destacados para aquelas quentes e remotas regiões do Oriente Médio. Submetidos a uma missão comum, mas nada sofisticada ou glamorosa, o capitão descreve tudo o que vê como quem faz confidências a um diário, o conteúdo da carga a qual eles tinham que carregar na viagem: máquinas, usina para transformar água salgada em água potável em Sharm El Sheik, substituindo uma antiga usina de destilação instalada no distante 1943 pelos britânicos.

Lá, na junção do Mar Vermelho e do Golfo de Aqaba, uma pequena unidade de guarda sueca apoiada por uma dúzia de soldados canadenses, mantém o controle sobre o Estreito de Tiran. Observam e denunciam a navegação. Normalmente,

12 *The Sand Dune*, op cit. p, 5.

os insumos são transportados pela 115ª ATU (Unidade de Transporte Aéreo) da Força Aérea Real Canadense (RCAF). É uma grande quantidade de carga, duas vezes por semana. Nossa carga mais pesada é uma nova usina de destilação de água para o destacamento da Unidade de Engenheiros Canadenses (*Royal Canadian Engineers*). É para substituir uma instalada pelo Exército Britânico em 1943. Os sapadores convertem as águas salgadas do Mar Vermelho em fonte de água doce em Sharm.¹³

Entre os utensílios de sobrevivência que qualquer soldado tem que carregar, os canadenses não dispensaram na referida viagem, um líquido que terminou por se transformar na sua maior fama na Faixa: muitas caixas cerveja.

Junto com os estoques de conforto, carregamos muitas caixas de cervejas. Uma mercadoria inestimável em um dos lugares mais solitários e mais quentes da Terra. Alguns dizem que estão no fim do mundo. Nós concordamos. Nosso comandante do comboio, o tenente Gilles Beaulieu, fez uma última verificação nos homens e veículos. Temos nossas armas, cantis, utensílios, sacos de dormir, berços e garrafas de água preenchidas. Depois de dar ordens finais, o tenente Beaulieu abanca-se no jepp para nos guiar. De seis caminhões de carga de 2 ½ toneladas, um leva a usina de destilação, dois levam gás e óleo, dois levam o abastecimento a cantina e outro leva nosso suprimentos e rações. O último veículo também puxa um reboque de água pesada para homens e máquinas na rota.¹⁴

Como podemos observar nem a severidade do clima e da geografia, ou a disciplina característica do militar e a árdua tarefa a executar, conseguiram drenar o senso literário da pena. A verve poética para informar e descrever, descendo com o suor, molhando e endurecendo a poeira camuflada nos uniformes. Assim, paira uma suavidade e delicadeza na descrição “absolutamente exata” do que seria o amanhecer frio no Sinai enquanto a viagem tem o seu início. Diz ele:

13 *The Sand Dune, op cit.* p, 5.

14 *The Sand Dune, op cit.* p, 5.

Estamos em movimento. Nossos faróis misturam-se com luzes dos holofotes da torre de guarda ao redor do acampamento. O clima está bom. Sopra um vento agradável entre nossos caminhões. Cada veículo tem um motorista reserva para a longa viagem. Depois de passar a barreira do portão do acampamento, agitamos em nossa velocidade de marcha de 56 km por hora com intervalo de 45 metros entre os veículos. O deserto é silencioso. Nada nos aguarda na primeira hora, exceto areia estéril, plana e uma estrada pavimentada e sinuosa. Quando nos aproximamos (da cidade) de El Arish, passamos no obscuro campo do Batalhão iugoslavo, dirigimos entre altas tamareiras e depois passamos junto à base da Marina, que abriga nossos companheiros canadenses da 115ª Unidade de Transporte Aéreo (ATU).

Sol, aridez, a vida e a *não-vida* vão se delineando na paisagem desértica e na crônica da UNEF. Pedras, montanhas, animais e gente surgem e desaparecem. Realidades e miragens, harmonias e dissonâncias, são fragmentos empoeirados, impregnados na memória do oficial canadense, enfileirados numa descrição bem cuidada. Um capitão interessado em representar o que vivia e via, antecipando o historiador, imitando-o e fazendo-se poeta, compondo seu discurso na literatura impensável, descritiva, imaginativa dos eventos esquecidos de dias e noites que não voltam mais.

Daqui é em diante é uma viagem direta para El Qantara e o Canal de Suez. O cenário muda para os mares de areia e o sol começa a se elevar acima das dunas para iluminar o vazio do deserto. Há pouca vegetação para ser vista e, ocasionalmente, podemos ver o Mar Mediterrâneo à nossa direita. Em [cidade palestina de] El Qantara estamos no horário. O deserto se agitou e vemos camelos pesados e carregados por beduínos com longas camisas brancas. Eles são pessoas completamente independentes que, normalmente, não possuem lealdade a nenhum homem ou bandeira. Mas nós da UNEF parece termos adquirido alguma medida de sua amizade. Durante séculos, eles percorrem o deserto, buscam pastagens por curtos períodos de tempo e constroem pequenas habitações em forma de lua costuradas com pelos de ovelha e cabra. A sua vida é difícil, mas para os beduínos não há outro modo de vida para um homem. Nós devolvemos (o aceno) com uma saudação amigável.¹⁵

15 *The Sand Dune*, *op cit.* p.6. Tradução nossa.

Na sequência, a reportagem-depoimento possui um subtópico denominado ***Onward To Suez***.¹⁶ O capitão O'Regan segue descrevendo eventos e paisagens e enfasiado pelo calor, pela aridez e pela beleza paradoxal do deserto, pode observar o impensável: navios no deserto, verdura aqui e ali e a dura vida no estéril. De volta o binômio: realidades e miragens, vida no infrutífero, partes deste enredo entusiasmado, temos a elaboração de um texto colorido com imagens concretas e ilusórias no itinerário de Suez. Há aqui uma sobeja quebra de paradigmas – representações – sobre o deserto. Como quem escreve um diário de bordo, ele redige sensações e impressões pessoais sobre a natureza tocada pelo homem – o deserto rasgado para o tráfego de navios. Alinhando elementos para uma memorabilia fragmentada de um evento histórico que moldou de alguma forma as suas percepções. O'Regan deixou fragmentos sobre o que via e sentia para si e para serem coletados e lidos no futuro:

À nossa direita, os navios mercantes e os petroleiros parecem se levantar da areia enquanto seguem seu caminho ao longo do Canal de Suez. Descobrimos que o deserto raramente é deserto. Agora, há cabras de cabelos longos e carneiros pretos conduzidos por mulheres beduínas com roupas pretas e crianças descalças e de aparência descarnada. Os beduínos parecem surgir do nada e, de repente, desaparecem para o lado nenhum. Depois de um par de pausas para um cigarro, dez minutos a cada hora, e com o sol atingindo a altura do pico no céu, chegamos aos arredores da cidade de Suez e continuamos a viagem. À distância, à nossa esquerda, há uma variedade de colinas com aparência de cúpula. Estamos em um terreno plano e arenoso. Pequenos arbustos semelhantes a cardos dividem a paisagem. Ocasionalmente, há uma árvore solitária e torcida. As ondas de calor começam a brilhar sobre a areia. E alguns de nós começamos a ver miragens. À distância, a tranquilidade de um lago azul profundo protegido por árvores verdes frescas. Mas quando nos aproximamos, a cena enganosa desaparece na areia amarela. Os ventos que atravessam os carros agora são quentes e podemos sentir o calor do teto de metal do caminhão. Concentrar-se na condução ajuda a evitar que pensemos no sol escaldante.¹⁷

16 Tradução livre minha para “A caminho de Suez”.

17 *The Sand Dune*, *op cit.* p. 6. Tradução nossa.

Beduinos vestidos de branco e seus camelos, mulheres de vestes negras e suas cabras e crianças esqueléticas e descalças; gentes e animais, seres que vagam sem nenhuma autoridade ou bandeira a seguir. De fato, na dureza concreta da vida beduína, não havia nenhuma atitude ou aproximação daquela gente com ideais ocidentais abstratos, de nacionalidade, democracia, etc. Na miséria e no degredo, sobreviver já era a “máxima glória”. Naquele ambiente de alteridades, lufadas de *la rage et l'orgueil* sacudia turbantes puídos e uniformes militares. Cartografando um cenário ora vazio, ora preenchido, o canadense presumia o impoderável: alguns centímetros de amizade conquistada no nomadismo dos encontros e na aridez dos acenos à distância.

Penetrar no deserto é encontrar um país de montanhas, minas de manganês e cobre, pequenas vilas como EL Tor, Abu Zenina, Sarabit el Kadim, campos de petróleo e traços de um Egito cuja História que remonta a 4.000 anos a.C. A paisagem do deserto também traz-lhe lembranças dos lugares de memória distantes dali, experimentados no passado: o *Grand Canyon*. O Monte Sinai e lugares sagrados revolvem traços de história apreendida e agregam detalhes da saudade e a memorabilia religiosa, ela mesma nascida ali perto:

No [vilarejo palestino de] El Tor, pausamos brevemente e começamos as últimas horas da viagem. Ainda há luz do dia, enquanto atravessamos montanhas de pedra calcária. Passamos através de *canyons* que parecem semelhantes ao *Grand Canyon* dos Estados Unidos. Cerca de 48 quilômetros a leste à medida que o corvo voa, e muito mais longo e torturante por veículo, esta o Monte Sinai o local tradicional onde Moisés recebeu os Dez Mandamentos – fonte das crenças cristã, muçulmana e judaica. Jebel Musa (Monte de Moisés) é um pico de mais de 2.100 metros de altura, situado no meio da enorme gama vermelha de grafite e arenito. A seus pés fica o Mosteiro de Santa Catarina, construído no local do Arbusto Ardente (Êxodo 3: 2-5) em 520 dC, pelo Imperador Bizantino Justiniano, e desde então, continuamente, ocupado por monges cristãos. Vez por outra, chegamos às margens do Golfo de Suez. E então, retomamos uma subida em um segundo cinturão de montanhas à medida que o sol se põe e o céu escurece. A estrada é estreita e serpenteante, uma série de

curvas “S” graduais, até atingir o alto acima do vale. No caminho para baixo, circundamos a ponta do Sinai. Na luz estranha e falha, vemos uma mistura de vales e terra cortada, cicatrizada e estéril que deve ser como a superfície da lua.¹⁸

Para além do brilho da areia, a paisagem singular e sinuante, a estrada também revelam as relíquias da guerra árabe-israelense. Junto aos componentes naturais onde a *não-vida* predomina mas não reina sozinha. O conflito árabe-israelense agregou na extensão do território um panorama desolador da incapacidade de luta a que o exército egípcio foi reduzido no conflito intestino da Faixa. Restos de guerra; guerra que ainda ecoa. Mas *estar ali* representa a existência de seu lapso, elemento de engenharia política articulado pelas forças externas – a ONU e seus membros – *invenção*, invasão e ocupação, uma e outra mal digerida tanto pelos árabes como pelos israelenses.

Então, quando passamos pelas relíquias da guerra entre Israel e Egito de 1956, caminhões e transportadores esmagados e queimados, observamos nosso objetivo (de estar ali). À frente estão uma série de edifícios isolados que compõem o posto avançado de Sharm el Sheikh [...] Perto, estão campos de minas abandonados (pelos israelenses), tanques, veículos e trincheiras quebradas. Rochas ardentes brotam do chão como colinas e montanhas de cores variadas formando um pano de fundo pitoresco.¹⁹

De um modo geral, o texto do capitão O’Regan encerra um conjunto de representações despedaçadas e outras representações construídas no calor da viagem e nos solavancos das estradas sinuosas e empoeiradas. Percepções sobre o Egito e sobre o deserto, mais sobre o deserto. Um país segundo o capitão canadense, a um tempo “estranho e fascinante” que, o pouco tempo para o turismo e a obrigação da Missão, não permitiam visualizar mais detidamente as cenas e o espetáculo. A frase final desta crônica é

18 *The Sand Dune, op cit*, p.6. Tradução nossa e nota do autor.

19 *The Sand Dune, op cit*, p. 6. Tradução nossa e nota do autor.

uma maneira de legitimar e tornar épica a “aventura” de cruzar o deserto a serviço da paz. Diz ele:

Mas a nossa visita acabou e agora devemos começar nossa expedição de retorno. Dirigimos pelos 24 mil quilômetros quadrados da Península Sinai, mas tivemos pouco tempo para visitar os locais históricos. Talvez outro dia. Dizem que o que está aqui hoje esteve aqui ontem e ainda estará aqui amanhã.²⁰

Em suma, o objeto textual alinhavado pela pena do capitão canadense imprime uma arte de fazer, de inventar as instâncias e compor os elementos concretos e psicológicos de uma viagem, vida e “não-vida” estampadas no itinerário de uma missão cotidiana: entregar uma usina purificadora de água. Tornar água do deserto em líquido potável era uma missão para a vida. A reportagem-depoimento revela a sua capacidade de imaginar e representar o Egito, a paisagem natural – o deserto e o mar – e a artificial – as cidades, o Canal, os arremedos de estradas e a usina de tratamento de água.

O moderno e o arcaico desfilando em sua visão, escorrendo entre seus pensamentos saltando para a pena, desvelando um mundo “estranho e fantástico” que saboreamos na leitura de sua poesia sobre um tempo remoto que não retornará. Ao ler suas memórias percebemos em metonímias, sinédoques, aliteraões – suas representações – permitindo que vejamos beduínos aparecendo, desaparecendo, o mar surgindo e fugindo, montanhas e cidades tudo da mesma coloração, e, enfim, extasiar-se com os navios singrando incólumes nas areias do deserto.

Conclusão

O jornal dá voz ao anônimo e constrói pedaços de memória coletiva sobre a UNEF. Percorrendo as páginas do jornal *The Sand Dune*, vamos abrindo pacotes de micro-histórias banais do que era dado, feito, protegido. Ocorrências, encontros fortuitos

20 *The Sand Dune*, *op cit.* p, 7. Tradução nossa.

e cenários comuns são matérias-primas de relevância para aquela história eivada de mistérios e paixão. Enfim, o jornal nos apresenta histórias do trivial, banalidades retiradas do cotidiano de uma missão de paz internacional, ocorridas no início da década de 1960. As notícias impressas com tintas já gastas pelo longo período do ocorrido são fontes de excelência guardada na poeira e nas dobras do tempo. Elas estavam fadadas ao esquecimento inevitável e à ignorância cultural. Agora foram resgatadas para a feitura do texto escrito e conservação definitiva.

Por fim, na economia descritiva dos vários batalhões, o jornal *The Sand Dune* vai escavando fragmentos, pedaços daquela realidade, construindo a memória escrita que ora lapidamos neste pequeno trabalho. Dessa forma, redimimos do esquecimento alguns micro-acontecimentos, uns insignificantes outros oficiais que, de resto, se perderiam inelutavelmente da memória daquela que foi a primeira missão de paz montada pela ONU e que, durante os seus dez anos de duração, encetou uma paz relativa naquela região conflagrada.

REFERÊNCIAS

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. *Batalhão Suez: História, memória e representações dos soldados brasileiros (1957-1967)*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

CERTEAU, Michel (org.) *A invenção do Cotidiano*, 2 vols. Petrópolis: Vozes, 1996.

JORNAL

The Sand Dune – the UNEF Weekly. Vol. VI, nº 43. Edição outubro de 1962.

NA BEIRA DOS RIOS, A MARGEM DA CIDADE: CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO FEMININO NA CIDADE DE TERESINA-PI (DÉCADA DE 1970)

*Yasminn Escórcio Meneses da Silva*¹

*Marcelo de Sousa Neto*²

Introdução

Discutir o contexto socioeconômico que envolve as formas de acesso ao trabalho na cidade de Teresina, e de forma especial ao trabalho das lavadeiras de roupas da cidade, requer a atenção de se perceber o contexto histórico em que na capital propagavam-se pensamentos e ações ancorados no discurso da busca do progresso³. Seus efeitos refletiram-se não somente em conformação territorial,

1 Mestrado em História do Brasil pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Piauí. E-mail: yaesc24@gmail.com.

2 Professor Associado da Universidade Estadual do Piauí e do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória. Professor do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil - UFPI. E-mail: marcelo@ccm.uespi.br.

3 A ideia de progresso entendida baseia-se no entendimento de que das inúmeras transformações estruturais que representavam o crescimento da cidade, que seria modernizar-se através de construções significativas e utilitárias para sua população. Dentre esses fatores notamos também, o desejo de uma limpeza dos espaços centrais, higienizando-os, modernizando-os, para garantir um espaço salubre e esteticamente aceito aos moradores e a seus visitantes, bem como o oferecimento de mais oportunidades de empregos. Acerca do processo de transformações por que passou Teresina na década de 1970, ver: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.

mas também sobre sua organização social, resultando em uma cidade que se transformava, no que diz respeito às maneiras de viver e conviver numa cidade em transformação.

Teresina, quando de sua criação em 1852, foi planejada como capital do Piauí e nasceu desde cedo junto à pobreza e o desejo de modernidade ao seu lado (NASCIMENTO, 2001). A região escolhida para a capital inseriu-se nas estratégias econômicas do estado para desenvolver a Província, em que se esperava um melhor aproveitamento da navegabilidade da bacia do Parnaíba, aliada ao controle do comércio local e uma melhor comunicação entre as províncias e com o restante do mundo (GANDARA, 2008).

Em razão da criação da nova capital, as migrações tornaram-se frequentes, acentuando-se ainda mais no início de século XX. Uma cidade ainda jovem e com ares rurais começa a crescer desordenada, de forma estrutural e econômica, pois não havia emprego nem moradias adequadas para uma parcela significativa de sua população, cuja maioria era composta por pessoas pobres, que iam para o centro urbano em busca de melhores condições de vida (CASTELO BRANCO, 2013. p. 126). A esse respeito, observa Castelo Branco,

Esses números tendiam a crescer periodicamente, devido às secas que assolavam os Estados nordestinos. A cidade tornava-se polo de atração para as massas imigrantes, que saíam de suas terras em busca de melhores condições de vida [...] As possibilidades de trabalho para essas massas de pessoas, que viviam sempre perseguidas pela necessidade, eram restritas. A cidade contava com poucas indústrias, e o setor de serviços era por demais pequeno para absorver toda a mão-de-obra disponível (CASTELO BRANCO, 2013, p.126).

Desse modo, a cidade se constituiu como espaço possível para a sobrevivência e horizonte de melhorias em variados aspectos para esses migrantes, mesmo que de maneira marginalizada⁴, ou

⁴ Entendemos o termo no que se refere tanto a uma relativa parcela da sociedade que estão vivendo na margem da cidade, territorialmente, quanto ao seu poder

seja, com trabalhos informais e não regulamentados pelo poder público.

Entre essas práticas marginais ou informais de inserção no mercado de trabalho da cidade, para as mulheres, o trabalho como lavadeiras surgiu como alternativa viável, prática observada por todo o século XX, estimulando o desenvolvimento da presente pesquisa. No entanto, para aprofundar o conhecimento acerca da condição social das lavadeiras de roupas em Teresina, tendo como ambiente para executar suas tarefas os rios Poti e Parnaíba, é pertinente, sobretudo para a historiografia brasileira e piauiense, atentar a abordagem do tema, com ênfase na inserção feminina no trabalho por meio da configuração do espaço urbano. A análise do espaço físico no qual as lavadeiras trabalhavam, tanto nos rios quanto nas lavanderias comunitárias, remetem-nos a uma observação atenta sobre o espaço físico, urbano e ambiental da cidade.

Como fontes analisadas, foram utilizados dados estatísticos, resultantes dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, entrevistas baseadas na metodologia da História Oral, além da utilização de variadas matérias dos jornais que circularam na cidade durante o período recortado pela pesquisa, entre eles o *Jornal O Dia*, *Jornal Do Piauí* e *Jornal O Estado*. Outras fontes relevantes para a fundamentação da pesquisa foram as mensagens dos órgãos do governo, tanto estadual quanto municipal, direcionadas ao poder Legislativo.

De migrantes a “construtores” da cidade em movimento

A cidade de Teresina, na década de 1970, encontrou-se em meio a variadas intervenções no seu ambiente territorial. Esse processo idealizador do progresso - que tende a embelezar e

aquisitivo e simbólico que foge ao padrão imposto pela maior parte da sociedade que vive abastada social, econômica e culturalmente. Para mais informações ver: LIMA, Antônia Jesuíta de. *As múltiplas faces da pobreza: forma de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003.

higienizar a cidade com mudanças arquitetônicas - acabou por reconfigurar e transformar a vida e o cotidiano dos moradores da capital.

A intenção de organizar e projetar a cidade permeia o imaginário da capital desde o século XIX, cuja ideia baseava-se em disciplinar seus habitantes, tanto no que se refere ao controle social, como em termos de trabalho, para manter uma conformidade com a cidade em progresso. Logo, ao mudar seus hábitos os seus cidadãos deveriam por consequência se adequar a tal. E essa perspectiva refletia-se em todos os âmbitos da sociedade teresinense, muito além de apenas estrutural, estendia-se ao comportamento.

Entretanto, o projeto de embelezamento e modernização da capital era obstruído por uma realidade bem diferente e de difícil correção. Com as crescentes migrações do interior do Estado e estados vizinhos para Teresina, a população da capital cresceu desordenadamente. Essa desordem se refletiu na dificuldade de acesso a bens e direitos, a exemplo da moradia, emprego, educação e saúde, problemas identificados por Maria Mafalda Baldoíno Araújo, já nas primeiras décadas do século XX, ao destacar,

O crescimento populacional na capital do Piauí, advindo das migrações, não foi acompanhado por oportunidades de trabalho. Parte dessa população não tinha sequer condições físicas para trabalhar e o número de mortes não era pequeno, em decorrência das doenças e da miséria na qual vivia. Apenas uma parte dessa população vivia do trabalho casual [...]. (ARAÚJO, 2010, p. 72).

Por todo o século XX, o número de migrantes em direção a Teresina apenas crescia, ampliando, sobremaneira, seu quantitativo de habitantes. Em 1970, segundo dados do IBGE, a capital correspondia a um total de 220.487 habitantes, dos quais grande parcela de migrantes que constituíam os segmentos mais pobres da sociedade teresinense, característica também percebida por Araújo nos primeiros anos da República, ao observar que,

A cidade de Teresina inchava mais que crescia, com “levas de migrantes” procedentes tanto do interior do Piauí quanto de outras províncias do Nordeste, com destino à Amazônia, e que por aqui ficavam, em virtude de não terem condições de prosseguir viagem. Esse fato provocou a multiplicação da pobreza na cidade. A massa de migrantes, pobres desempregados, acometida pela fome, doenças e miséria atingia Teresina [...]. (ARAÚJO, 2010, p. 72).

Algumas dessas características mantiveram-se mesmo com o conseqüente desenvolvimento e crescimento da cidade. O conflito urbano e rural ainda perdurou promovendo ações comuns aos trabalhadores da capital, como o costume de se lavar roupas nas margens dos rios, ou ainda a criação de animais como: galinha, porco e vacas pelos arredores da cidade, com livre circulação nas vias públicas, sem controle e higiene.

A migração foi um fato que muito agravou os problemas sociais que já existiam na capital. Com o êxodo rural, a capital passa a receber uma grande quantidade de migrantes e, estruturalmente, ainda não estava preparada para tal situação, e como confirma Nascimento, que a cidade “ao atrair novos moradores vindos de outros cantos do Piauí, e também de Estados vizinhos, atingidos pela seca prolongada, pela expulsão do campo, pelo desejo de dar aos filhos uma vida melhor do que aquela vivida por cada trabalhador rural que chegava Teresina” (NASCIMENTO, 2010, p.9), contrastando com a realidade que se apresentava. Soma-se a esse fator a busca por empregos, que como exemplo, encontramos no objeto da pesquisa, as lavadeiras, que ao se deparar com a cidade grande, cheia de novidades, mas carente de vagas em empregos de qualidade e formal, direcionam-se a atividades mais informais, onde a possibilidade de renda era garantida com mais urgência.

Figura 1: O DRAMA DA IMIGRAÇÃO



Fonte: O DRAMA DA MIGRAÇÃO. *Jornal O Estado*. Teresina, 27 fev. 1975. p. 10.

O processo migratório foi um fato que chamou muito a atenção de críticos, jornalistas e outros intelectuais do período estudado. Na imagem acima, é mostrada a chegada de homens, mulheres e crianças na Praça Saraiva, que se localizava na região central da capital e onde funcionava uma pequena rodoviária para aqueles que chegavam e/ou saíam da capital.

Nos jornais pesquisados, o uso de imagens era também recorrente, o que caracteriza, de fato, uma preocupação de parte dos habitantes locais para com a situação social em que se deparavam as pessoas que chegavam e não encontravam emprego e conforto. É percebido isso através das inúmeras matérias nos jornais diários que circulavam na capital durante o período, como exemplo na matéria publicada pelo *Jornal Estado*, em 1975, que colocava em destaque,

Mais da metade da população de Teresina é migrante em potencial. A maioria das famílias residentes na capital são procedentes das diversas cidades do interior do Estado e de outras unidades da Federação, predominando o Maranhão, o Ceará, Paraíba e Pernambuco. Em 1960, nossa capital contava

com 145 mil habitantes. Hoje possui cerca de 340 mil. Dezenas de migrantes, chegam diariamente na praça Saraiva, vindo para Teresina tentar melhoria de vida. Não existe oferta de trabalho nem as indústrias vem. Eis o drama que vem constituindo um dos graves problemas sociais na metrópole piauiense. (O DRAMA.... *O Estado*, Teresina, 27 fev. 1975. p. 10).

A capital, até então, já se mostrava em desenvolvimento, mas não oferecia suporte suficiente para todas as classes sociais que a ela recorriam como nova moradia, principalmente as mais pobres, tão tal que a necessidade de empregos se torna mais frequente, denunciada na matéria pelo fato de haver poucas indústrias para comportar a grande massa que estava a mercê do desemprego, e soma-se a ainda o fator habitacional, acarretando o aumento das favelas na periferia da cidade, isso porque a popularização de conjuntos habitacionais só começa a ser desenvolvida a partir de 1975, com a construção de conjuntos como o Itararé (FONTINELES; SOUSA NETO, 2017).

Em uma cidade de limitadas oportunidades de renda, torna-se oportuno discutir o fenômeno da migração para a capital, fator importante para se compreender a crescente presença feminina nos rios como forma de garantir acesso a alguma renda, não encontrada por meio do trabalho formal. Assim, com suas expectativas frustradas, homens e mulheres se submetiam aos trabalhos mais árduos, que exigiam um esforço físico que, por vezes, excedia ao que seu corpo poderia aguentar.

Os homens eram aproveitados, principalmente, no ramo da construção civil, ao passo que as mulheres se empregavam em trabalhos domésticos, constituindo os dois eixos que mais empregavam aqueles que não tinham estudos e condições financeiras razoáveis para se manter. É a partir de situações como essa que as mulheres começam a estender seus afazeres domésticos para além da porta de casa como meio de sustento próprio e de sua família (VIANA, 2013).

Além disso, Teresina foi palco de inúmeras intervenções em sua estrutura física com o intuito de se modernizar

estruturalmente, assim como ocorreu em Recife e no Rio de Janeiro nos anos iniciais da República. Todavia, essa ideia só foi de fato concretizada através dos governos militares (1964-1985) que disponibilizaram movimentação de grandes recursos aos estados com o intuito de produzir um efeito de desenvolvimento ao país, por meio do que ficou conhecido como período do “Milagre Econômico”, promovido a custas do severo endividamento do Estado brasileiro (FONTINELES, 2015, p. 214).

Desta forma, entende-se que Teresina sentiu fortemente os efeitos da política desenvolvimentista dos governos militares. A capital do estado se tornou um verdadeiro “canteiro de obras” que impulsionou as construções de embelezamento da cidade e estimulou as mudanças estruturais no espaço urbano. Durante esse período, o governo do Estado e Município acreditavam que, por meio das intervenções nas estruturas físicas da capital, seria possível tirar o Piauí da miséria e do atraso social e econômico, levantando a autoestima dos moradores (FONTINELES, 2016).

No entanto, à medida que a capital se desenvolvia e se adaptava aos modelos de metrópole, por meio do projeto de modernização do espaço urbano, a população mais carente era submetida a condições precárias de vida, em decorrência de um reordenamento que a excluía e colocava em conflito a “cidade dos sonhos” e a “cidade vivida e executada” (ALMEIDA, 2014).

De acordo com o historiador Alcides Nascimento, Teresina cresceu sob o signo do moderno. A capital planejada, construída em local centralizado do Estado, possibilitaria um crescente desenvolvimento social e econômico devido às condições de navegabilidade do rio Parnaíba que, até o momento, eram favoráveis (NASCIMENTO, 2010, p.1).

Apesar das inúmeras possibilidades de crescimento e progresso, auxiliadas pelo “milagre econômico” e a efervescência de novas empresas, o que se constata é que essas possibilidades não lograram êxito pela incapacidade do Estado e da capital para gerir a manutenção e criação de empregos ou de garantir a

qualidade de vida dos moradores e das pessoas que migravam, agravando ainda mais a situação social da cidade.

Dos rios para a lavanderia: novas configurações, novos significados

Na primeira metade da década de 1970, a representação que se fazia da capital Teresina era de uma cidade que se modernizava, em constante transformação, e que traria o Piauí ao patamar semelhante as grandes capitais do país, como se pode observar por meio dos periódicos da época (FONTINELES, 2016). Esse imaginário se prolongou, pois, com as obras de embelezamento, Teresina passou a ser cada vez mais procurada e vivida como uma cidade que possibilitaria uma melhor condição de vida e crescimento profissional, como foi destacado anteriormente.

Esses aspectos têm caráter relevante, visto que foi através do crescimento e da modernização da capital que o trabalho das lavadeiras nos rios Parnaíba e Poti, passou a ser modificado, resignificando essa profissão e elencando novas características no que tange ao espaço físico do labor, pois reconfigurava uma forma de emprego já habituada em modelos passados, baseando-se em fatores de salubridade e estética.

Neste momento, tanto para homens quanto mulheres, vindos ou não do interior, poucas eram as saídas. A construção civil foi um ramo que cresceu muito no período, favorecida pelas constantes intervenções estatais e a crescente industrialização que cercavam as metrópoles brasileiras. Como meio de sustento, homens e mulheres se dedicavam a atividades que pudessem ser mais básicas de se realizar, configurando formas de trabalhos informais e necessários para situações na qual se encontravam.

Nesse cenário, a atividade de lavagens de roupas nos rios foi uma saída possível para tantas mulheres que, sem qualificação profissional, não conseguiam se inserir no mercado formal de trabalho, como se pode observar por meio dos depoimentos de muitas destas e que se procurou dar destaque na pesquisa.

No relato da senhora Francisca Maria Pereira Dias, ao chegar a capital, uma alternativa para aumentar o lucro em casa foi trabalhar em casas de famílias e lavar roupas no rio. Seu marido, conforme descrito na entrevista, já estava trabalhando como servente de pedreiro, mas a renda ainda assim ficava comprometida, pois, como relembra,

Quando nós mudamos para a cidade, meu marido, eu e os meninos deixamos de trabalhar de roça, pois não tínhamos nem onde morar imagine onde plantar (risos), foi sofrimento. Depois meu marido conseguiu emprego numa empresa para ser servente, tudo era muito difícil. Conversei com ele, então ele aceitou que trabalhasse também pra ajudar, logo arranjei trabalho, trabalhava em casa de família. E aos sábados eu também trabalhava fazendo uns lavados de roupa, lavando e passando roupa, para outras casas. Lavava as roupas no rio, era ali nas margens do rio, do rio Parnaíba, lá tinha umas pedras, aí se juntavam muitas mulheres que iam lavar as roupas de suas patroas e às vezes a de sua família mesmo. Mesmo assim o dinheiro meu, mais o de meu marido dava mal pra comer, nesse tempo tudo de comer era muito caro [...]. (DIAS, *apud* VIANA, 2011, p. 192).

Observando por essa perspectiva, lavar roupas em rios é um meio de trabalho que garante às mulheres a participação no crescimento econômico da própria renda familiar, uma vez que havia a necessidade de se manter, sendo assim, tanto para os moradores quanto para aqueles que vieram de outras comunidades, era uma solução mais prática para continuar sua sobrevivência na capital.

Dentre os variados fatores que levavam as mulheres de camadas sociais menos abastadas a estender suas tarefas domésticas até a beira de um rio, estão o fato de não haver água encanada em suas casas; a insuficiência para armazenamento da água, o abastecimento irregular dos chafarizes, quando ainda funcionavam; e principalmente, para a obtenção do lucro para complementar a renda de casa, lavando em muitas quantidades e para várias famílias.

A necessidade como força motriz para a busca de alternativas de renda para o sustento da família representa aspecto também destacado por Maria Izilda de Matos, que entende,

O esforço para trazer à família recursos monetários marginais, vitais em caso de crise, sempre acarretou um aumento da atividade feminina, levando as mulheres a reproduzir ocupações desenvolvidas nos quadros domésticos, como lavar, passar e engomar, que passaram a constituir para as mulheres pertencentes aos estratos sociais mais baixos uma opção de ocupação remunerada, impondo-lhes uma jornada de trabalho ampla extensão de sua própria atividade doméstica e com míseros ganhos. (MATOS, 2002. p. 144).

Em Teresina, a vida das lavadeiras nos rios Poti e Parnaíba não foi fácil. Juntamente com a discriminação pela profissão – materializada pela opinião de jornalistas e sanitaristas – havia ainda as condições físicas, não somente dos rios, mas das condições sanitárias e insalubres das lavagens. Jornais do período consideravam as lavadeiras como um problema para além da saúde pública, já que se observava também dentro de uma questão moral, em uma sociedade apegada a hábitos regulados e por meio de padrões estabelecidos pela modernidade, onde o estético e o asséptico são valorizados, como é possível analisar na matéria publicada no Jornal *Estado do Piauí*, em 1971:

O façam, mas sem o preconceito de que a natural e higiênica nudez semi-vetada das nossas lavadeiras agride a pudica alheia. Num mundo ostensivo e obscenamente despido a nudez sem malícia das lavadeiras do Parnaíba não fere a sensibilidade visual de ninguém. Já se disse que “todo grande rio é triste” o Parnaíba o é. Basta contemplá-lo com os olhos d’alma, para sentir sua murmurante tristeza, geradora das nossas nostalgias. E são justamente as lavadeiras com a sua tagarelice em voz alta com o riso aberto e gargalhadas estridentes, a nota alegre na contagiante tristeza dos rios. Que se resolva o problema sem o propósito proibitivo do desprezioso diálogo canoero, do vareiro, do passador com as lavadeiras do Parnaíba, que a Previdência Social deva colocar sob sua égide. (A MENDINCÂNCIA.... *Estado do Piauí*. Teresina, 19 ago. 1971, p. 1).

De acordo com a matéria, nota-se a necessidade da criação e construção de lavanderias, como espaços físicos adequados às lavagens de roupas, retirando as lavadeiras das margens dos rios. Especialmente nessa matéria, vemos o pedido do jornalista ao se referir às lavadeiras do rio Parnaíba, ao elencar que,

A instalação de lavanderias, sendo da alçada dos poderes públicos, governo ou prefeitura, não apresenta maiores dificuldades, dependendo apenas, de limitados recursos financeiros. Para ambos há soluções exequíveis, valendo a pena enfrentá-los. (A MENDINCÂNCIA.... *Estado do Piauí*. Teresina, 19 ago. 1971, p. 1).

Na matéria, denuncia-se a falta de assistência as lavadeiras do rio Parnaíba, condição semelhante a todas as lavadeiras da cidade, e que encontrou um ponto de mudança com a construção de uma lavanderia comunitária, mas que ainda assim não extinguiram as dificuldades enfrentadas por essas trabalhadoras.

Dentro dessa necessidade, exibida por meio das opiniões dos jornalistas, é que começam a surgir as primeiras discussões em torno das lavadeiras e de seus espaços de trabalho, os rios da cidade. Além disso, a questão também se colocava por meio das constantes críticas que se dirigiam aos governantes em relação ao sanitarismo que a cidade àquele momento vivenciava, tal qual a modernização de espaços, como a reforma do Mercado Velho, alargamento de avenidas, construções de habitações populares com o mínimo de saneamento e higiene. Foi então que, a partir da visibilidade que as condições das lavadeiras alcançavam nos discursos da imprensa local, o Serviço Social do Estado - SERSE, levou a pauta para discussão com o governador.

O governador Alberto Tavares Silva está empenhado na construção de diversas lavanderias nos bairros de Teresina, conforme informação de fonte do Serviço Social do Estado. O chefe do Executivo atende a uma recomendação do Serviço Especial de Saúde Pública, que, através de pesquisas descobriu que a grande incidência de tuberculose nos bairros, principalmente nas mulheres, é determinada pelo fato de elas ficarem à beira do rio e, posteriormente, subirem para seus casebres, sofrendo

uma mudança brusca de temperatura. (O GOVERNO.... *Jornal do Piauí*. Teresina, 16 jul. 1971. p. 1).

O discurso sanitarista reagiu sobre o ofício dessas mulheres. Não somente como um meio de oferecer um lugar salubre e adequado às lavadeiras de roupas, o discurso pretendia ainda afastá-las da visão central da cidade, segundo a qual os rios passavam a bela imagem para turistas e visitantes. Manter os rios limpos e “saudáveis” era um desejo dos administradores da capital. Afastar as lavadeiras da beira do rio para um local adequado para a realização de seu trabalho foi um projeto pensado com o intuito de oferecer melhor condição ao labor dessas mulheres e ainda reduzir os problemas sociais. (SILVA, Y., 2017).

Ademais, havia o problema caracterizado nos jornais como promiscuidade, que surgia em função das mulheres ficarem com seus corpos molhados e expostos ao sol, em um ambiente público próximo a ruas e avenidas movimentadas, como é descrito na matéria abaixo:

Outro problema visto pelo Serviço Social do Estado foi o da promiscuidade, principalmente porque ficam as mulheres lavando roupas enquanto homens atravessam o rio ou vão ali tomar banho. Segundo fonte da Secretaria de Obras, a primeira lavanderia a ser construída será no bairro Por Enquanto, onde há maior incidência de tuberculose entre lavadeiras. Ontem um funcionário da Secretaria já esteve naquele bairro escolhendo um local. Deverão ainda ser construídas na Piçarra, Matinha e Poty Velho. (O GOVERNO.... *Jornal do Piauí*. Teresina, 16 jul. 1971. p. 1).

Foi nesse contexto em que foi criado o Centro Materno-Infantil e Nutricional, na capital. Inaugurado em maio de 1972, com recursos do Estado, durante a administração de Alberto Tavares Silva, o Centro tinha o propósito de adentrar no projeto de modernização da capital e assim oferecer um ambiente adequado às lavadeiras de roupas que se sujeitavam às margens dos rios de Teresina, desde o amanhecer do dia ao entardecer.

Sobre a construção do Centro, assim descrevia periódico da época,

Ao assumir o Governo, o engenheiro Alberto Silva procurou sentir a grande extensão dos problemas sociais no Piauí, encarregando, assim, o Serviço Social do Estado – Serse – de uma série de encargos e partindo de uma experiência pioneira, que rendeu resultados compensadores: a construção do Centro Materno-Infantil e Nutricional, no bairro Ilhota, visando a realização de um trabalho de educação global junto à lavadeira e sua família. (EDIÇÃO ESPECIAL. CADERNO 2. *Jornal O Estado*. Teresina, 6 fev. 1975. p. 6).

Segundo dados do SERSE, em discurso oficial, a lavanderia envolveu uma comunidade total de 379 pessoas (PIAUI, 1972). No mesmo ano de sua inauguração, em 1972, já havia 97 lavadeiras cadastradas para os benefícios, que contavam não somente com o espaço físico salubre e adequado, mas também com assistências médica e escolar, dedicadas a elas e aos seus filhos. Na mesma pesquisa, foi constatado que,

Nada menos de 176 lavadeiras na zona Sul de Teresina, 73% das quais com renda bruta mensal de 50 cruzeiros. No meio desse grupo existem 54 filhos com idades que variam entre 0 e a 1 ano; 148 filhos com idade que variam entre 1 e 5 anos; 288 filhos com a idade de 6 a 15 anos e 410 com mais de 15 anos. [...] Ela revela, baseada no fato de que a maioria dessas mulheres ganha 50 cruzeiros por mês, que a alimentação do grupo não poderia ultrapassar os limites do arroz, feijão, farinha e café. (FATOS E DESTAQUES: Lavadeiras. *Jornal a Hora*. Teresina, 7 abr. 1972. p. 6).

No relato de Dona Rosa Maria da Costa Alves, 83 anos, que, antes de trabalhar na lavanderia do Centro Materno, lavava roupas no rio Poty para manter o sustento de sua família, percebemos como as ações concluídas pelo programa trouxeram qualidade de vida para a lavadeira e seus filhos, na medida em que facilitou seu trabalho, despreocupando-a de possíveis doenças ou desamparo

por parte das administrações, e beneficiou-as com suprimentos necessários (alimentar e educacional) nos espaços da lavanderia.

As crianças tinha o local onde colocar. Tinha secretária. A mãe dessa daqui (sua neta, Eloá, que estava lá) [...]. E tinha crechezinha delas. A mãe trabalhando e a creche ali do nosso lado. Ahh! Eu dizendo que o governo num tinha dado. Deu! O prefeito deu a creche [...] pros filho das lavadeiras. Af as lavadeiras trabalhando e os ‘meninozim’ dela do lado dela. Os que mamavam elas iam dar amamentação a criança e os que num amamentava dava o alimento. (ALVES, 2017).

O projeto idealizado pelo governador do estado Alberto Tavares Silva (1971-1975) ainda pretendia estender as lavanderias aos bairros mais pobres de Teresina e também para a cidade de Parnaíba, no litoral piauiense (*Jornal O Estado*. 6 fev. 1975. p. 6). Isso porque, como afirmou o secretário de saúde Dirceu Arcoverde, através de reportagem no *Jornal A Hora*, “essa assistência prevê inclusive a distribuição de merenda e a instalação de bibliotecas” (*Jornal a Hora*. 7 abr. 1972. p. 6), e ainda diz que “numa segunda etapa a Secretaria de Saúde e Serviço Social do Estado levarão iguais benefícios às lavadeiras residentes em outras áreas da cidade” (*Jornal a Hora*. 7 abr. 1972. p. 6), justificando que o problema maior da relação da lavadeira com a lavanderia é o fato de não ter condições de deixar seus filhos em casa, por isso seria necessário que a lavanderia garantisse as lavadeiras a guarda e segurança das crianças, oferecendo ainda alimentação e apoio educacional.

Com isso, uma melhor condição social, idealizada pelo desejo de modernização e pelo discurso sanitarista, deu às lavadeiras de roupas do Rio Poti um novo ambiente de trabalho, limpo, confortável e adequado para o exercício de sua profissão.

Figura 2: **AS LAVADEIRAS DO RIO POTI
ANTES DA CRIAÇÃO DO CENTRO MATERNO-INFANTIL**



Fonte: O DRAMA DA MIGRAÇÃO. *Jornal O Estado*. Teresina, 27 fev. 1975. p. 10.

Mas os limites da lavanderia recém-inaugurada logo tornaram-se evidentes. Enquanto a lavanderia beneficiava parcela das lavadeiras do rio Poti, as mulheres que lavavam roupas no cais do Parnaíba reclamavam de não ter a mesma assistência e usufruto de um espaço adequado ao seu labor, como se pode observar por meio do fragmento a seguir:

Para Dona Raimunda Ferreira de Araújo a lavagem de roupa no rio Parnaíba, além de se constituir um perigo constante, é também um meio de fazer com que as roupas fiquem mais encardidas que limpas. Disse ela que depois das enchentes já perdeu grande número de peças de roupas, que as “patroas” exigem indenização. “Se a gente não paga elas descontam no ordenado, então fica a mesma coisa. As lavadeiras do Poti têm mais sorte do que nós porque lá tem a lavanderia do governo e nós não temos mais nem sol para secar a roupa”. As declarações de Dona Raimunda foram prestadas ontem e ela indicava que as

pessoas de Teresina não gostam muito de lavadeira. Para elas só vão as melhores peças do vestuário, mas roupa comum é lavada mesmo no Parnaíba, onde durante esse período muito problema existe para importunar as profissionais. (A DURA.... *Jornal O Dia*. Teresina, 27/28 jan. 1974. p.5).

Pelo fragmento do periódico, publicado quase dois anos após a inauguração da lavanderia da Ilhotas, é possível perceber que a iniciativa pioneira, mesmo tendo sido construída outra seguindo o mesmo padrão no bairro Primavera, Zona Norte da Capital, não foi suficiente para sanar as necessidades da cidade, e não ganhou continuidade nas outras regiões. Após a construção da primeira lavanderia do Centro Materno-Infantil e Nutricional, a cidade continuou a se transformar, a ganhar novas construções. No entanto, a atenção dispensada ao trabalho das lavadeiras limitava-se as estruturas disponibilizadas pelo Centro Materno, que não atendia a demanda do grande número de lavadeiras, dispersas por toda a capital.

Neste cenário de esquecimento, para as lavadeiras do rio Parnaíba, o cais continuava a ser seu lugar de trabalho. O fato de não disporem do mesmo conforto e segurança que as lavadeiras do rio Poti, causavam uma série de transtornos para estas profissionais, agravadas pelas cheias do rio Parnaíba, a exemplo da cheia de 1974, que acarretou grandes problemas devido a perda de peças, causadas pela forte correnteza, e pelo tempo constantemente nublado, tornando mais longo o tempo necessário para secar as roupas lavadas no cais.

Existia também a questão da distância entre a lavanderia comunitária, o rio Parnaíba e a moradia dessas mulheres. Mesmo considerando que a cidade já contava com uma frota de transporte coletivo, o custeio das passagens consumiria o parco lucro das lavagens, tornando inviável para as lavadeiras que moravam próximo do rio Parnaíba se direcionarem para o bairro Ilhotas ou Primavera, onde se localizavam os Centros Materno.

Norecorte em estudo, identificamos apenas o funcionamento de dois Centros Maternos, um localizado no bairro Ilhotas, zona

sul, e outro no bairro Primavera, zona norte, tendo como estrutura a mesma, e atingindo o mesmo público. Somente a partir do ano de 1982, se pode perceber a iniciativa da prefeitura de Teresina na construção de outras lavanderias baseada no projeto do governo do Estado. Até então, as lavadeiras que não tinham acesso a lavanderia do Centro Materno-Infantil e Nutricional, sobretudo as que moravam próximo ao rio Parnaíba, continuavam a sua sina de abandono por parte dos poderes públicos e da crítica por parte da cidade que aproveitava seus serviços.

Considerações Finais:

Em meio a seu cotidiano de trabalho, os habitantes das cidades também constroem sociabilidades outras que demarcam sua relação com o espaço urbano, na qual coexistem afetividades e tensões para com as diversas relações constituídas por eles no interior da cidade.

No cotidiano de trabalho de nossas personagens de estudo, as lavadeiras dos rios de Teresina, em seu ritmo diário de casa para os rios, dos rios para casa, em um caminho aparentemente imutável, por meio de seu olhar, nos permitiram encontrar uma cidade em constante transformação. Assim, tornou-se possível um encontro narrativo com essa cidade das lavadeiras, cidade aparentemente invisível, mas que, como tantas outras cidades que coexistem no interior de uma mesma cidade, são tantas vezes reinventadas e ressignificadas.

A reconfiguração de um espaço dentro da cidade modifica o cotidiano de seus moradores, atribuindo-lhes outras “cidades”. Na década de 1970, a capital passou por mudanças estruturais, reconfigurando, alterando ou até mesmo criando, dessa forma, novos espaços que antes eram carregados de diversos outros significados. Nessa trajetória de pesquisa, se pôde perceber que os rios já não são mais lugar social e de trabalho das lavadeiras, resultado da intervenção dos poderes públicos, interessados no embelezamento da cidade.

Para as lavadeiras no entanto, a mudança para outro espaço, as lavanderias públicas, a exemplo da lavanderia do Centro Materno-Infantil e Nutricional, significou uma nova configuração de trabalho, com novos espaços, métodos, clientela, segurança, entre outros. No entanto, foram mantidos vínculos afetivos, também transpostos para o novo lugar de trabalho, resultando na permanência de suas identidades, de suas memórias como também construtoras da cidade, que muitas vezes as negou.

Considerando essas características sobre os espaços de sociabilidades e de trabalho das lavadeiras, devemos ponderar que, estruturalmente, mesmo sendo redirecionadas da beira dos rios para as lavanderias comunitárias, os sentimentos não foram destituídos. Sob o ponto de vista do projeto de realocação, foram reconstituídos em novos espaços, que garantissem a elas mais qualidade no trabalho e na vida, além de uma nova estrutura física alinhada ao crescimento da cidade.

REFERÊNCIAS:

A DURA VIDA DAS LAVADEIRAS. *Jornal O Dia*. Teresina, n 3.826, 27/28 jan. 1974. p.5.

A MENDINCÂNCIA EM TERESINA - AS LAVADEIRAS DO PARNAÍBA. *Estado do Piauí*. Teresina, ano XLIII. Nº1387, 19 ago. 1971. p. 1.

ALMEIDA, Kllaricy Oliveira de. *Entre ruínas e arranha-céus: pobreza e modernização no discurso da imprensa escrita teresinense na década de 1970*. 2014. 103f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina.

ALVES, Rosa Maria da Costa. *Entrevista concedida à Yasmin Escórcio*. Teresina, 2017.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2010.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais*. Teresina: Edufpi, 2013.

EDIÇÃO ESPECIAL. CADERNO 2. *Jornal O Estado*. Teresina, 6 fev. 1975, p. 6.

FATOS E DESTAQUES: Lavadeiras. *Jornal a Hora*. Teresina, n.148, 7 abr. 1972. p. 6.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. Patrimônios arquitetônicos em Teresina: combates pela memória (década de 1970). *Revista História & Perspectivas*, v. 29, n. 54, 2 ago. 2016.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo. *Nasce um bairro, renasce a esperança*. Teresina: EDUFPI, 2017.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba... Cidades-beira*. 2008. 397 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília.

LIMA, Antônia Jesuíta de. *As multifaces da pobreza: forma de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: EDUSC, 2002.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza. In: Simpósio Nacional de História, 26. *Anais...* São Paulo, 2001.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. Olhar do outro sobre os pobres urbanos na década de 1970. In: *Anais do X Encontro Nacional de História Oral*. 2010, Recife. 2010.

O DRAMA DA MIGRAÇÃO. *Jornal O Estado*. Teresina, ano 705, 27 fev. 1975. p. 10.

O GOVERNO CONSTRUIRÁ LAVANDERIAS. *Jornal do Piauí*. Teresina, ano XX, N. 3.383, 16 jul. 1971. p. 1.

PIAÚÍ. *Mensagem do Governador ao Poder Legislativo*, Teresina, 1972.

SILVA, Y. E. M. “O colorido das lavadeiras”: a condição social das lavadeiras de roupas nos rios de Teresina na primeira metade da década de 1970. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História). Teresina, Universidade Federal do Piauí, 2017.

VIANA, Débora Silva. *Entre o concreto e o etéreo: trabalho e memória dos trabalhadores da construção civil em Teresina na década de 1970*. 2013. 281 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina.

O SUJEITO DE DIREITO NA CONTEMPORANEIDADE: REFLEXÕES SOBRE A PROBLEMÁTICA DOS SUJEITOS DE DIREITO NA CONDIÇÃO HISTÓRICA PÓS-MODERNA.

*Edwar de Alencar Castelo Branco¹
Jarbas Gomes Machado Avelino²*

O sujeito não é uma substância.
É uma forma, e esta forma não é,
sobretudo nem sempre, idêntica a si mesma.
(Michel Foucault – *Dits et écrits IV*, 718)

Introdução: Da fixidez do *sujeito cartesiano* às móveis *posições de sujeito*.

A principal premissa deste texto é a proposição de que as recentes transformações ocorridas no campo da filosofia, relativamente aos processos identitários e às concepções de sujeito (SILVA, 2000; HALL, 1999; LAROSSA, 2003), repercutiram e permanecem repercutindo sobre o grande campo do Direito. Isto porque, sendo dotado de uma

-
- 1 Doutor (UFPE, 2004) e Pós-Doutor em História (ICS/ULisboa, 2014), é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e Professor Associado na Universidade Federa do Piauí.
 - 2 Bacharel em Direito (UFPI, 2004), Licenciado em História (UESPI, 2002), Mestre em História do Brasil (UFPI, 2010) e Especialista em Teoria Geral do Direito (UFPI). É advogado e professor, ministrando disciplinas de Direito Civil no Centro Universitário Maurício de Nassau Teresina.

bilateralidade atributiva, o Direito pressupõe, por óbvio, sujeitos a quem atribuir direitos e obrigações através da edição de normas legais.

Conforme lição de Betioli, o Direito não se constitui como o único instrumento de controle social, na medida em que nesta mesma condição encontram-se a moral, a religião e as regras de trato social. Mas o Direito, argumenta o mesmo autor, se distingue destes outros *instrumentos de controle social* não por ser heterônomo, imperativo e coercitivo, mas por ser o único, entre estes instrumentos de controle, a dispor de uma bilateralidade atributiva, o que, por sua vez, lhe atribui um imperativo atributivo (BETIOLI, 2014, p. 93).

Deste imperativo atributivo decorre que o direito positivo se constitui em torno de uma redução à norma coercível, podendo invocar a força do Estado para obrigar ao cumprimento das obrigações jurídicas. Mas tal obrigação, repise-se, pressupõe sujeitos a serem obrigados, o que traz a questão das técnicas sociais de subjetivação para o centro do debate sobre o ser do Direito. Ocorre que, em que pese a evidência desse pressuposto, ainda são muito poucos os estudos no campo do Direito a enfrentar esta discussão, a qual exige, de saída, que seja ultrapassada “a concepção do sujeito cartesiano, filho da razão, capaz de distinguir o bem do mal” (DIAS, 2005, p. 2745), para aportarmos na concepção de sujeito como “vida em pura atividade, auto-desenvolvimento, auto-articulação e manifestação de si” (MORAIS, 2013, p. 332).

É ponto pacífico no âmbito da teoria social contemporânea que o citado sujeito cartesiano, portador de um núcleo de subjetividade supostamente extra-linguístico, a-histórico e pré-social, já não responde de forma adequada às demandas do nosso tempo, o que nos exige um rápido trânsito entre “sujeito” e “posições de sujeito”. Este movimento, que atravessa os campos da psicanálise (Freud e Lacan), da filosofia (Foucault e Deleuze) e da lingüística (Saussure e Jakobson), vem nos desafiando a compreender que os processos identitários são móveis e fugidios,

o que torna necessário esmaecer o “sujeito” para iluminar as “posições de sujeito”.

A tintura de inconsciente com a qual a psicanálise recobriu o sujeito racional do iluminismo, por exemplo, juntamente com as proposições de Michel Foucault de que o sujeito é plenamente resultante das práticas linguísticas e discursivas (FOUCAULT, 1986), arrastou o sujeito racional de sua tranqüila posição de idêntico a si mesmo para a incômoda situação em que este passa a ser visto como um produto da história (CASTELO, 2007). O sujeito passa a ser percebido, então, como um artifício da linguagem:

É, primeiramente, a Psicanálise, com Freud e, depois, com Lacan, que vai atacar a soberania desse sujeito ao afirmar que ele não é quem pensa que é, que ele não faz o que pensa que faz. Com a Psicanálise o sujeito cartesiano sofre um primeiro descentramento: ele é deslocado do consciente para o inconsciente, de um núcleo essencial para um processo formativo, do pré-linguístico e do pré-social para o linguístico e o social. É com a chamada “teoria pós-estruturalista” e com as perspectivas chamadas de “pós-modernas”, entretanto, que a “teoria do sujeito” vai se tornar claramente insustentável. Com Foucault, o “sujeito” não passa de um efeito das práticas linguísticas e discursivas que o constroem como tal. Se, para a psicanálise, o sujeito não é quem ele pensa que é, para Foucault, o sujeito não é nada mais do que aquilo que dele se diz. O “sujeito”, mais do que originário e soberano, é derivado e dependente. O “sujeito” que conhecemos como base e fundamento da ação é, na verdade, um *produto* da história (SILVA, 2000, p. 15).

E como isto impacta sobre a concepção de sujeito de direito? Se, no campo da teoria social, *lato sensu*, assistimos a um profundo rearranjo das concepções de sujeito, como, *stricto sensu*, isto vai impactar sobre o campo do Direito? Se o sujeito que conhecemos como base e fundamento da ação se apresenta agora como um produto da história, sempre em movimento, como atribuir direitos e obrigações a esta identidade fugidia? Estas são algumas das questões que o presente artigo deseja enfrentar, com

o objetivo de responder como se relacionam, no âmbito da teoria jurídica, sujeito e Direito na condição histórica pós-moderna.

1. Da soberania/obediência à dominação/sujeição

Os processos legislativos pressupõem concepções de sujeito de direito, fundadas, por sua vez, em concepções teórico-filosóficas a partir das quais serão normalizadas as relações sociais. Isto porque uma relação jurídica só ocorre quando se dá uma interação entre dois ou mais sujeitos de direito. Nesse contexto, dá-se a necessária presença de dois lados que constituem a *bilateralidade* inicialmente aventada. No interior dessa bilateralidade ocorre uma relação intersubjetiva que o legislador deve instaurar como objetivamente proporcional. Ambos, a relação intersubjetiva e a proporção objetiva, geram a *atributividade*, isto é, uma exigibilidade garantida que, por sua vez, é a dialética entre direito e dever. A bilateralidade atributiva, portanto, pressupõe sempre um sujeito jurídico ativo, sujeito do direito, e um *sujeito* jurídico passivo, sujeito de uma obrigação/dever.

Mas esta dialética entre, de um lado, um direito e de outro lado uma obrigação/dever, deve ser enxergada dentro de um quadro no interior do qual, como demonstrado magistralmente por Michel Foucault em suas clássicas aulas no *collège de France*, pode-se perceber que “o direito veicula e faz funcionar relações que não são relações de soberania, mas relações de dominação, não entendidas enquanto manifestação de um mecanismo global, mas como múltiplas formas de controle. Daí ser essencial, para Foucault, afastar-se do problema da soberania e da obediência dos indivíduos, problemas centrais para o direito, e fazer aparecer, no lugar deles, o problema da dominação e da sujeição” (FONSECA, 2000, p, 220).

Ressalte-se que no âmbito da fértil teoria foucaultiana o problema da sujeição é, no limite, algo que diz respeito às formas de controle, estas vistas em termos de modos de subjetivação que, por sua vez, dizem respeito às práticas existenciais no interior das

quais o sujeito aparece não como instância de fundação, mas como efeito de constituição.

Pois é exatamente tendo em vista o sujeito como efeito de constituição que se pretende, aqui, mergulhar na leitura e problematização dessa categoria jurídica na legislação civil em sentido amplo, tomando como ponto de partida o movimento de codificação no século XIX para, em seguida, indagar se as mudanças ocorridas nas condições de existir no final século XX e início do século XXI promoveram alterações na percepção dos sujeitos de direito na legislação civil brasileira, considerando-se que esta deixou de ter como ponto de centralidade o código civil para ver florescer uma legislação extravagante/especial.

Ao analisarmos o processo de codificação do século XIX, podemos acentuar que esta se apresentou como importante movimento de renovação legislativa, sendo marcada, entre outras, pela crença em que a codificação civil corresponderia a uma legislação perfeita, apta, por isso, a regular as relações de natureza privada em sua totalidade. Nessa direção aponta Orlando Gomes:

Um Código é, em sua noção histórica, um sistema de regras formuladas para reger, durável e plenamente, a conduta setorial de sujeitos de direito. O Código Civil foi o estatuto orgânico da vida privada, elaborado para dar solução a todos os problemas de vida de relação dos particulares. (...) O mundo dos Códigos foi o mundo da segurança, feliz observação de Natalino Irti, quando os valores do liberalismo podiam ser traduzidos numa seqüência ordenada de artigos, para “proteção das liberdades civis do indivíduo na sua vida privada contra as indébitas ingerências do poder político”. Desta necessidade de garantia – assinala o autor citado – nasceu a idéia de imutabilidade da legislação civil e da perenidade dos institutos jurídicos, principalmente a propriedade e o contrato (GOMES, 2000, p. 68).

Como se pode ver, além de ser definido como uma lei instituída sob a marca da perfeição, da completude, uma espécie de constituição do direito privado, o código aparece também como uma lei criada para regular as mais diversas relações jurídico-civis dos sujeitos de direito. De sua parte, os sujeitos de direito

são concebidos dentro de um viés liberal-capitalista, segundo o qual são livres e iguais perante a lei, além do que são dotados de direitos absolutos, inatos.

Portanto, o movimento de codificação instaurado no século XIX funda-se na perspectiva segundo a qual o código civil assume papel constitucional de regulação integral das relações jurídico-privadas, voltadas, fundamentalmente, para a proteção dos interesses individuais (propriedade, contrato), assumindo o indivíduo a condição de valor fundamental numa perspectiva jus filosófica individualista e voluntarista, com o Estado, num viés liberal de mero garante das referidas relações privadas, assim acobertadas pelo valor segurança.

Pode-se, portanto, constatar que uma perspectiva de sujeito de direito iluminista referenciou todo o movimento de codificação do século XIX. E é justamente a partir desta constatação que se estabelece o propósito principal do presente trabalho: promover a desnaturalização dessa noção, ou seja, evidenciar o seu caráter histórico, arbitrário, não essencial, a sua condição de invenção humana, por isso datada no tempo-espaço. E este propósito harmoniza-se com as apropriadas idéias de Amaral, para quem “a época atual já não é própria para a sistematização e as grandes sínteses, mas sim para a análise crítica e a desconstrução dos sistemas vigentes, sob a égide de princípios jurídicos que dão maior eficácia, garantia e legitimidade à matéria privada. Vivemos numa sociedade complexa, pluralista e fragmentada, para a qual os tradicionais modelos jurídicos já se mostraram insuficientes, impondo-se a ciência do direito a construção de novas e adequadas estruturas jurídicas de resposta capazes de assegurar a realização da justiça e da segurança, em uma sociedade em rápido processo de mudança” (AMARAL, 2003, p. 46).

Comumente, quando se analisa a noção de *sujeito de direito* em sua historicidade é a categoria SER que se toma como objeto de reflexão, o que conduz a análise irremediavelmente aos problemas da essência e da existência, mas com ênfase sobre a primeira.

Ocorre que, tomando então o SER do sujeito de direito como objeto para reflexão, e tendo em conta que este se constrói em torno da noção sobretudo de essência, tal reflexão será sempre relativa às marcas imutáveis e permanentes do SER, porque seriam estas marcas imutáveis e permanentes aquilo que distinguiria o SER de outros seres. Fica-se, portanto, no campo rígido da essência e desperdiça-se o aspecto cambiante, mutável, portanto histórico da existência. Sobre esta questão assevera Magalhães Filho:

A essência é o elemento diferencial de uma espécie, o que a particulariza. A essência é permanente, sendo aquilo que faz com que uma coisa seja o que é. (...) A existência é a substância (elemento permanente ligado à essência) e os acidentes (elementos variáveis e inconstantes) (MAGALHÃES, 2003, p. 11).

Em que pese o presente trabalho buscar destacar a dimensão existência relativamente ao conceito de sujeito de direito, se observamos a noção de sujeito vigente no século XIX, e que certamente influenciou o próprio movimento de codificação, na medida em que este foi desenvolvido sob a égide de uma concepção iluminista de sujeito, observa-se que ressalta a dimensão essência.

Por concepção iluminista de sujeito entenda-se o seguinte:

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa (HALL, 1999, p. 10-11).

Percebe-se que a concepção iluminista de sujeito o apresenta como ser dotado de uma essência pétrea, intangível, que lhe daria identidade, ou seja, a identidade do sujeito iluminista é dada na sua consideração em si mesmo, não em uma perspectiva relacional, pois se trata de um sujeito igual a si mesmo, unificado,

centrado, desaguando na noção de pessoa humana titular de direitos inalienáveis, intangíveis.

Tepedino, tendo em conta as características acima apontadas para o projeto codificador do século XIX, ressalta que o mesmo exerceu importante influência sobre o primeiro código civil brasileiro de 1916:

Como se sabe, o Código Civil Brasileiro, *expressão do individualismo característico da codificação europeia do século XIX*, volta-se fundamentalmente para a disciplina das relações patrimoniais, de modo a assegurar o livre tráfego jurídico de seus (únicos) protagonistas: o proprietário, o marido, o contratante e o testador. Desenha-se, assim, um conjunto monolítico de valores correspondentes à secular ideologia que consagrou, de maneira quase homogênea, a burguesia vitoriosa na Revolução Francesa; valores preservados e prestigiados por intermédio da autonomia privada, assegurada pela liberdade de contratação e pelo exercício quase ilimitado do direito de propriedade (TEPEDINO, 2004, p. 7).

Ainda que o autor faça menção aos papéis de proprietário, marido, contratante e testador, em todas estas dimensões, o sujeito de direito é percebido na qualidade de indivíduo apenas, com a regulação respectiva toda centrada no código civil, cujo foco é o disciplinamento das relações jurídicas de implicações patrimoniais.

Dentro desse contexto em que o código representa estabilidade, segurança e completude, ganham força perspectivas de interpretação que compartilham de tais certezas jurídicas, sendo este, a propósito, o momento não coincidente de emergência da Escola da Exegese, conforme Magalhães (2006, p. 14-15).

A Escola da Exegese surgiu exatamente após a entrada em vigor do *Code* (1804) como um movimento dos juspositivistas e juristas franceses, especialmente professores universitários, que tinham por escólio principal proceder a interpretação dos artigos do diploma civil francês. Para a Escola da Exegese, o Direito se consubstancia na própria lei escrita, sendo o retorno das coisas (com outra moldura e outra sistematização) ao ponto em que deixaram os glosadores e os pós-glosadores, antes do surgimento

do jusnaturalismo. O Código de Napoleão representou para os exegéticos o que o Código de Justiniano representou para os glosadores, existindo um tripé desta escola positivista: tem o Direito o caráter avalorativo, origina-se do Estado e possui forte aspecto legalista.

Enquanto escola hermenêutica de estrito legalismo ou dogmatismo, a Escola da Exegese adequou-se satisfatoriamente à então nova realidade jurídica instaurada a partir da codificação, haja vista que, sendo constituída pelos comentadores dos códigos de Napoleão, em especial o *Code*, tal escola apresentava como fundamento a crença na perfeição do sistema normativo, a qual estaria baseada na completude da lei e em sua conseqüente capacidade de solução de todos os problemas jurídicos, sendo a lei escrita a única fonte do Direito (expressão do Direito Natural), e tendo como método de interpretação o literal, voltado para descobrir-se a vontade do legislador – *mens legislatoris*” (HERKENHOFF, 2004, p.35).

E aqui devemos destacar que a compreensão de homem, pessoa humana, é não um dado da natureza, mas uma invenção européia a partir do séc. XVI, muito embora, dentro de uma perspectiva moderno-iluminista, a idéia de pessoa humana seja apresentada como verdade inquestionável e a-histórica, não restrita a este ou aquele lugar, mas comum a todos, mesmo aos que ainda não atingiram eventualmente tal compreensão.

2. O sujeito como uma celebração móvel

Analisemos então a questão do sujeito e veremos que a sua constituição segue uma cronologia histórica, trata-se não de uma fundação original, mas de um acontecimento, de uma invenção. Nesse sentido, seguindo a trilha de Stuart Hall, podemos apontar a existência de, pelo menos, três concepções acerca do sujeito relacionadas à dimensão identidade, quais sejam: sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.

A questão principal, para os propósitos deste estudo, é identificar, por um lado, os limites conceituais de cada uma dessas três dimensões e, por outro lado, indagar sobre qual ou quais dessas concepções informa a noção de sujeito no direito pátrio.

O código civil vigente no Brasil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), relativamente a esta questão preceitua, em seus primeiros artigos, o que segue:

Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

A literalidade dos dispositivos legais acima transcritos nos remete a uma percepção dos sujeitos de direito como marcados pela identidade, pela unidade, pela igualdade, não pela dispersão, ou pluralidade, decorrendo tal leitura, por certo, do caráter de lei civil geral de que se reveste o Código Civil.

É certamente digno de nota que o diploma em comento, ainda que tendo entrado em vigor já nos primeiros anos do presente século XXI e distando muitas décadas das condições históricas no interior das quais Clóvis Bevilacqua coordenou a elaboração do primeiro código civil brasileiro, em 1916, a noção de sujeito informativa do processo de codificação permanece inalterada: parte-se do pressuposto de que o sujeito de direito é o indivíduo do iluminismo, idêntico a si mesmo e portador de uma identidade essencial que lhe dá uma coerência de personalidade.

Desta situação vai decorrer um limite epistemológico à própria atividade legiferante: a lei remete a um conceito de sujeito moderno, por tratar-se de lei geral, ao mesmo tempo em que deixa para as leis especiais a emolduração de novas formas de subjetivação que inscrevem-se, com suas particularidades, na experiência jurídico-legislativa.

Porém, para além da lei geral em matéria cível, temos assistido a um momento marcado pela proliferação de estatutos jurídicos distintos que, buscando superar o citado limite epistemológico,

disciplinam identidades esgarçadas e em constante fermentação. Se projetarmos esta situação – um código geral articulado a uma ideia de sujeito iluminista e uma legislação extravagante procurando dar conta das múltiplas identidades celebradas por um mesmo sujeito (lembre-se, para apenas um exemplo, o poliamorismo) – encontramos então uma situação em que a própria ciência do direito, mormente em sua feição jus-filosófica, está sendo desafiada a trazer a discussão sobre o sujeito de direito para o centro do debate contemporâneo sobre o próprio ser do direito.

Isto porque se trazemos esse modelo de identidade relativa ao sujeito para o âmbito do conhecimento, ou seja, para a consideração do sujeito do conhecimento, observamos que este se apresenta como ser já pronto, apto a cognoscer os objetos que se apresentam à sua apreciação, sem sentir-se, ele próprio, em processo contínuo de constituição.

Assim, o sujeito do direito aparece já pronto, íntegro, não se desestabilizando em razão das eventuais relações de que é parte. Essa noção de sujeito, francamente moderna e iluminista, é tão antiga quanto persistente, como se pode depreender da leitura de Foucault, para quem,

Há dois ou três séculos, a filosofia ocidental postulava, explícita ou implicitamente, o sujeito como fundamento, como núcleo central de todo conhecimento, como aquilo em que e a partir de que a liberdade se revelava e a verdade podia explodir (FOUCAULT, 2002, p. 23).

Esta ideia do sujeito como núcleo central de todo o conhecimento é devida principalmente ao racionalismo francês, mormente a Descartes. O *Cogito* cartesiano é justamente o que distingue a dúvida metódica da dúvida cética. Não existe dúvida quanto ao fato de que aquele que duvida – o sujeito idêntico a si mesmo – existe. Daí resulta a máxima tão universalmente conhecida *penso, logo existo*.

A persistência da idéia iluminista de Sujeito conseguiu perpetuar-se, historicamente, mesmo frente a clássicos deslocamentos provocados pelo pensamento marxista e, ainda mais acentuadamente, pela filosofia da diferença, dita filosofia pós-moderna. Do pensamento marxista resultou a concepção sociológica e interativa do sujeito, a qual “refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava” (HALL, 1999, p. 11).

A noção pós-moderna de sujeito, por sua vez, acabou por permitir a compreensão de que “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Ela é definida historicamente e não biologicamente” (HALL, 1999, p. 12-13).

Observe-se que o sujeito dito pós-moderno, portanto o sujeito da contemporaneidade, é marcado, inversamente ao sujeito iluminista, pela fragmentação, pelo despedaçamento, pelo devir, pela condição de sujeito em trânsito, em construção, inacabado, transitório. E essas marcas não são comuns ao sujeito

pós-moderno apenas na sua dimensão social, uma vez que se projetam também para a sua condição de múltiplo sujeito de direito.

Retorne-se, então, à incongruência anteriormente aventada entre o código, enquanto lei geral, e as múltiplas posições de sujeito que são ocupadas cotidianamente por um mesmo indivíduo. Se hipoteticamente tomamos um indivíduo que se desloca de sua residência para um estádio, a fim de assistir a uma partida de futebol, é possível, no interior dessa ficção, visualizar diferentes posições de sujeito que exigem a extrapolação do código e a criação de uma malha normativa, esta consubstanciada nos estatutos. O nosso indivíduo hipotético, enquanto sujeito de direito, flana por sobre esta malha – os Estatutos – que o alcança fluidamente à medida em que o mesmo celebra uma ou outra identidade: enquanto assistente da partida de futebol, Estatuto do torcedor (Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003); enquanto eventualmente maior de sessenta anos, Estatuto do idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003); enquanto passageiro do transporte que o conduz ao estádio, código do consumidor, etc.

A situação hipotética acima apontada demonstra de forma prática que o direito, em que pese manter o sujeito cartesiano como referência mental, tem sido obrigado a enxergar esse sujeito descentrado e plural em suas condições de existir, o que provoca o transbordamento de uma normativa centrada – comum aos códigos – e faz emergir toda uma produção legal que, no limite, é redesenhada a partir do lugar ou lugares do sujeito de direito no cenário social, fazendo-o transitar entre as categorias da essência e da existência a depender da relação jurídica em que esteja enredado e dos seus contornos.

É exemplar disso a emergência de toda uma normativa na forma de estatutos no Brasil, a qual, a bem da verdade, é o desdobramento de normativas internacionais de Direitos Humanos, como se vê nos citados Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Torcedor, Estatuto do Idoso, Código de Defesa do Consumidor, entre outros.

Conclusão

Retomemos o pressuposto aventado nas primeiras linhas deste trabalho: há em curso um processo amplo – o qual se verifica nos campos da filosofia, da psicanálise, da linguística e mesmo da neuorociência – de redefinição da noção de sujeito e conseqüentemente dos arranjos identitários em termos dos quais os indivíduos são interpelados em sujeitos. Este amplo processo, por sua vez, impacta sobre diferentes áreas do direito, sendo visivelmente caro à Teoria Geral do Direito Civil.

Por um lado porque, conforme demonstrado, estes novos arranjos identitários deslocam o cerne do direito do problema da soberania e da obediência dos indivíduos, fazendo aparecer, em seu lugar, o problema da dominação e da sujeição. O problema da sujeição, por sua vez, transcende a simplicidade do sujeito iluminista para aportar na complexa fugacidade do sujeito pós-moderno.

Em recente e muito interessante artigo, Salah H. Khaled Jr. apontou a incongruência entre estes novos arranjos identitários e a teoria do delito, por exemplo, uma vez que esta parte da idéia de livre-arbítrio, a qual pressupõe uma concepção de sujeito iluminista, enquanto a “culpabilidade tem como postulado *uma determinada concepção de sujeito, residindo aí o problema central desse elemento da teoria do delito*, uma vez que a tese da liberdade da vontade pressuposta pelo conceito é indemonstrável. Logo, pode ser percebido que o conceito de culpabilidade baseado no poder de agir de outra maneira é conceito alicerçado em premissas de difícil sustentação. Para Bitencourt, ‘o livre-arbítrio como fundamento da culpabilidade tem sido o grande vilão na construção moderna do conceito de culpabilidade e, por isso mesmo, é o grande responsável pela sua atual crise’” (KHALED JR, 2010, p. 3).

Sublinhemos o reconhecimento, no âmbito de consolidada doutrina, de que aquilo que repousa como “grande vilão” e responsável pela “atual crise” do conceito de culpabilidade é o livre arbítrio. Isto porque a liberdade de escolher entre esta ou

aquela atitude – o que estaria na base da construção moderna do conceito de culpabilidade – pressupõe um sujeito cognoscente que identifica-se consigo mesmo. E este sujeito é indemonstrável porque – e Freud não se cansou de nos ensinar isso – a subjetividade é o produto de processos psíquicos inconscientes. Neste sentido, “a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de *nosso exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros* (HALL, 1999, p. 39).

O resultado desta incongruência entre uma noção moderna de sujeito e as exigências pós-modernas do direito é a necessidade de abertura e alargamento, no âmbito da doutrina jurídica, de uma discussão que contemple a percepção das identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas do sujeito pós-moderno como argamassa para a constituição de novas balizas conceituais no campo do direito.

Referências

AMARAL, Francisco. O direito civil na pós-modernidade. *Revista da Escola Superior de Advocacia da OAB/RJ*, ano 2, v. 2, 2003. 45-57.

BETIOLI, Antonio Bento. *Introdução ao Direito*: lições de propedêutica jurídica. 13ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CASTELO BRANCO, Edwar de A. Fazer ver o que vemos: Miche Foucault – por uma história diagnóstica do presente. *Revista História UNISSINOS* Vol. 11 Nº 3 – setembro/dezembro de 2007. 321-329.

DIAS, Edna Cardoso. Os animais como sujeitos de direito. *Fórum de Direito Urbano e Ambiental*, Belo Horizonte, v. 1, n.23, 2745-2746, 2005.

FONSECA, Marcio Alves da. Normalização e direito. In: CASTELO BRANCO, Guilherme; PORTOCARRERO, Vera (Orgs). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau editora, 2000. 218-231. p. 220

FOUCAULT, Michel. *The subject and Power*. In: DREYFUS, J; RABINOW, P. Michel Foucault: *Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Brighton: Harvester, 1986.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

GOMES, Orlando. *Introdução ao direito civil*. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. De Tomáz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

HERKENHOFF, João Baptista. *Como aplicar o direito*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

KHALED JR, Salah H. . Problema da indemonstrabilidade do livre-arbítrio: a culpabilidade jurídico-penal diante da nova concepção de homem da neurociência. *Revista Sociologia Jurídica* , v. 10, 2010.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana: piruetas, danças e mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MAGALHÃES, Joseli Lima. *Da recodificação do direito civil brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2006.

MAGALHÃES FILHO, Glauco Barreira. *A essência do direito*. São Paulo: Rideel, 2003.

MORAIS, Júlia Sebba R. O conceito de sujeito na introdução da “Filosofia do Espírito” de Hegel. In: *XV Encontro Nacional ANPOF*, 2013, Curitiba. *Filosofia Alemã: de Kant a Hegel*, 2012. v. 1. 331-342.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. petrópolis: Vozes, 2000;

SILVA, Tomaz Tadeu da. Monstros, ciborgues e clones: os fantasmas da pedagogia crítica. In: COHEN, Jeffrey Jerome. *Pedagogia dos monstros – os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TEPEDINO, Gustavo. *Temas de direito civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

VIDAS QUE IMPORTAM: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E BIOPOLÍTICA NO SERTÃO PIAUIENSE (1994-2017)

Ângela Maria Macêdo de Oliveira¹
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito²

Introdução

Ocorrência 940/06

Data: 12/08/06

Natureza: Agressão

Compareceu a esta Delegacia de Polícia Civil de Oeiras a *senhora XX*³, brasileira natural de Oeiras/PI, casada, nascida em 20/10/1978, doméstica, filha de *xyxy* e *xxxx*, residente no Bairro Jureminha, *para comunicar que o seu esposo XY lhe agrediu, lhe jogou água quente em seu corpo*. Era o que tinha a certificar. (BOLETIM n.º 940).

- 1 Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestra em História (UFPI). Professora Assistente III da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: angelaoliveira@cchl.uespi.br
- 2 Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará e Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí - UFPI. E-mail: fabioleobrito@hotmail.com
- 3 Por uma questão de sigilo, nenhum dado dos envolvidos registrados nas fontes policiais é exposto. Optamos pela seguinte lógica: ao nos reportarmos ao sexo masculino, utilizaremos XY (maiuscúlo); quando a referência for ao sexo feminino, utilizaremos XX - ambos os gêneros envolvidos em situação de violência, independente da orientação sexual do casal. Quando nos referirmos aos genitores da vítima, utilizaremos *xxx* e *xyxy*. Quando a referência for aos filhos da vítima, utilizaremos as letras em sua forma minúscula: *xx* e *xy*.

No dia 12 de agosto de 2006, sábado, na véspera do Dia dos Pais, ocorreu uma violência conjugal, ato caracterizado no registro policial como *agressão*. Após a leitura do Boletim de Ocorrência, é possível fazer algumas indagações: Qual era a gravidade daquela *agressão*? Por que não há detalhes de como ocorreu a violência? Qual foi o local e as circunstâncias da *agressão*? Qual era o estado físico e emocional da vítima? As queimaduras eram visíveis? Já havia recebido atendimento hospitalar? Estava acompanhada por alguém? Ela sofria violência recorrente ou foi a primeira vez que o cônjuge a agrediu? Como ela chegou à delegacia? A tipificação do crime poderia ser outra? Houve indiferença no registro policial dessa grave violência? A lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) já estava em vigor? Por que não existem dados específicos sobre o agressor no registro policial?

Passamos agora ao relato do ato de violência doméstica mencionado, apresentando a perspectiva da vítima, que fornece detalhes específicos. O depoimento foi recolhido em entrevista datada de 21 de outubro de 2017. Para preservar a entrevistada, utilizaremos o pseudônimo de *Ana*:

[...] foi no Dia dos Pais [...] os meninos queriam comprar um presente para ele, [...] eu sei que a gente juntou e compramos uma calça para ele, e, *quando ele chegou de viagem fomos entregar esse presente*, [...] *ele queria justificativa de onde saiu dinheiro para comprar o presente, ele começou a bater nos três meninos, obrigando os meninos a dizer de onde saiu o dinheiro para comprar a calça jeans, e depois passou para cima de mim, e ficou brigando o tempo todo, eu estava fervendo uma água para passar o café [...]* e eu lá fervendo essa água e *ele atrás de mim, brigando o tempo todo, e quando a água ferveu, eu botei o açúcar, botei o café, mexi e fiquei esperando ficar no ponto, então ele desligou o fogo e pegou a vasilha e jogou em mim, eu estava com um pano de prato na mão e defendi o meu rosto, mas, ao mesmo tempo que defendi meu rosto, acabei me virando, então ele jogou*, e eu fiquei gritando socorro pedindo água porque *meu corpo estava queimando [...]* depois eu fui ao hospital e fui atendida pelo Doutor [...] quando eu cheguei lá ele disse: 'Ah, essa daqui não dá não [...]' porque eu já tinha sido atendida por ele por duas vezes, olha essa daqui não dá para ficar calado não viu, cadê seu pai, eu disse que estava no interior, então ele ligou para a polícia,

fizeram um laudo e tal, e me encaminharam para a delegacia [...] (ANA, 2017, *grifos nossos*).

Esses dois fragmentos diferentes constituem narrativas de um mesmo acontecimento: violência doméstica perpetrada pelo marido, atacando a esposa no espaço privado, a casa do casal. O primeiro documento constitui um relato policial, Boletim de Ocorrência (B.O), registrado após a vítima sair do hospital, no mesmo dia da ocorrência (12 de agosto de 2006), após o atendimento médico, embora não haja qualquer menção a essa informação na primeira narrativa (registro policial).

A segunda narrativa é o relato de *Ana*, nascida em 1978 na cidade de Oeiras, região sudeste do Estado do Piauí, distante 270 km da capital, a cidade de Teresina. À época da sessão da entrevista, Ana já estava divorciada há cinco anos e exercia a função de auxiliar administrativa. Era também estudante universitária, dona de casa, mãe de três filhos, sendo dois homens, um de vinte e outro de dezoito anos, e uma mulher de vinte e dois anos. *Ana* casou-se em janeiro de 1994 aos quinze anos de idade. Um ano depois, teve a primeira filha. Em 1994, no mesmo ano em que *Ana* contraiu matrimônio, ocorreu a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (conhecida como Convenção Belém do Pará). A Convenção determinou que esse tipo de violência é uma violação de direitos humanos, sendo ratificada na Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres, realizada em Pequim (China) em 1995.

O segundo relato difere substancialmente da descrição do ato de violência relatado no primeiro documento histórico, a fonte oficial. Convém esclarecermos as circunstâncias em que obtivemos esse relato/entrevista. O contexto em que *Ana* concedeu a entrevista ocorreu no período em que a Universidade Estadual do Piauí, por meio do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Gênero – GRUPEHCGE, desenvolveu palestras, mesas-redondas e projetos de extensões em algumas escolas abordando a violência doméstica na cidade de Oeiras. A entrevistada sentiu-se instigada

a concedernos uma entrevista e falar sobre seus traumas. No dia da conversa-entrevista, *Ana* apresentava uma tranquilidade inspiradora, emoção que transparecia no semblante sereno. Ela manteve essa expressão durante boa parte do diálogo, com exceção dos momentos em que narrou as violências físicas e psicológicas que sofreu. A entrevista teve duração de 2h15min.

Pesquisar sobre a temática violência doméstica e familiar não constitui tarefa fácil. É desafiante e inquieto lermos e analisarmos as fontes que tratam de violência. O que nos instiga e impulsiona é dar visibilidade a esse grave problema social que atinge mulheres de todas as classes sociais. É propor novos *lugares para a história*, como nos ensina a historiadora francesa Arlette Farge (2011). Esse alargamento historiográfico é tributário desde a primeira fase do movimento dos *Annales* (BURKE,1997), e que, atualmente, tem possibilitado uma ampliação de objetos de pesquisa. Objetos estes que, em parte, são demandas do nosso tempo: dar visibilidade aos sentimentos, aos amores, às dores, aos desamores, aos sofrimentos, à violência nos e dentro dos corpos.

A sistematização dos *dados* também não é tarefa fácil. O acervo no qual nos debruçamos não é informatizado, de forma que os problemas têm início no levantamento manual dos dados, na catalogação do grande volume de informações, na separação em amostras, ampliando a dimensão da pesquisa para os/as historiadores/as. Vale destacar a ida aos arquivos, seleção de material das fontes, discernimento correto para lidar com papéis empoeirados e desgastados, bem como outros desafios. Entre uma leitura e outra, vamos buscando fios e rastros significativos para a construção de nossa trama, intensificando o fascínio com o arquivo elaborado. Mencionamos ainda o surgimento de inúmeras possibilidades de análises dos documentos, pois os arquivos e suas fontes são lugares que precisam ser esmiuçados constantemente a partir das suas problemáticas de pesquisas. Segundo Farge, o nosso arquivo de pesquisa “não esgota nem seus mistérios, nem sua profundidade” (FARGE, 2009, p.12).

Durante o processo de coleta de dados, fomos surpreendidos por algumas situações inusitadas. Ao começarmos a ler as fontes, selecioná-las, catalogá-las e transcrever as que integram parte de nosso acervo, encontramos algumas peças-chave. Por exemplo: dentre vários registros policiais, notificamos o relato da jovem senhora que nos concedeu a entrevista, apontando direcionamentos.

O testemunho de violência doméstica sofrida por *Ana* foi obtido a partir do suporte da oralidade, isto é, fonte oral produzida após a transcrição da entrevista realizada no ano de 2017. Uma questão importante precisa ser levantada: como transmitir em palavras as dores, os sofrimentos e as violências vivenciadas pela entrevistada? Para quem trabalha com história oral é essencial refletir sobre o fato de que a narração não corresponde à expressão da experiência em si. A narração parte de uma temporalidade específica: o presente. No dia da entrevista, 21 de outubro de 2017, nossa personagem debruça-se sobre o passado e passa a transcorrer suas memórias a partir de alguns elementos constitutivos da memória: pessoas, lugares e acontecimentos (POLLAK, 1992), coordenando os fios condutores da trama narrada, que é seletiva e fluida.

Virilidade e política de morte: uma cartografia da violência de gênero

O Fórum de Segurança Pública - FBSP e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, ao publicarem em setembro do corrente ano o Atlas da Violência 2019, informaram-nos que, no ano de 2017, ocorreram 4.936 assassinatos de mulheres em todo o território nacional, sendo treze vítimas de crimes violentos e letais por dia. Para além do recorte de gênero, as estatísticas permitem ampliar para outro demarcador social, o que faz referência à raça/cor, revelando que mais da metade desses homicídios atingiram mulheres negras, o que corresponde ao percentual de 66% dessas mortes. Esses dados foram obtidos a

partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM do Ministério da Saúde – MS (ATLAS, 2019).

Esses dados estatísticos do MS “não lidam com questões de tipificação legal e muito menos com a motivação que gerou a agressão” (ATLAS, 2019, p.40), o que nos permite ampliar o olhar para outras instituições, tendo em vista que os dados estatísticos são importantes, contribuindo para a efetivação das políticas públicas; estas têm o intuito de tentar dirimir parte desse fenômeno, que é complexo, como o que diz respeito às violências contra as mulheres. Quanto à violência letal, os dados do Atlas 2019 nos permitem saber sobre o local dessa letalidade feminina, informando-nos que houve um aumento de 17,1% de homicídios ocorridos na residência (ATLAS, 2019). Esse dado é importante para ser problematizado, já que descortina informações relevantes: se homens morrem mais no espaço público, vítimas de homicídio cometido geralmente por outro homem, e mulheres morrem mais no espaço privado, apunhaladas dentro da relação conjugal, o companheiro exerceria um ‘poder’ de morte sobre a vida da mulher, resultando em uma *necromasculinidade*⁴ ou uma política de morte masculina. Muitos casos ocorrem pelo fato dos homens não aceitarem o fim do relacionamento, marcas de uma sociedade patriarcal que reflete as desigualdades e hierarquias de gêneros no processo histórico brasileiro, acentuadas também pela omissão do Estado, considerando que muitas dessas mortes poderiam ser evitadas com a assistência e as medidas corretas.

“A possibilidade de que cada vez mais cidadãos tenham uma arma de fogo dentro de casa tende a vulnerabilizar ainda mais a vida de mulheres em situação de violência.” (ATLAS, 2019, p.42). Sobre essa questão, em janeiro do corrente ano, o então

4 Proposta ampliada a partir da categoria *necropolítica*, conceito criado pelo historiador e filósofo camaronês Joseph-Achille Mbembe (2018) ao analisar a biopolítica contemporânea, o poder exercido por governantes que detêm controle e poder de decisão sobre vidas humanas, a ponto de deixar viver ou morrer. Neste estudo, ampliamos a expressão do *necropoder* ou *necropolítica* para a *necromasculinidade* para problematizar o poder masculino sobre corpos femininos.

Secretário de Segurança Pública do Estado do Piauí, Coronel Rubens Pereira, em entrevista a um portal de notícias da capital piauiense, reafirma o posicionamento de que armar a população não é a saída para cuidar da segurança coletiva:

Quanto mais armas, mais homicídios. Estamos vendo esse decreto com preocupação. Achamos que esse não é o caminho adequado para uma política de segurança pública [...] a arma de fogo não serve para outra coisa: a não ser para matar. Hoje, mulheres estão sendo mortas dentro de casa, vítimas de feminicídio. Muitas vezes, elas são mortas a pauladas. Imagina mais pessoas com posse de arma? Isso é um risco, *uma medida equivocada liberar mais ainda a posse de arma. O que temos que ter é um controle efetivo das armas no Brasil. E isso, não temos* (PEREIRA *apud* SOUSA, 2019, *grifos nossos*).

“Uma medida equivocada liberar mais ainda a posse de arma. O que temos que ter é um controle efetivo das armas no Brasil. E isso, não temos” (PEREIRA *apud* SOUSA, 2019), manifestação, portanto, contrária à proposta do atual governo federal, que acena de modo positivo à liberação do uso de armas. Ainda sobre o tema, na mesma entrevista supracitada, o Coronel Rubens Pereira divulgou para a imprensa piauiense um mapeamento sobre a criminalidade no Estado referente ao ano de 2018, contendo as estatísticas gerais sobre os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) ocorridos no Piauí. Os dados revelaram que 60% dos crimes foram praticados com arma de fogo, portanto, “quanto mais armas, mais homicídios [...] esse não é o caminho adequado para uma política de segurança pública [...] mulheres estão sendo mortas dentro de casa, [...] imagina mais pessoas com posse de arma? isso é um risco [...]” (PEREIRA *apud* SOUSA, 2019).

Embora a violência contra as mulheres seja um fenômeno reconhecidamente presente no cotidiano de muitas mulheres, independente da classe social, cor e escolaridade, ela resulta da desigualdade de gênero existente nas relações sócio-históricas da sociedade brasileira, sendo, portanto, uma experiência que atravessa diferentes dimensões sociais. Essa desigualdade é reflexo

do patriarcalismo que estruturava — e ainda estrutura — muitas relações familiares, o que “[...] conferia aos homens um grande poder sobre as mulheres [...] disseminando um sentimento de posse sobre o corpo feminino [...]” (LAGE, 2012, p.287-288).

Essa perspectiva cultural de uma suposta ‘legitimidade’ do poder da vontade masculina nas relações conjugais denota uma relação hierárquica de desigualdades socioculturais existentes entre homens e mulheres, repercutindo, principalmente, nos espaços privados que têm raízes históricas e refletem o autoritarismo brasileiro (SCHWARCZ, 2019).

A construção simbólica do feminino circunscreveu o lar e as rotinas familiares, ou seja, o ambiente privado, como espaço social feminino, em contraposição ao espaço público, a exemplo da rua e dos ritos de poder desenvolvidos nas interações formadas no ambiente externo, como característica do masculino. Desde o período colonial, as representações tradicionais para o feminino situavam-no em posição subordinada ao masculino. Como foi analisado por Mary Del Priore (2009), a esposa era “inscrita num sistema de hierarquia e obediência [...] o sentimento de dever e disciplina reproduzia a perspectiva de um adestramento feminino [...] no interior do matrimônio [...]” (DEL PRIORE, 2009, p.107-113).

Esse controle e disciplina dos corpos femininos passavam por uma espécie de ‘contrato conjugal’ nos lares burgueses, onde os papéis masculinos se resumiam à função de provedor do lar; em contrapartida, a esposa deveria assumir as funções de dona de casa e mãe, com o dever de manter a fidelidade, pois a honra masculina dependeria desse quesito. Comportamento oposto não era recomendado. Não se discute a honra feminina pela fidelidade masculina.

A virilidade associada ao exercício da violência é analisada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2017) a partir da dominação masculina, discutindo a angústia e, ao mesmo tempo, o caráter frágil da masculinidade, tendo em vista que, a todo momento, precisa ‘provar’ para os outros o quanto o homem

deve ser ‘viril’, nem que para isso tenha que provocar sofrimento aos outros ou a si mesmo. Premissa que observamos ao analisar a violência conjugal pesquisada para os fins deste trabalho: um homem chega de viagem em casa, na véspera dos Dia dos Pais. Ao invés de se sentir querido pela família, haja vista que os filhos insistiram para que a mãe comprasse um presente para celebrar o dia — expressão de demonstração de afeto ao pai —, este, como trabalhava viajando com uma banda de música, chega em casa acompanhado dos ‘amigos-funcionários’ de trabalho e, ao deparar-se com um presente, entra em desatino. Nessa situação, o que importa é desconfiar da fidelidade da esposa e demonstrar autoridade, virilidade diante dos outros homens, sendo violento, revelando que, como provedor do núcleo familiar, ‘deve ter o controle’ da situação, incluindo todos os fatos que ocorrem em sua casa, bem como as subjetividades da esposa e dos filhos:

[...] foi no Dia dos Pais [...] os meninos queriam comprar um presente para ele, [...] compramos uma calça para ele, e, *quando ele chegou de viagem fomos entregar esse presente*, [...] *ele queria justificativa de onde saiu dinheiro para comprar o presente, ele começou a bater nos três meninos, obrigando os meninos a dizer de onde saiu o dinheiro para comprar a calça jeans, e depois passou para cima de mim, e ficou brigando o tempo todo, eu estava fervendo uma água para passar o café [...] ele desligou o fogo e pegou a vasilha e jogou em mim [...]* (ANA, 2017, *grifos nossos*).

A virilidade é uma noção histórica e relacional. Na perspectiva do caso analisado, ser viril é não demonstrar afetos, é distanciar-se das características apontadas culturalmente como femininas, é não poder ‘fraquejar’; é necessário controlar corpos e comportamentos, é necessário fazer sofrer a si e aos outros. Para o homem com quem Ana foi casada, ser viril é demonstrar violência: primeiro, agride os filhos; em seguida, a esposa, com o intuito de “[...] fazer respeitar a sua reputação de chefe de família e sua honra de macho [...] o emprego da força a serviço do poder patriarcal” (VIRGILI, 2013, p.86). Esse comportamento masculino é tóxico, não apenas para seus familiares, como também para

si. O medo viril sufoca-o, transformando-se em insegurança e resultando em violência.

As múltiplas formas de violências de gênero e as consequências dessas violências no corpo feminino

Na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida por Convenção de Belém do Pará, a violência contra a mulher é caracterizada como qualquer ato ou conduta baseados no gênero que causem morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada (OEA, 1994).

Perceber a importância do olhar de gênero nas pesquisas é entender que ele faz parte das relações sociais como forma de dar significado às masculinidades e feminilidades plurais. E que elas são históricas, portanto, passíveis de mudanças no tempo e no espaço. O uso do conceito de gênero despontou na produção historiográfica do Brasil a partir de 1990, com a tradução dos textos da historiadora norte-americana Joan Scott. Ela propõe que gênero é uma “forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.91). Essa ferramenta de análise social percebe o feminino e o masculino como construções históricas e culturais, portanto, como aprendizado histórico, cultural e social. Tratam-se de posições e lugares de sujeito, modos de subjetivação, perfis de gênero, que aprendemos em nosso processo de socialização (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003) da infância à vida adulta, seja em casa, na escola, nas igrejas, nos discursos médicos, nos discursos jurídicos, dentre outros.

Discursos e práticas que ensinam que homem não deve chorar, não pode demonstrar sentimentos, pois isso não seria adequado ao “ser homem”; prescrições que, desde cedo, os meninos e as meninas escutam em diversas instituições que integram o processo de socialização. Abrir espaço para que os garotos expressem os sentimentos, as dores, seja por meio de palavras ou de demonstrações emocionais como o choro, por

exemplo, ajuda-os a lidar com frustrações e fragilidades. É preciso que a educação masculina também se volte para a demonstração dos sentimentos, assim como para o cuidado de si, dos outros e de tudo ao seu redor. O ato de cuidar é uma tarefa tradicionalmente destinada unicamente às mulheres. É em cima da figura feminina que incidem os discursos e práticas do ‘dever’ de cuidar dos filhos, do marido, da casa, dos parentes idosos ou enfermos, enfim, de todos. Cuidados que, não raro, não incluem o cuidar de si mesma. Por essa razão, em muitos casos, mulheres como *Ana* não conseguem fazer a denúncia e não possuem a iniciativa de entregar o ‘companheiro’ à justiça. Os fatores agravantes incluem medo, dependência econômica, vergonha, humilhação e temor por sua segurança e dos filhos. Muitas vezes, diante de cenários de agressões e desgastes, muitas toleram a violência doméstica em nome da família. Elas sentem como se a sociedade esperasse essa conduta submissa, já que a cultura patriarcal — conforme documenta a nossa história — ensinava (e ainda ensina) que as mulheres precisavam ser submissas e tolerar casamentos abusivos. Percebemos essas questões nos trechos da fala da entrevistada:

[...] saí do hospital, entrei na viatura da polícia [...] tiraram fotos e anexaram ao processo que depois foi encaminhado para o Fórum, [...] depois fui para a casa dos meus pais [...] mas eu resolvi voltar depois de alguns meses por conta dos meus filhos, que eu estava com saudades. *Até por que eu pensava assim: você casou, você tem que viver* [...] continuei nessa relação [...] primeiro porque tive medo de não ter condições de criar as crianças sozinhas, medo do que ele pudesse fazer comigo e com meus filhos [...] (ANA, 2017, *grifos nossos*).

Dessa forma, torna-se essencialmente importante refletirmos sobre questões de gênero, falar sobre empoderamento feminino, debater sobre o respeito e a valorização da mulher na sociedade, bem como divulgar a necessidade da autoconfiança e do fortalecimento pessoal e coletivo, capazes de estimularem o desligamento de situações abusivas. Ampliar a conscientização, facilitando a procura por ajuda, seja por meio de familiares,

amigos ou realizando denúncias em órgãos especializados. O grupo de apoio, familiar ou relacional, precisa acolher e evitar julgamentos e, ao presenciar qualquer ato de violência doméstica, deve ser feita a denúncia e a intervenção.

[...] quando eu cheguei ao hospital, o médico disse: ‘*ah, essa daqui não dá não* [...] porque eu *já tinha sido atendida por ele por duas vezes*, olha essa daqui não dá para ficar calado não viu, *cadê seu pai*, eu disse que estava no interior, então *ele ligou para a polícia*” (ANA, 2017, *grifos nossos*).

No relato acima, podemos notar que a presença do ditado popular “em briga de marido e mulher *não se meter a colher*” tem certo poder sobre o comportamento das pessoas. Em um passado não muito distante, muitas pessoas optavam por não interferir quando presenciavam situações de violência, escolhendo ficar indiferentes e não denunciar. Podemos constatar tal hipótese ao observar o caso de *Ana*: nem os vizinhos e nem os profissionais da área de saúde que prestaram atendimento denunciaram o caso. Segundo o trecho destacado da entrevista, é possível observar que o médico que realizou o atendimento já conhecia o histórico de *Ana*, pois a atendeu outras vezes. Da última vez em que ela compareceu ao hospital apresentando a mesma situação, o profissional, farto da repetição do episódio, resolveu tomar uma atitude ao expressar que a violência no corpo de *Ana* não “dava para ser tolerada”. Qual é o limite dessa tolerância? A própria entrevistada nos informa que o médico já havia realizado seu atendimento em outras agressões provocadas pelo marido como, por exemplo, nas situações em que ele desferiu golpes de faca e choques elétricos.

Dentre as diversas formas de violência contra a mulher, a mais comum é a violência física: o agressor ou agressora provoca lesões corporais (chutes, tapas, socos, empurrões, mordidas, puxões de cabelos, espancamentos, estrangulamentos, queimaduras). Também é considerada violência física o uso de armas de fogo ou brancas, a exemplo de facas, chaves de fenda, ferros de solda ou

qualquer outra conduta que, colocando em risco a integridade física da mulher, tem o nítido objetivo de provocar dor.

[...] eu guardo dados para não esquecer das agressões mais pesadas como as facadas, choques, ele era um psicopata [...] ele tinha uma banda, e então quem fazia a manutenção de toda aparelhagem era eu [...] tinha todo aquele pessoal que trabalhava com ele, quando chegava com algum problema eu era quem resolvia [...] ficava algum aparelho para fazer alguma manutenção [...] ou então faltava alguma peça e não tinha como comprar, [...] por causa do aparelho que ficava sem manutenção era motivo para uma nova surra [...] ele pegava uma faca ou uma chave de fenda [...] tentava me furar [...] outras vezes, quem trabalha com aparelhos de som, tem que usar ferro e solda, e às vezes ele pegava o ferro da solda e passava em mim [...] (ANA, 2017).

A cultura patriarcal transforma a mulher em objeto, coisa, extinguindo toda a dignidade da pessoa humana. Em entrevista, Ana mencionou que o marido a controlava de todas as formas; ela vivia em cárcere privado, pois ele a impedia de ir às reuniões na escola dos filhos, de andar na calçada da residência, conversar com vizinhos/as e outras formas de interação social: “[...] sai para varrer a calçada, já era motivo para uma surra [...] eu me envergonho, entristeço quando lembro [...] ele não deixava eu ir às reuniões na escola das crianças”. Outra forma de violência é a psicológica, caracterizada pela intimidação, menosprezo, humilhação, controle das ações e decisões, ameaçando, intimidando, isolando. Esse tipo de violência causa dano à saúde emocional e psicológica, como demonstra o depoimento de Ana:

[...] ele consegue criar um medo tão grande, que você não consegue ter reação, a única reação que você tem é que quando você escuta o barulho da porta você já começa a ter medo, então quando você precisa fazer alguma coisa você vira de costas para nem olhar, o lado psicológico afetava demais [...] (ANA, 2017).

Há também a violência sexual, entendida como qualquer ato realizado sem o consentimento da mulher, através do uso da

força, ameaça ou outros meios. A violência moral, compreendida como condutas que configurem calúnia, difamação ou injúria, ou seja, quando o agressor atinge a honra da mulher, proferindo palavras que a ofendem. Já a violência patrimonial representa qualquer conduta que caracterize reter, subtrair, destruir (parcial ou totalmente) os objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens ou recursos econômicos da mulher (BRASIL, 2006).

Embora a violência contra a mulher esteja presente em muito lares brasileiros, incluindo piauienses e oerenses, dispomos de poucos dados estatísticos oficiais que tratam desse fenômeno no Estado do Piauí. Em Teresina, localizamos estudos realizados por várias instituições. Dentre elas, podemos destacar as pesquisas realizadas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí⁵, a *Síntese Diagnóstico sobre a Situação da Violência contra a Mulher em Teresina*, importante documento produzido pela Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM), da Prefeitura de Teresina, em parceria com a Profa. Dra. Wânia Pasinato, socióloga de formação acadêmica, responsável técnica pelo *Diagnóstico* que foi publicado em 2017. A *Síntese Diagnóstico* serve como instrumento ou diretriz para a ampliação e fortalecimento das políticas públicas no enfrentamento da violência contra as mulheres teresinenses.

Dentre os diversos dados que o *Diagnóstico Síntese* revela, podemos destacar que a violência psicológica é que tem maior incidência, seguida de violência física. As mulheres teresinenses jovens — com idade entre dezoito a vinte e nove anos —, pardas e sem religião declarada são as que mais sofrem violência, seguidas das mulheres evangélicas e católicas. Um dado alarmante faz referência ao número de mulheres que não procuram ajuda quando sofrem violência, representando um percentual significativo: 65,79% das mulheres entrevistadas (SÍNTESE, 2017, p.22-27).

Infelizmente, embora a violência contra as mulheres esteja presente em muito lares brasileiros, dispomos de poucos dados

5 Apresentados em dissertações de mestrado. Disponíveis no site do Programa de Pós-Graduação: <https://www.sigadmin.ufpi.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=251>

estatísticos oficiais que abordam detalhadamente esse fenômeno no Estado do Piauí. Os dados ajudam na implementação das políticas públicas.

Atos de violência, sejam de natureza física, psicológica, verbal, sexual ou patrimonial, seguem cotidianamente, forçando sua presença em diversas classes e espaços sociais, tanto público quanto privado. Tais manifestações de violência podem afetar toda a sociedade e precisam ser problematizadas, discutidas e solucionadas a partir dos mecanismos que as fazem funcionar historicamente, seja no passado do país, onde são representadas pelas ideias e práticas autoritárias (SCHWARCZ, 2019), ou no tempo presente, reverberando os reflexos de estruturas petrificadas.

Considerações finais

As fontes suscitadas neste estudo de caso nos mostram as diferentes percepções para a narrativa sobre um mesmo ato de violência conjugal, analisada a partir de dois registros históricos: o discurso policial, obtido pela descrição do boletim de ocorrência, e o discurso da vítima, recolhido através da metodologia da história oral. Cabe salientar que o registro policial, redigido pelo escrivão em muitas ocasiões, é construído a partir de um filtro subjetivo.

O historiador Marcos Bretas (1997) convida-nos a direcionar o olhar para as fontes policiais com muita atenção pois, na construção das narrativas dos relatos de violências dos boletins, perpassam atitudes sociais e morais *do* escrivão, que considera o que é adequado ou não para os papéis exercidos por homens e mulheres no casamento. Bretas, ao analisar a instituição policial do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, afirma-nos que em alguns casos de registros de ocorrências “envolvendo casas, a polícia permitia uma larga margem de uso da violência [...] por parte dos homens [...], os policiais mostravam-se simpáticos aos infortúnios de alguns homens” (BRETAS, 1997, p. 190-191)”. O pesquisador afirma que os policiais estão passíveis a

agir impulsionados pelo sentimento de simpatia ou solidariedade masculina “por compartilhar a dor do marido” supostamente “enganado, compreendendo porque ele agiu violentamente — depois de ter procurado evitar um final dramático” (BRETAS, 1997, p. 191).

A reflexão acima abre espaço para o entendimento do papel ativo da Polícia Civil no Sistema de Justiça, instituição que permite saber/poder o que é considerado crime. São esses agentes que interpretam e afirmam se determinado ato cotidiano é crime. Eles se utilizam não apenas da legislação penal, mas também de um filtro social/moral interpretativo que tipifica ou não condutas como delituosas, transformando um ato em auto. Quando um registro ou queixa é transformado em inquérito, a polícia começa a reunir ‘provas’: colhe os depoimentos da vítima, do agressor, de testemunhas e dá prosseguimento a outras diligências. A função do inquérito é apurar as infrações penais, assim como a autoria de quem as praticou. Em seguida, o inquérito é encaminhado ao Ministério Público, que se assim entender que houve crime, prepara a denúncia e o inquérito transforma-se em processo penal; este é encaminhado ao Tribunal de Justiça para ser distribuído entre as varas criminais.

O que nos remete à lição que aprendemos com o filósofo francês Michel Foucault sobre os discursos serem percebidos muito mais do que um “conjunto de fatos linguísticos ligados entre si por regras sintáticas de construção” (FOUCAULT, 2005, p.7). Eles carregam densidades sociais, filtros, efeitos de verdades, dentro outros aspectos, itens que precisamos levar em consideração ao analisarmos as fontes. Por exemplo, as mulheres vítimas de violência doméstica que procuraram a Delegacia de Polícia Civil do município de Oeiras no ano de 2006 foram atendidas, em sua grande maioria, por um policial do gênero masculino. Só havia uma única escritã do gênero feminino. Dos 1.465 registros policiais referentes ao ano de 2006, lidos nos Livros de Registros localizados na Delegacia de Polícia Civil de Oeiras, localizamos apenas cinco caracterizados como Lesão Corporal -

Violência Doméstica. Na perspectiva dos escrivães, embora esse número seja consideravelmente amplificado no que se refere às ocorrências registradas de violência conjugal, basta uma leitura nos Livros de Registros para refutarmos a estatística oficial dos cinco casos. É relevante destacar, ao tratar dessa questão, que existe uma defasagem; os dados levantados são subnotificados, tendo em vista que muitas mulheres não se dirigem à delegacia para fazer a denúncia.

O boletim de ocorrência analisado neste estudo foi redigido por um escrivão. Ao ler os boletins de ocorrências do ano de 2006, partindo de uma perspectiva de gênero, constatamos que a grande maioria foi redigida por homens. Em termos quantitativos, eles são a maioria dos funcionários da delegacia. No que diz respeito à qualificação, notificamos que há diferença na linguagem ao compararmos com os registros feitos pela escrivã do gênero feminino. A escrivã elaborou o registro apontando o ato de violência, narrando a situação com riqueza de detalhes – não apenas o contexto da agressão, como também incluindo dados das vítimas, dos agressores, com nítida preocupação em pormenorizar aspectos das circunstâncias em que ocorreram as violências domésticas no momento do registro policial inicial, o que possivelmente contribuiria na investigação e abertura do inquérito policial. Portanto, os relatos nos boletins de ocorrências têm narrativas diferenciadas, contendo nítidos filtros, como os exemplificados ao longo do texto, e percebidas pela lente de gênero.

Importante pontuar que não existe Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher – DEAM no município de Oeiras, assim como também ocorrem dificuldades na execução dos trabalhos investigativos por conta dos escassos recursos humanos que compõe a 4ª Delegacia de Polícia Regional. No ano de 2006, os poucos funcionários do órgão precisavam atender dez municípios. Naquele momento, essa era a jurisdição de atuação da instituição policial.

De acordo com o artigo n.º 129 do Código Penal Brasileiro, configura-se crime de Lesão Corporal quando existe

uma relação direta entre a ação do autor (agressor) e a efetiva ofensa à integridade corporal da vítima, seja física ou psíquica. O enquadramento para esse tipo de lesão (gravíssima, grave ou leve) ocorre em razão da gravidade da ação sobre a vítima. Por exemplo, a lesão gravíssima pode ser caracterizada quando resultar em morte ou incapacidade permanente da vítima para o trabalho; será grave quando resultar em incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias, dentre outras hipóteses. A lesão corporal do tipo leve é aquela que não se enquadra no detalhamento do artigo 129, §§ 1º e 2º (BRASIL, 2017). As lesões corporais leves são consideradas delitos de menor potencial ofensivo.

Por meio das entrevistas, obtivemos acesso às experiências, dentro da perspectiva feminina, sobre os sentidos que ela atribui à violência conjugal. Em determinados momentos, *Ana* naturaliza a violência sofrida; em outros, percebe apenas a violência física, não reconhecendo indícios de violência moral e psicológica nos abusos cometidos pelo parceiro enquanto era casada. Por meio dos depoimentos coletados na entrevista, notificamos o fato de que o mesmo médico que a atendera outras vezes, em outras ocorrências de violência doméstica, não acionara a polícia ou qualquer familiar da paciente. O ditado popular cujo escopo é “Em briga de marido e mulher não se mete a colher” parece ter sido levado em termos literais pelo profissional da saúde, que só interveio ao testemunhar uma agressão mais grave. Diante das queimaduras espalhadas pelo corpo da paciente, resolveu interferir e notificar a polícia. A violência contra as mulheres é um problema social, e não apenas de âmbito privado. O Estado, a sociedade civil, as instituições, o coletivo e o individual devem buscar auxiliar as vítimas. Há um grande número de mulheres que não consegue fazer a denúncia por medo das ameaças ou do sentimento de vergonha, além de outros aspectos mencionados ao longo do texto.

A narrativa de testemunho de violência doméstica relatada por *Ana* ocorreu em circunstâncias de muitas violações de direitos humanos. Muitas dessas violações não eram consideradas

crimes no Brasil, mas sim, vistas como delito de menor potencial ofensivo. Passaram a ser criminalizadas após a publicação da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A Lei Maria da Penha foi sancionada em 7 de agosto de 2006; a violência conjugal relatada por *Ana* e descrita no boletim de ocorrência (nº 940/06) ocorreu no dia 12 de agosto de 2006, cinco dias após a publicação da lei. No entanto, a Lei Maria da Penha não estava em vigor, de acordo com o artigo nº 46 da referida lei. Esta só entraria em vigência quarenta e cinco dias após sua publicação (BRASIL, 2006).

Referências

Fontes

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019

ANA. *Entrevista concedida a Ângela Maria Macedo de Oliveira e Valderlany Mendes Dantas*, Oeiras, 21 de outubro de 2017.

BRASIL *Decreto-Lei n.º 3.689* de 3 de outubro de 1941. *Código Penal do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. *Lei n.º 11.340/2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: Senado Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 29 de set. de 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher*. Belém/PA, 1994.

Livros de Boletins de Ocorrências da 4ª Delegacia Regional de Oeiras. 2006.

SÍNTESE Diagnóstico sobre a Situação da Violência contra a Mulher em Teresina. Teresina: Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM), 2017.

PEREIRA, Rubens *apud* SOUSA, Graciane. “*Quanto mais armas, mais homicídios*”, *reage secretário de Segurança do Piauí sobre decreto.* Disponível em < <https://cidadeverde.com/noticias/291525/quanto-mais-armas-mais-homicidios-reage-secretario-de-seguranca-do-piaui-sobre-decreto>>. Acesso em 21 de jan. 2019

Artigos e Livros

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: texto em história oral.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (1920-1940).* Maceió: Edições Catavento, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica.* 4 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia.* São Paulo: UNESP, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930.* Rio de Janeiro: Rocco, 1997

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade no Brasil Colônia.* São Paulo: UNESP, 2009.

FARGE, Arlette. *Lugares para a História.* Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.

_____. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. *O nascimento da biopolítica*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2018

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: editora Nau, 2005.

IZUMINO, Wania Pasinato. *Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero*. Tese em Sociologia. Universidade de São Paulo, 2003.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2012. p.287-288

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.º 10, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre. vol.20, n.2, jul/dez. 1995

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VIRGILI, Fabrice. Virilidades inquietas, virilidades violentas. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade: a virilidade em crise? Séculos XX-XXI (vol 3)*. Petropolis, RJ: Vozes, 2013.

SOBRE OS AUTORES

Ângela Maria Macêdo de Oliveira - Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestra em História (UFPI). Professora Assistente III da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). É líder do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Gênero da UESPI - GRUPEHCGE, vinculado ao Núcleo Permanente Interdisciplinar em Direitos Humanos - NUPIDH da UESPI. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7747002903850860>. E-mail: angelaoliveira@cchl.uespi.br.

Antonia Valtéria Melo Alvarenga - Professora adjunta da UESPI e UEMA. Pós-doutorado em Direito pela Università degli Studi di Messina - Itália. Pós-doutorado em História do Brasil no PNPD/CAPES-UFPI. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Membro da Academia de Ciências do Piauí. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7675169176166259>. E-mail: valterial2@gmail.com.

Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo - Professor do curso de História da Universidade Estadual do Piauí. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Doutorando em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1394632292356201>. E-mail: maurenivaz@bol.com.br.

Claudia Cristina da Silva Fontineles - Possui doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2009), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2003), especialista em História Sociocultural pela Universidade Federal do Piauí

(1999) e em História Política Contemporânea pela Universidade Estadual do Piauí (2001), graduação em Licenciatura Plena em História (1998) e Bacharelado em Direito (2005) pela Universidade Estadual do Piauí. Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Piauí e coordenadora de História PIBID/CAPES da Universidade Federal do Piauí, atuando na Pós-graduação em História do Brasil (Mestrado e Doutorado), na Pós-graduação em Ciência Política e no Departamento de História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa - UFPI. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8352484392271532>. E-mail: cfontinelles@gmail.com.

Edwar de Alencar Castelo Branco - é graduado, mestre e doutor em História. Bacharel em Direito, vem desenvolvendo ações no sentido de constituir, no âmbito do PPGHB/UFPI a linha de pesquisa “História e Direito”, em cujo escopo foi elaborado o presente artigo. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e professor da UFPI, onde presentemente ocupa a coordenação do PPGHB. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7810700788181646>. E-mail: edwar2005@uol.com.br.

Emerson Luís de Sousa Lemos - Graduando de História pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Bolsista Pibic UESPI/CNPq. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0138338975272507>. E-mail: emersonslemoss@gmail.com.

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito - Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará e Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Piauí. É co-líder do GT História, Cultura e Subjetividade (DGP/CNPQ) e membro do GT Nacional de História Cultural (ANPUH). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0216271040048140>. E-mail: fabioleobrito@hotmail.com.

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro – Professor Adjunto de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira – Parnaíba, onde desenvolve atividades docentes na Licenciatura Plena em História, na Especialização em Educação, Ética e Política e no Mestrado Profissional em Ensino de História, ocupando atualmente a função de Coordenador Acadêmico Local do PROFHISTÓRIA-UESPI. Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (2015), Mestre em História Social (2009) e Licenciado em História (2006), ambos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo realizado Pós-Doutorado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2015-2018). Integra o Núcleo de Pesquisa em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPECIMP) e o Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT). É autor do livro “Memórias da Moscouzinho” (Paco Editorial, 2016). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6163520222612305>. E-mail: feliperibeiro@phb.uespi.br.

Idelmar Gomes Cavalcante Júnior - Doutor em História Social, coordena o grupo de pesquisa “Juventudes Culturas e Identidades” – JUCI (Lattes/ CNPQ). Suas pesquisas mais relevantes foram dedicadas ao estudo do movimento estudantil brasileiro de 1968 e do teatro pernambucano dos anos sessenta. No pós-doutorado, está pesquisando os movimentos juvenis brasileiros do século XXI. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4333255540626521>. E-mail: idelmargcj@gmail.com.

Jarbas Gomes Machado Avelino - é professor e advogado. Mestre e Doutorando em História, presentemente desenvolve estudos sobre Antonio Coelho Rodrigues e os primórdios da codificação civil no Brasil. É professor universitário em cursos de graduação e pós-graduação em Direito, onde ministra disciplinas de Direito Civil e de História do Direito. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9135250253191668>.

Jayra Barros Medeiros - Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí. Especialista em História Cultural pela Universidade Federal do Piauí. Mestra em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (Bolsista CAPES). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4723613044859446>. E-mail: jayramedeiros@yahoo.com.br.

Joseanne Zingleara Soares Marinho - Doutora em História, Sociedade e Cultura pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Exerce a função de Professora Adjunta II da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Curso de Licenciatura Plena em História, Campus Poeta Torquato Neto, em Teresina. É Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da UESPI. Realiza pesquisas nos campos de história da saúde, gênero, história da infância, políticas públicas, ensino de história e história da educação. É líder do Grupo de Pesquisa História das Ciências e da Saúde no Piauí Sana, como também do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Gênero - GRUPEHCGE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2819637531603284>. E-mail: joseannezsm@gmail.com.

Manoel Ricardo Arraes Filho - Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (1990), mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1998) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2009). Realizou pós-doutoramento na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), entre 2014 e 2015. É professor titular da Universidade Federal do Piauí. Email: ricardoarraes@uol.com.br

Marcelo de Sousa Neto - Professor Associado da Universidade Estadual do Piauí, Coordenação de História e Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória. Professor do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da

Universidade Federal do Piauí. Líder do Núcleo de Pesquisa em História e Educação – NUPEHED/UESPI. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2608763010341838>. E-mail: marcelo@ccm.uespi.br

Yasmin Escórcio Meneses da Silva – Graduação em História pela Universidade Federal do Piauí. Mestranda em História do Brasil pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5779116287843235>. E-mail: yaesc24@gmail.com.

* * * * *

As trajetórias de pesquisa, aqui agrupadas, são o resultado do trabalho metodológico e intelectual de seus autores no trato apurado das fontes, sobre as quais o pesquisador percebe e constrói seus ângulos de análises. Não se trata, aqui, da análise restrita à fonte em si mesma, mas da problematização através da qual consegue compreender a realidade de cada tempo e espaço com suas temporalidades e espacialidades várias. Em decorrência disso, é possível notar que as abordagens das pesquisas tragam traços, com maior ou menor destaque, para a História Oral, História Serial ou Quantitativa, História Regional, Micro-História e História do Tempo Presente. Os modos de fazer História de cada pesquisador são frutos de suas trajetórias acadêmico-científicas, de suas leituras, produções e atuações em diferentes universidades e em distintos grupos e núcleos de pesquisas. Por esse diapasão, estão imersos em discussões que transitam entre o social e o cultural, o que faz com que o eixo, de onde partem os artigos, abra-se à possibilidade de incontáveis ângulos, criando pontes de interlocução, concretizando, então, uma “História sob múltiplos ângulos” é o que se poderá observar ao tomar o conjunto de textos para análises.

Organizadores

* * * * *

